





RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006





RELATÓRIO ANUAL



Nº 14/ANO 14

DEZEMBRO/2005



CDI - BANCO DE MOÇAMBIQUE

Relatório Anual

Maputo

Ano 14

P1- 75

Junho 2006





BANCO DE MOÇAMBIQUE **RELATÓRIO ANUAL**

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central.

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2005.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Administração e Finanças
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Bancária
Av. 25 de Setembro - BM - Sede
Telefone 258-21-318000/9 Fax 258-21-321363
C.P. 423
Internet Website: <http://www.bancomoc.mz>
Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

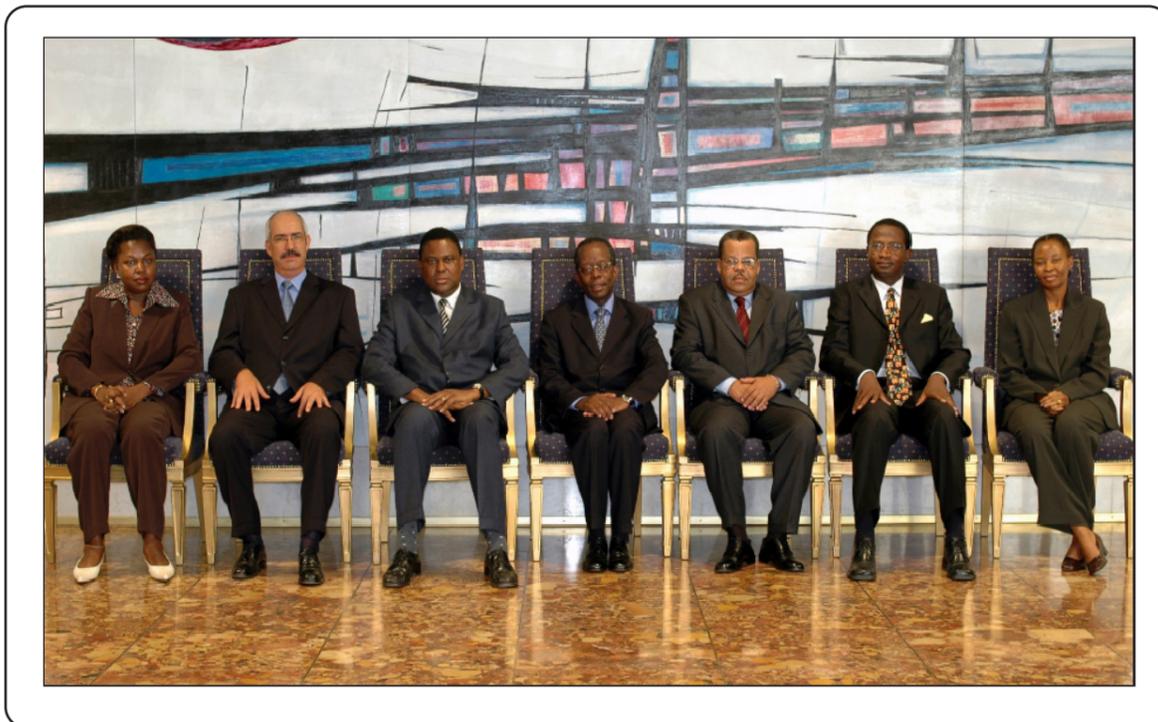
Tiragem: 500 exemplares



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN 2006

Relatório Anual Ano 1 nº 1 (Dez:1992) - Maputo
BM/DAF-DEE-DSB 2001
Demonstrações Financeiras;
Situação Macroeconómica; Sistema Financeiro
Reg N°05/GABINFO/DE97 CDU336 (679) 05





Conselho de Administração

Ao Centro

Adriano Afonso Maleiane
Governador

À Esquerda

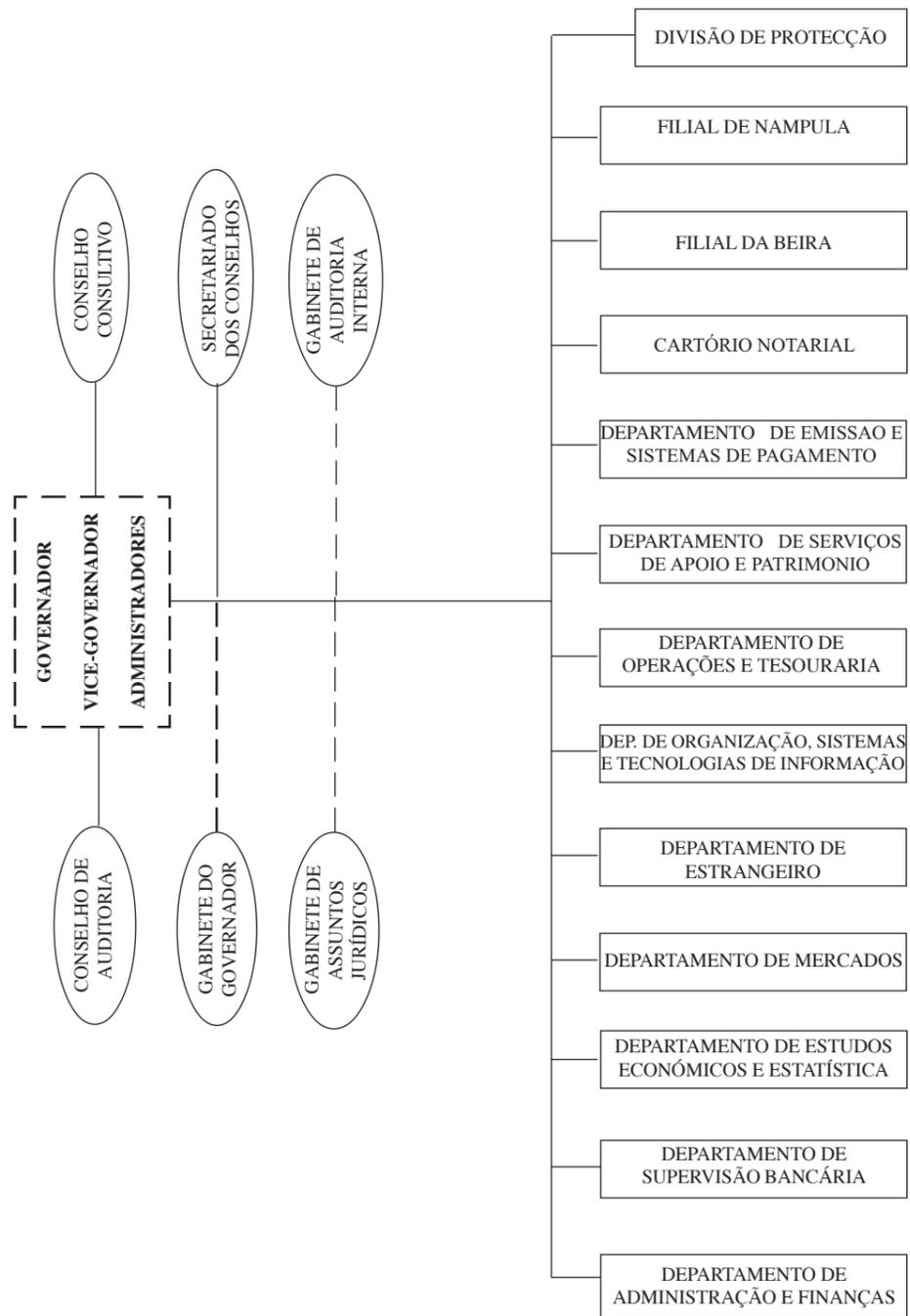
Ernesto Gouveia Gove
Vice-Governador
Firmino Silva Santos
Administrador
Joana David Saranga
Administradora

À Direita

José Frederico Viola
Administrador
António Pinto de Abreu
Administrador
Clara Coutinho de Sousa
Administradora



ORGANOGRAMA GERAL DO BANCO DE MOÇAMBIQUE



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006

ÍNDICE GERAL

ASSUNTOS	PÁGINA
PREFÁCIO	
I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aprovação do Conselho de Administração	1
Relatório do Auditor Independente	2
Balanço	4
Demonstração de Resultados	5
Demonstração de Fluxo de Caixa	6
Notas às Demonstrações Financeiras	7
II. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA	
1. Sumário Executivo	20
2. Evolução Económica Internacional	22
2.1 Desempenho Macroeconómico	22
2.1.1 Estados Unidos da América	22
2.1.2 Japão	23
2.1.3 Zona do Euro	23
2.1.4 China	24
2.1.5 América Latina	24
2.1.6 África do Sul	25
2.1.7 Zimbábue	25
2.2. Produtos Primários	26
2.2.1 Petróleo	26
2.2.2 Ouro	26
2.2.3 Alumínio e Gás Natural	26
2.2.4 Algodão e Açúcar	27
3. Conjuntura Interna	28
3.1 Sector Real	28
3.1.1 Preços	28
3.1.2 Produção	31
3.1.2.1 Agricultura, Pecuária e Exploração Florestal	32
3.1.2.2 Indústria Extractiva	32
3.1.2.3 Construção	33
3.1.2.4 Indústria Transformadora	33
3.1.2.5 Electricidade e Água	33
3.1.2.6 Transportes e Comunicações	34
3.1.3 Finanças Públicas	34
3.1.3.1 Programa Orçamental	34
3.1.3.2 Execução Orçamental	34
3.1.3.2.1 Receitas Totais	35
3.1.3.2.2 Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	36
3.1.3.2.3 Despesas Correntes	36



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006

ÍNDICE GERAL

ASSUNTOS	PÁGINA
3.1.3.2.4 Despesas de Investimento	37
3.1.3.2.5 Empréstimos Líquidos	38
3.1.3.2.6 Saldo Global Antes de Donativos	38
3.1.3.2.7 Donativos	38
3.1.3.2.8 Saldo Global Após Donativos e Financiamento	39
3.1.4 Sector Monetário	39
3.1.4.1 Programa Monetário	39
3.1.4.2 Base Monetária	40
3.1.4.3 Mercado Monetário Interbancário	41
3.1.4.3.1 Transacções	41
3.1.4.3.2 Taxas de Juro do MMI	41
3.1.4.4 Taxas de Juro a Retalho	42
3.1.4.5 Massa Monetária	43
3.1.4.6 Endividamento do Sector Privado	45
3.1.4.6.1 A Nível Interno	45
3.1.4.6.2 A Nível Externo	47
3.1.5 Sector Externo	49
3.1.5.1 Reservas Internacionais Líquidas	49
3.1.5.2 Taxas de Câmbio	49
3.1.5.3 Competividade Externa	50
3.1.5.4 Balança de Pagamentos	51
3.1.5.4.1 Conta Corrente	51
3.1.5.4.2 Conta de Bens	52
3.1.5.4.3 Conta de Serviços	54
3.1.5.4.4 Conta Rendimentos.....	55
3.1.5.4.5 Transferências Correntes	55
3.1.5.4.6 Conta Capital e Financeira	55
3.1.5.4.7 Financiamento da Balança de Pagamentos	57
3.1.5.5 Dívida Externa	57
3.1.5.5.1 Desemboslos de Novos Empréstimos	57
3.1.5.5.2 Amortizações dos Empréstimos Externos	58

III . SISTEMA FINANCEIRO

1. Introdução.....	63
2. Actividades de Licenciamento, Contencioso, Estudos e Regulamentação	63
2.1 Licenciamento	63
2.2 Contencioso	63
2.3 Estudos e Regulamentação	64
2.4 Actividades no Âmbito do Combate Contra o Branqueamento de Capitais	65



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006

ÍNDICE GERAL

ASSUNTOS	PÁGINA
2.5 Mercado de Valores Mobiliários	65
2.5.1 Evolução do Mercado	65
2.5.2 Cooperação Regional	66
3. Indicadores Financeiros do Sistema Bancário	66
3.1 Estrutura do Balanço Agregado	67
3.1.1 Elementos do Activos	67
3.1.2 Elementos do Passivo	69
3.2 Intermediação Financeira	69
2.3 Resultados Financeiros	71
3.4 Níveis de Eficiência	72
3.5 Alguns Indicadores de Solidez Financeira	73
3.5.1 Adequação de Capital	73
3.5.2 Qualidade dos Activos	73
3.6 Custos e Proveitos	74
4. Conclusões Gerais	75

GRÁFICO	PÁGINA
Gráfico 1. Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo	28
Gráfico 2. Estrutura da Despesa Corrente	36
Gráfico 3. Estrutura do Financiamento Externo	37
Gráfico 4. Fontes de Financiamento ao Orçamento	38
Gráfico 5. Taxas de Juro Médias Mensais do MMI e Variação Anual do Câmbio	42
Gráfico 6. Taxas de Juro a 1 Ano e Inflação Anual	43
Gráfico 7. Crédito Por Sectores de actividade	46
Gráfico 8. Paridade MT/USD e MT/ZAR	49
Gráfico 9. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real	51
Gráfico 10. Evolução das Importações e Exportações de Bens	53
Gráfico 11. Evolução das Principais Componentes das Exportações	53
Gráfico 12. Evolução dos Componentes das Importações	54
Gráfico 13. Investimento Directo Estrangeiro	57
Gráfico 14. Balanço Agregado do Sistema Bancário	67
Gráfico 15. Crédito Concedido Total	67
Gráfico 16. Crédito Vencido	68
Gráfico 17. Nível de Cobertura das Provisões	68
Gráfico 18. Estrutura do Passivo Agregado	69
Gráfico 19. Composição dos Depósitos por Tipos de Depósito	69
Gráfico 20. Taxa de Transformação dos Depósitos em Crédito	70
Gráfico 21. Rácio de Transformação - Depósitos/Crédito MN.....	70
Gráfico 22. Rácio de Transformação- depósitos/crédito ME	70
Gráfico 23. Margem de Intermediação Financeira	71



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006

ÍNDICE GERAL

GRÁFICO	PÁGINA
Gráfico 24. Rentabilidade	71
Gráfico 25. Determinantes de Eficiência	72
Gráfico 26. Rácio de Eficiência do Sistema Bancário	72
Gráfico 27. Rácio de Solvabilidade (Bancos).....	73
Gráfico 28. Qualidade do Crédito Bancário	74
Gráfico 29. Rácio Custo de Estrutura/Proveitos do Sistema Bancário	74

QUADRO	PÁGINA
Quadro 1. Preços Médios de Mercadorias Seleccionadas	26
Quadro 2. Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo	28
Quadro 3. Produtos Com Maior Contribuição Para Inflação Anual	29
Quadro 4. Produtos Com Maior Contribuição Para Inflação em Dezembro de 2005	29
Quadro 5. Produção Global e Sectorial - Taxas de Crescimento em Volume	31
Quadro 6. Produção Empresarial e Comercialização do Sector Familiar	32
Quadro 7. Indústria Transformadora: Taxas de Crescimento	33
Quadro 8. Receitas Fiscais	35
Quadro 9. Indicadores Financeiros Seleccionados	39
Quadro 10. Evolução da BaM e Suas Componentes	40
Quadro 11. Factores de Variação das Reservas Bancárias em 2005	40
Quadro 12. Instrumentos do MMI - Evolução dos Saldos	41
Quadro 13. Evolução do M3 e Suas Componentes	44
Quadro 14. Estrutura dos Depósitos da Economia	45
Quadro 15. Evolução do Crédito à Economia	45
Quadro 16. Estrutura do Crédito à Economia.	47
Quadro 17. Evolução da Conta Corrente	52
Quadro 18. Evolução da Conta Capital e Financeira	56
Quadro 19. Fontes de Financiamento da BoP	57
Quadro 20. Novos Empréstimos	58
Quadro 21. Dívida Vencida Paga e Aliviada	59
Quadro 22. Transacções no Mercado de Cotações Oficiais	65

CAIXA	PÁGINA
Caixa 1. Composição Estrutural do Novo Cabaz do INE Introduzido em Janeiro de 2006	30
Caixa 2. Conversão do Metical em Circulação Para o Metical da Nova Família	48
Caixa 3. Iniciativa do Alívio da Dívida Multilateral (MDRI)	60
Caixa 4. Actuação do Banco de Moçambique em 2005	61



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006

ÍNDICE GERAL

ABREVIATURAS

AGOA	African Growth Opportunity Act
AEL's	Activos Externos Líquidos
AIL's	Activos Internos Líquidos
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe de Desenvolvimento de África
BaM	Base Monetária
BCE	Banco Central Europeu
BComs	Bancos Comerciais
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BM	Banco de Moçambique
BoP	Balança de Pagamentos
BT's	Bilhetes do Tesouro
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CDM	Cervejas de Moçambique
CLG	Crédito Líquido ao Governo
DO	Depósito à Ordem
DP	Depósito a Prazo
DT	Depósitos Totais
EA	Empréstimos e Adiantamentos
EUA	Estados Unidos da América
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FED	Reserva Federal
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez
FPC	Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez
FPD	Facilidade Permanente de Depósito
HCB	Hidroeléctrica de Cahora Bassa
HIPC	High Indebt Poor Countries
IC	Instituições de Crédito
IDA	International Development Agency
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPP	Índice de Preços no Produtor
IRPC	Imposto de Rendimento para Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto de Rendimento para Pessoas Singulares
ITCER	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real
IVA	Imposto Sobre Valor Acrescentado
LD	Leilões de Depósito
M3	Meios Totais de Pagamento denominados em MN e ME
M2	Meios Totais de Pagamento denominados em MN
MCI	Mercado Cambial Interbancário
mdc	Milhões de Contos (biliões de meticais)
MDG	Millennium Development Goals
MDRI	Multilateral Debt Relief Initiative
ME	Moeda Estrangeira
MMI	Mercado Monetário Interbancário



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006



ABREVIATURAS

MMZM	Milhões de Meticais
MN	Moeda Nacional
MOZAL	Mozambique Aluminium Smelter
MT	Metical de Moçambique
NDF	Nordic Development Fund
NMC	Notas e Moedas em Circulação
NUIT	Número Único de Identificação Tributária
OAPL	Outros Activos e Passivos Líquidos
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento do Estado
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OT's	Obrigações de Tesouro
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
pp	Pontos Percentuais
PRGF	Poverty Reduction and Growth Facility
RIL's	Reservas Internacionais Líquidas
RIB's	Reservas Internacionais Brutas
RB's	Reservas Bancárias
RO's	Reservas Obrigatórias
SARB	South African Reserve Bank
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TAM's	Títulos de Autoridade Monetária
TDM	Telecomunicações de Moçambique
USD	Dólar dos Estados Unidos da América
ZAR	Rand da África do Sul
ZWD	Dólar do Zimbabwe



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006



PREFACIO

Em 2004 iniciou-se uma terceira vaga de reformas no funcionamento dos mercados interbancários, culminando em finais daquele ano, com a formalização de um Código de Conduta dos operadores do Mercado Cambial Interbancário, que representou um salto qualitativamente novo na orientação ético-deontológica dos profissionais desta actividade. Em 2005 as reformas prosseguiram, tendo sido instituído o sistema de cotações multilaterais de câmbios e o leilão de divisas, instrumentos que passaram a nortear a actuação do Mercado Cambial Interbancário (MCI), seja na alocação de divisas ao mercado, como na formação da taxa de câmbio, baseada nas regras de mercado.

Moçambique é uma pequena economia aberta e importador líquido de produtos petrolíferos. O choque do petróleo tem representado um enorme encargo para a balança de pagamentos do País, para a actividade económica e, de uma maneira geral, para os consumidores.

O aumento do preço do petróleo no mercado internacional resultou, em 2005, numa maior factura de importação de combustíveis líquidos, num contexto em que a expectativa de alinhamento da paridade da taxa de câmbio do Metical era grande no mercado, em face da elevada apreciação efectiva real ocorrida em 2004, que também induziu uma maior propensão para a importação de bens e serviços.

A associação destes factores com a adaptação dos operadores do MCI, às novas posturas aí introduzidas, engendraram um aumento na procura de divisas, tendo o Banco de Moçambique colocado, em termos líquidos, no MCI, em 2005, cerca de USD 300 milhões, contra cerca de USD 180 milhões em 2004. Complementarmente, houve a necessidade de introduzir medidas correctivas visando disciplinar os operadores de câmbios e acautelar os riscos que o sector bancário incorre ao conceder crédito em moeda estrangeira a operadores não exportadores, num ambiente de maior volatilidade da taxa de câmbio.

Extraordinariamente, implementamos em Novembro, bandas de variação das taxas de câmbio no sistema de leilão. Estas medidas acompanhadas de acções de persuasão moral, permitiram reduzir a volatilidade da taxa de câmbio do Metical e fechar o ano com um nível de depreciação de 27%, contra os 56% acumulados até Outubro.

Apesar dos choques a que a economia moçambicana esteve exposta em 2005, o desempenho macroeconómico situou-se na linha das projecções iniciais:

- O Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa real na vizinhança de 7.5%, mercê do dinamismo dos sectores de construções (infra-estruturas), turismo e transportes e telecomunicações, apesar da estiagem que acompanhou a época agrícola em muitas zonas do País, afectando deste modo a produção e comercialização agrícola, que cresceu apenas 1.8%, após 9.1% e 8.4% em 2004 e 2003. O crescimento económico em 2005 situa-se na linha dos pressupostos contidos no PARPA – Plano de Acção Para a redução da Pobreza Absoluta, com a particularidade de em 2005, a contribuição dos grandes projectos ter sido marginal, por terem atingido a sua capacidade máxima de produção;
- A inflação média anual desacelerou para 7.2%, depois de 12.6% em 2004, muito embora a variação acumulada tenha incrementado para 14% em Dezembro de 2005, após 9.1% em 2004. A sazonalidade dos preços em finais do ano contrariou os anos anteriores, ao registar-se nos meses de Outubro a Dezembro, um aumento de 8.5%, ou seja, mais de metade da variação de todo o ano.

Mesmo com um elevado nível de intervenções no MCI, do lado das vendas, em 2005 as reservas internacionais líquidas asseguraram o objectivo de 4.6 meses ou 6 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, com e sem inclusão dos grandes projectos, respectivamente.



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006



A colaboração da comunidade nacional de negócios, em particular da Confederação das Associações Económicas (CTA) e o apoio financeiro da comunidade internacional, mais uma vez revelaram-se importantes para a redução da pressão no lado da procura de divisas e o equilíbrio do défice da balança de pagamentos não obstante a conta corrente, ter registado um agravamento do défice, comparativamente a 2004.

Facto marcante em 2005 foi a selecção de Moçambique para integrar a lista de 19 países eleitos pelo FMI para beneficiarem do perdão da dívida multilateral em 100% - *Multilateral Debt Relief Initiative* – decidida em Gleneagles, Escócia, na cimeira do chamado G-8, em Julho de 2005.

A dívida externa de Moçambique para com o FMI estava avaliada em USD 154 milhões e o seu perdão vai produzir efeitos, em igual magnitude no nível de reservas internacionais e nos depósitos do Estado, que contará assim com recursos adicionais a ser canalizados aos programas dos sectores prioritários, no âmbito do PARPA e objectivos de desenvolvimento do milénio.

Espera-se que em Março de 2006 o Banco Mundial também aprove os pormenores relativos a operacionalização desta iniciativa (MDRI-IMAD). Dados provisórios indicam que a dívida oficial de Moçambique ao Banco Mundial, até 31 de Dezembro de 2004, era de cerca de USD 1.4 biliões.

No culminar de todo um processo de reformas em curso nas últimas duas décadas, o Parlamento aprovou em final de 2005, a Lei nº 7/2005, que introduz o Metical da nova família e a taxa de conversão de 1:1000, partindo dos Meticais actualmente em circulação. Este programa vai implicar, em 2006, um redobrado esforço multidisciplinar. O Banco de Moçambique espera envolver toda a sociedade, agentes económicos, associações profissionais nas campanhas de esclarecimento e divulgação.

No plano institucional, o nosso principal desafio para 2006 é a introdução, com sucesso, do Metical da Nova Família, em 1 de Julho, seguindo um plano em vigor integrando as áreas: operacional, contabilística, legal e de informática.

As perspectivas para 2006 são de uma inflação média anual de um dígito (9.5%) e um crescimento do PIB de 7.9%. A condução da política monetária, tomará em conta estes objectivos e a necessidade de consolidarmos as reformas iniciadas no funcionamento dos mercados, nos domínios da recolha, tratamento, análise e disseminação de informação estatística, no reforço da supervisão prudencial, seguindo as boas práticas internacionais consubstanciadas no IFRS e de uma maneira especial, os compromissos do País em matéria de convergência e integração na SADC.

Tal como tem sido no passado, a execução das metas do Banco foi possível graças a prestimosa colaboração das instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, bem como do público em geral e em especial de todos os trabalhadores do Banco, que mesmo em condições difíceis, conseguiram concentrar o seu saber e esforço no cumprimento da missão do Banco. A todos eles vão os meus agradecimentos.

Para a Doutora Clara Coutinho de Sousa, que exerceu funções de Administradora do Banco por um período de sete anos, vai o nosso reconhecimento por ter desempenhado com zelo, elevado profissionalismo e responsabilidade as suas funções. Formulo votos de sucessos nas novas funções que vai exercer. Desejo à Doutora Esselina Macome muito éxitos nas suas funções no Conselho de Administração. Estou certo que com a sua experiência e conhecimentos vai constituir uma mais valia para a nossa instituição.

Adriano Afonso Maleiane
Governador



RELATÓRIO ANUAL BM
14 (14) JUN. 2006





I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, as demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2005, constantes das páginas 2 a 19, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2006, e vão assinadas em seu nome por:

Dr^a Joana Jacinto David
Administradora



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração do
Banco de Moçambique

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **BANCO DE MOÇAMBIQUE**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de fundos próprios de 878.427 milhões de Meticais, incluindo um resultado líquido de 96.796 milhões de Meticais), a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 1 das Reservas, a auditoria que realizamos foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto a referida auditoria incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reservas

1. De acordo com o último estudo actuarial efectuado em referência a 31 de Dezembro de 2004, a responsabilidade do Banco com pensões de reforma aos seus trabalhadores era de cerca de 3.133.254 milhões de Meticaís, para a qual está constituído um Fundo Autónomo, cujo valor em 31 de Dezembro de 2005 era de aproximadamente 2.147.570 milhões de Meticaís. A inexistência de um estudo actuarial efectuado em referência a 31 de Dezembro de 2005, não nos permite avaliar em que extensão eventuais cortes e liquidações do plano ocorridos em 2005 possam influenciar o montante daquela responsabilidade.

2. A rubrica de Provisões engloba o montante de 2.254.605 milhões de Meticaís, relativo a uma provisão geral registada no exercício de 2004 por via da transferência de várias provisões, criadas em exercícios anteriores, para aquela conta. Em resultado das nossas análises e de informações prestadas pelo Banco, concluímos que a referida provisão se encontra excessiva no montante de 1.610.133 milhões de Meticaís, dado que não se encontra explicitamente correlacionada com a perda de valor de activos do Banco nem com passivos de tempestividade ou quantia incerta. Consequentemente, o resultado do exercício e os fundos próprios do Banco encontram-se subavaliados no montante de 1.610.133 milhões de Meticaís.

Opinião com Reservas

Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 1 acima e excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 2 precedente, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANCO DE MOÇAMBIQUE** em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas do **Banco de Moçambique**.

ERNST & YOUNG

Maputo, 27 de Março de 2006



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço

em 31 Dezembro 2005

	Notas	2005 MMZM	2004 MMZM
Activos			
Meios imobilizados	2	953.742	903.544
Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo	3	2.300.636	3.716.173
Investimentos	4	1.537.235	24.692
Flutuação de valores reembolsável pelo Estado	5	3.015.207	7.788.380
Ouro e activos sobre o exterior	6	29.868.296	25.188.324
Outros devedores	13	3.660.330	1.466.158
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-
Existências	8	83.146	107.857
Total do activo		41.418.592	39.195.128
Passivo			
Notas e moedas em circulação	9	7.335.780	6.202.654
Depósitos	10	13.936.756	13.216.156
Bilhetes do Tesouro e de Autoridades Monetárias	11	10.606.800	10.425.346
Financiamentos externos	12	3.795.120	3.716.313
Provisões	21	4.403.328	4.316.276
Outros credores	14	447.121	532.347
Fundo social dos trabalhadores		15.260	4.791
Total do passivo		40.540.165	38.413.883
Situação líquida			
Capital	15	248.952	248.952
Reservas não distribuíveis	15	242.283	242.283
Lucros não distribuídos	15	96.796	0
Reserva estatutária	15	266.396	266.010
Outras reservas	15	24.000	24.000
Total da situação líquida		878.427	781.245
Total da situação líquida e passivo		41.418.592	39.195.128
Contas extrapatrimoniais	16	14.292.622	10.083.535



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de Resultados

em 31 de Dezembro de 2005

	Notas	2005 MMZM	2004 MMZM
Juros e proveitos equiparados	17	1.067.831	620.929
Juros e custos equiparados	18	807.641	1.069.411
<i>Margem financeira</i>		260.190	(448.482)
Outros proveitos			
Proveitos de operações em ouro		84.152	15.713
Proveitos/(custos) de operações em moeda estrangeira		560.668	(19.358)
Outros proveitos de exploração	19	155.958	53.698
Total de proveitos		1.060.968	(398.429)
Custos operacionais			
Custos com o pessoal	20	610.189	553.984
Outros custos operacionais	20	457.483	336.055
		1.067.672	890.039
Prejuízo da actividade corrente		(6.704)	(1.288.468)
Resultados de exercícios anteriores:			
Proveitos de exercícios anteriores	22	103.500	5.363
		96.796	(1.283.105)
Provisão para o Fundo de Pensões		-	(270.901)
Transferência da Provisão Geral para resultados		-	1.554.006
Lucro do exercício		96.796	-



Escultura em Bronze, por M. Manuela Madureira



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2005

	Notas	2005 MMZM	2004 MMZM
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Lucro do exercício		96.796	-
Ajustamentos para:			
Regularização da reserva estatutária		386	-
Amortizações		145.450	138.418
Itens não relacionados com caixa		(57.949)	(5.478)
Movimento de provisões		87.052	(1.024.279)
Resultados extraordinários		-	-
Fundo social dos trabalhadores		10.469	(9.687)
Fluxos líquidos gerados pelas actividades operacionais		<u>282.204</u>	<u>(901.026)</u>
Alterações ao nível do capital circulante:			
Diminuição/ (aumento) dos empréstimos e adiantamentos ao Estado		1.415.537	3.715.287
Diminuição/ (aumento) dos empréstimos e adiantamentos do Estado		4.773.173	5.769.746
Diminuição/ (aumento) em devedores e outras contas		(2.235.221)	(355.778)
Diminuição/ (aumento) em existências		24.712	(5.891)
(Diminuição)/ aumento em contas de depósitos		720.600	2.325.698
(Diminuição)/ aumento em credores e outras contas		13.771	(96.099)
(Diminuição)/ aumento de Bilhetes de Tesouro e Bilhetes de Autoridades Monetárias		181.454	6.915.772
Fluxos líquidos gerados pela/(utilizado para) alterações ao nível do capital circulante		<u>4.894.026</u>	<u>10.838.161</u>
Fluxo de caixa gerado pelas/(utilizado para) actividades operacionais		<u>5.176.230</u>	<u>9.937.135</u>
Fluxos de caixa de actividade de investimento			
(Aquisição) / (venda) de meios imobilizados		(195.647)	(153.619)
(Aquisição) / (venda) de investimentos		(1.512.543)	413
Reavaliação/ (aquisição) /venda de ouro e moeda estrangeira		(4.679.972)	(1.424.092)
		<u>(6.388.162)</u>	<u>1.270.886</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
(Diminuição) / aumento de notas e moedas em circulação		1.133.126	1.192.350
Reavaliação e (diminuição) / aumento nas responsabilidades em moeda estrangeira		78.806	(1.376.861)
Financiamentos externos transferidos para o Estado		-	(11.023.510)
		<u>1.211.932</u>	<u>(11.208.021)</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		-	-
Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de caixa no seu Balanço.			



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas às Demonstrações Financeiras

do Exercício Económico findo em 31 de Dezembro de 2005

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1 Bases de apresentação

O **BM – Banco de Moçambique** é o Banco Central do País com sede em Maputo. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2005 e o resultado das suas operações para o exercício económico findo na mesma data.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Moçambique, com base no princípio do custo histórico, sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto de mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços, e de acordo com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma e materialidade.

1.2 Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

1.3 Transacções em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os saldos denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data de reporte. As flutuações cambiais activas e passivas daí resultantes, geradas no próprio exercício económico, são da responsabilidade do Estado.

No período compreendido entre 31 de Maio de 2002 e 31 de Dezembro de 2003, este critério contabilístico foi derogado, passando as mesmas a ser da responsabilidade do Banco, conforme acordo celebrado entre este e o Governo.

1.4 Meios imobilizados

Os edifícios são objecto de reavaliação periódica. As restantes imobilizações encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Moçambique, líquidas de amortizações acumuladas. As amortizações de Meios Imobilizados são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas na portaria n.º 20817 de 27 de Janeiro de 1968, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Edifícios	50
Equipamento informático	4
Veículos	4 – 5
Outros Meios Imobilizados	10
Encargos Plurianuais	3



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As imobilizações incorpóreas englobam os encargos plurianuais, os quais incluem os custos com emissão de notas e moedas sendo objecto de depreciação por um período de três anos.

1.5 Investimentos

As participações financeiras são registadas ao respectivo custo, a menos que, na opinião da Administração, tenha ocorrido uma diminuição significativa e permanente do seu valor. Em tais casos é constituída uma provisão para reduzir o saldo desta rubrica ao seu valor estimado de realização.

1.6 Créditos ao Estado

Ao abrigo do artigo 18 da Lei 1/92 de 3 de Janeiro, o Banco pode conceder crédito ao Estado. A política estabelecida pelo Banco é a de não proceder à constituição de provisões para este tipo de crédito.

1.7 Bilhetes do Tesouro e de Autoridades Monetárias

Os Bilhetes do Tesouro e de Autoridades Monetárias são registados ao custo de emissão. A diferença entre o custo inicial e o valor reembolsável tratado como se de um juro se tratasse, sendo o mesmo diferido até a data estimada de pagamento dos activos financeiros titulados.

2. MEIOS IMOBILIZADOS

Os movimentos da rubrica de Meios Imobilizados, durante o ano de 2005, são decompostos como segue:

	MMZM				Saldo em 31 de Dezembro
	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	
Custo:					
Terrenos e edifícios	645.065	468	-	-	645.533
Equipamento	441.078	15.245	(203)	2.412	458.532
Mobiliário e Outros Meios					
Básicos	2.853	47	-	-	2.900
Imobilizações em curso	39.834	117.005	-	(2.412)	154.427
Imobilizações incorpóreas	376.688	62.891	-	-	439.579
	1.505.518	195.656	(203)	-	1.700.971
Amortizações acumuladas:					
Terrenos e edifícios	148.705	29.176	-	-	177.881
Equipamento	218.805	49.818	(195)	-	268.428
Mobiliário e Outros Meios					
Básicos	10.474	13.079	-	-	23.553
Imobilizações incorpóreas	223.990	53.377	-	-	277.367
	601.974	145.450	(195)	-	747.229
Valor Líquido	903.544				953.742



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. CRÉDITO E ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS AO GOVERNO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	Notas	2005 MMZM	2004 MMZM
Empréstimos ao Governo Central	3.1	2.300.422	3.715.959
Empréstimos aos Governos Locais		214	214
		<u>2.300.636</u>	<u>3.716.173</u>

3.1 A rubrica de Empréstimos ao Governo Central inclui um valor de MMZM 2 300 000 (2003 – MMZM 3.750.403), representativo de fundos de curto prazo concedidos ao Governo para efeitos de emissão de Bilhetes do Tesouro no mercado. Ver nota 11 das Notas às Demonstrações Financeiras.

4. INVESTIMENTOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

		2005	2004
Obrigações do Tesouro	4.1	1.500.000	-
Banco Int. de Reconstrução e Desenvolv.	4.2	12.798	12.798
Africa Export and Import Bank	4.3	24.183	11.574
Pagamentos de acordos internacionais	4.4	254	320
		<u>1.537.235</u>	<u>24.692</u>

4.1 As Obrigações do Tesouro representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14 da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique), com um prazo de amortização perpétuo e a uma taxa de juro de 5,8%.

4.1 As contribuições para o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento representam as obrigações anuais da República de Moçambique.

4.2 A participação financeira subscrita no African Export – Import Bank é de USD 1.000.000 (2004 – USD 1.000.000). Em 2005 o Banco procedeu a actualização cambial desta participação.

4.3 O saldo de pagamentos de acordos internacionais representa a posição líquida relativamente aos acordos comerciais bilaterais celebrados com países africanos.

5. Flutuação de Valores Reembolsável pelo Estado

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2005:

	2005 MMZM	2004 MMZM
Flutuação de valores desfavorável, pagável pelo Estado no decurso dos próximos dois anos	3.000.000	4.500.000
Flutuação de valores desfavorável, reembolsável pelo Estado mas sem estar acordada com este	15.207	3.288.380
	<u>3.015.207</u>	<u>7.788.380</u>



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reconciliação do saldo final:

	2005 MMZM	2004 MMZM
Saldo inicial	7.788.380	13.558.126
Flutuações cambiais incorridas até a data de transferência da dívida	-	(259.741)
Transferência da dívida para o Estado	(3.273.173)	(11.023.510)
Reembolsos efectuados pelo Estado durante o exercício (através de OT's)	(1.500.000)	-
	<u>3.015.207</u>	<u>2.274.875</u>
Flutuações cambiais activas e passivas reembolsáveis pelo Estado e assumidas por este decorrentes de exercícios anteriores até a data de transferência	-	2.058.642
Saldo com o Estado após transferência	3.015.207	4.333.517
Flutuações subsequentes à data de transferência da dívida	-	3.454.863
	<u>3.015.207</u>	<u>7.788.380</u>

O saldo desta conta integralmente assumido pelo Estado, no âmbito do n.º 2, Artigo 14 da Lei 1/92. Este saldo resulta da reavaliação dos saldos dos créditos externos obtidos pelo Banco em nome do Estado. As flutuações cambiais activas e passivas geradas no presente exercício económico são da responsabilidade do Estado.

Relativamente ao saldo de 2004, o Estado concordou no pagamento de um valor de MMZM 4.500.000 mediante a emissão de Obrigações de Tesouro, a favor do Banco, em prestações anuais de MMZM 1.500.000 durante o período compreendido entre 2005 e 2007.

Em 28 de Julho de 2005 foram emitidas obrigações no montante de MMZM 1.500.000 a favor do Banco de Moçambique (nota 4).

Em 2005 a reavaliação dos activos e passivos em moeda estrangeira resultou num ganho de MMZM 3.273.173 (a reembolsar ao Estado). Desta forma, o saldo remanescente da conta de flutuação de valores reembolsável pelo Estado em referência a 31 de Dezembro de 2005 ascende a MMZM 15.207, encontra-se isento de juros e não foi fixado, até ao momento, qualquer plano de pagamento da dívida.

6. OURO E ACTIVOS SOBRE O EXTERIOR

Esta rubrica decompõe-se como segue:

		2005 MMZM	2004 MMZM
Ouro em moedas e em barras	6.1	1.184.870	547.101
Gestores externos	6.2	12.169.698	9.468.105
Depósitos a prazo		9.700.881	11.844.480
Bilhetes de tesouro		1.705.807	-
Depósitos a ordem		4.997.604	3.267.788
Moeda estrangeira em caixa		109.436	60.850
		<u>29.868.296</u>	<u>25.188.324</u>



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.1 À data de 31 de Dezembro de 2005 as reservas de ouro de aproximadamente 95.189 onças (2004 – 65.189) foram avaliadas em USD 44.302.475 (2004 – USD 28.513.846), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos a data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres.

6.2 O saldo de gestores externos refere-se às aplicações sob custo dia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em áreas especificamente estipuladas no acordo. Os aumentos no valor do portfólio gerido durante o ano são contabilizados como proveitos líquidos dos honorários e comissões devidos aos gestores de recursos. Os honorários variam entre 0,5 e 2 por cento do valor médio líquido dos activos investidos. Em 31 de Dezembro de 2005 os investimentos foram reavaliados para o valor de mercado sendo a diferença registada numa rubrica de flutuações de valores.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo desta rubrica encontra-se decomposto como segue:

	2005 MMZM	2004 MMZM
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas e moedas que se encontravam no Caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

8. EXISTÊNCIAS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

Economato	14.340	48.098
Outros activos	68.806	59.759
	<u>83.146</u>	<u>107.857</u>

9. NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2005:

Notas	7.120.314	6.056.481
Moedas	215.466	146.173
	<u>7.335.780</u>	<u>6.202.654</u>

As notas e moedas que se encontravam no Caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no Artigo 15 da Lei 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro;
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidos às instituições de crédito no âmbito do Artigo 41.

O Artigo 12 da Lei 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amodado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2005 o valor total de notas e moedas em circulação ascendia a MMZM 7.335.780 (2004 – MMZM 6.202.654), ascendendo o valor dos activos externos a MMZM 29.868.659 (2004 – MMZM 25.200.855).

10. DEPÓSITOS

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2005:

		2005 MMZM	2004 MMZM
Depósitos em moeda nacional:			
Estado		2.825.657	1.869.665
Instituições financeiras	10.1	4.552.842	4.106.779
Credores por recursos consignados	10.2	52.579	58.665
Depósitos de caução		10.120	32.362
Fundo Monetário Internacional		9.515	9.883
BIRD		1.217	539
Bancos estrangeiros		3.473	6.391
Outras contas correntes		35.525	3.224
		7.490.928	6.087.508
Depósitos em moeda estrangeira:			
Estado		5.310.386	5.293.182
Instituições Financeiras	10.1	296.143	124.014
Credores por recursos consignados	10.3	839.009	1.711.226
Depósitos de caução		290	226
		6.445.828	7.128.648
		13.936.756	13.216.156

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros.

10.1 Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais.

10.2 Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos seus beneficiários.

10.3 Este saldo respeita a contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11. BILHETES DO TESOIRO E DE AUTORIDADES MONETÁRIAS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

		2005	2004
		MMZM	MMZM
Bilhetes do Tesouro	11.1	10.306.800	6.094.315
Leilões de depósitos	11.2	300.000	-
Bilhetes de Autoridades Monetárias		-	4.331.031
		<u>10.606.800</u>	<u>10.425.346</u>

11.1- Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de débito emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de três ou seis meses. Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo. Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado a pedido deste, à mesma taxa de juro da praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Governo.

A taxa de juro para os Bilhetes do Tesouro variou ao longo do ano entre 10% e 11%. O valor nominal do saldo no final do exercício económico ascendia a MMZM 10.576.000.

11.2 Os Leilões de Depósitos representam débitos emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de quatro dias a um ano. Os Leilões de Depósitos são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações de mercado no mercado financeiro a nível local.

A taxa de juro para os Leilões de Depósitos variou entre 7,5% e 8,0%. O valor nominal do saldo no final do exercício económico ascendia a MMZM 300.000.

12. FINANCIAMENTOS EXTERNOS

O saldo desta rubrica, em referência a 31 de Dezembro de 2005, apresenta a seguinte decomposição:

		2005	2004
		MMZM	MMZM
Organizações Financeiras Internacionais	12.1	3.795.120	3.716.313
		<u>3.795.120</u>	<u>3.716.313</u>

12.1 Representam financiamentos obtidos do Fundo Monetário Internacional ao abrigo do Programa PRGF. Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco. Os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente registados.



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. OUTROS DEVEDORES

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2005	2004
	MMZM	MMZM
Devedores estrangeiros	17.087	653
Depósitos afectos às obrigações com o Fundo de Pensões	13.1 2.147.570	1.106.249
Empréstimos ao pessoal	5.338	1.828
Outros empréstimos e devedores	11.264	25.905
Aplic. recursos consignados (empréstimos)	707.570	266.271
Juros a receber – de depósitos	278.359	-
Cheques em processo de liquidação	65.471	65.010
Outros	427.671	242
	3.660.330	1.466.158

13.1 Este saldo representa os depósitos efectuados em Bancos Comerciais para cobertura das responsabilidades futuras inerentes ao Fundo de Pensões. Estes depósitos estão sob controlo do Banco, não estando a ser considerados como plano de activos no último estudo actuarial entregue ao Banco. Ver nota 27 das Notas às Demonstrações Financeiras.

14. OUTROS CREDORES

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2005	2004
Credores estrangeiros	10	41.057
Credores nacionais	326.814	279.734
Contas de liquidação	429	360
Outros credores	32.056	211.196
Flutuação de valores – títulos	87.812	-
	447.121	532.347

15. SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Capital MMZM	Reservas não distribuíveis MMZM	Lucro/ (prejuízo)/ distribuído MMZM	Reserva Estatutária MMZM	Outras Reservas MMZM	Capital e Reservas MMZM
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	248.952	183.230	78.737	246.326	24.000	781.245
Resultado Líquido do Exercício	-	-	0	-	-	-
Entrega de Lucros ao Estado	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas não distribuíveis	-	59.053	(59.053)	-	-	-
Transferência para Reservas Estatutárias	-	-	(19.684)	19.684	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	248.952	242.283	-	266.010	24.000	781.245
Resultado Líquido do Exercício	-	-	96.796	-	-	96.796
Transferência para reservas não distribuíveis	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reservas Estatutárias	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	386	-	386
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	248.952	242.283	96.796	266.396	24.000	878.427



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

15.1 CAPITAL

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique.

15.2 RESERVAS NÃO DISTRIBUÍVEIS

Esta reserva foi constituída no âmbito das várias reavaliações do património do Banco, nomeadamente de Edifícios.

15.3 RESERVA ESTATUTÁRIA E ENTREGA DE LUCROS AO ESTADO

Nos termos do Artigo 65, Lei 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), a aplicação dos Lucros obtidos deverá ser apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Governo.

Relativamente a 2004 o Conselho de Administração não propôs nenhuma aplicação em virtude do resultado ter sido nulo (2003: 75% para Outras Reservas e 25% para o Reserva legal).

16. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	2005	2004
	MMZM	MMZM
Garantias e avales	134	-
Créditos documentários abertos	255.121	212.181
Activos recebidos em garantia	14.018.971	9.853.393
Valores à cobrança	18.396	17.959
	<u>14.292.622</u>	<u>10.083.533</u>

O Banco não prevê a ocorrência de prejuízos materialmente significativos em resultado de responsabilidades contingentes nas operações em causa, para além dos casos já provisionados nas demonstrações financeiras.

17. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

Juros de créditos e adiantamentos concedidos	19.462	223.345
Juros de depósitos à ordem	23.169	11.530
Juros de depósitos a prazo	462.163	265.348
Juros de aplicações com gestão contratada (gestores externos)	425.710	103.314
Juros aplicações em obrigações e bilhetes do tesouro	98.662	-
Outros juros	38.665	17.392
	<u>1.067.831</u>	<u>620.929</u>



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

O saldo desta rubrica encontra-se decomposto como segue:

	2005	2004
	MMZM	MMZM
Juros de créditos e adiantamentos obtidos	21.115	22.664
Juros de depósitos a ordem	6.439	113
Juros de aplicações de liquidez	780.087	1.046.634
	807.641	1.069.411

19. OUTROS PROVEITOS

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2005:

<i>Comissões de serviços bancários</i>			
Comissões de cobrança		55.701	30.551
Comissões de transferências		4.246	8.981
Multas a Instituições Financeiras por incumprimento do limite de reservas		2.114	9.487
Regularização de saldos contabilísticos	19.1	90.419	-
Outros serviços		3.473	2.414
<i>Diferenças cambiais positivas/(negativas)</i>			
Reavaliação das reservas de ouro	19.2	-	-
Reavaliação de operações em moeda estrangeira	19.2	-	-
Juros de depósitos de ouro		5	2.265
		155.958	53.698

19.1 As regularizações de saldos contabilísticos referem-se a ajustamentos realizados nas contas de depósitos no estrangeiro e passivos externos, decorrente do processo de análise e reconciliação destas contas durante o exercício de 2005.

19.2 As flutuações cambiais activas e passivas geradas no presente exercício económico são da responsabilidade do Estado. Desde 31 de Maio de 2002 até final do exercício económico de 2003 as mesmas foram da responsabilidade do Banco, conforme acordo celebrado entre este e o Governo.

20. CUSTOS COM O PESSOAL E OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

<i>Custos com o pessoal</i>			
Remunerações		610.189	553.984
Encargos sociais e outras despesas com o pessoal		577.652	533.562
		32.537	20.422
<i>Outros custos operacionais</i>			
Fornecimentos de terceiros		457.483	336.055
Serviços de terceiros		30.634	40.209
Amortizações do exercício		137.816	141.336
Outros custos		145.450	138.418
Outros (ganhos) / perdas		4.400	3.496
		139.183	12.596
		1.067.672	890.039



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

21. PROVISÕES

O movimento das provisões assim como a sua decomposição apresentam-se como segue:

	Provisão Geral MMZM	Provisão para diferenças contabilís- ticas MMZM	Provisão para riscos gerais de crédito MMZM	Fundo de incentivos aos trabalha- dores MMZM	Fundo de Pensões (Nota 27) MMZM	2005 Total MMZM
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	-	429.068	12.022	61.765	1.778.749	2.281.604
Provisão constituída em 2004	1.504.946	258.826	0	0	270.901	2.034.673
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1.504.946	687.894	12.022	61.765	2.049.650	4.316.277
Reconhecimento da obrigação inerente ao Fundo de Pensões 27	-	-	-	-	-	-
Regularização do Fundo de Pensões 27	-	-	-	-	97.920	97.920
Anulação de provisões	-	-	(10.869)	-	-	(10.869)
Transferência para Provisão Geral	749.659	(687.894)	-	(61.765)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.254.605	-	1.153	-	2.147.570	4.403.328

22. AJUSTAMENTOS IMPUTÁVEIS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2005 MMZM	2004 MMZM
Regularização de saldos contabilísticos	120.874	-
Outros (vários)	(17.374)	5.363
	103.500	5.363

As regularizações de saldos contabilísticos referem-se a ajustamentos realizados nas contas de depósitos no estrangeiro, passivos externos, de regularização e de passivos diversos, decorrente do processo de análise e reconciliação destas contas durante o exercício de 2005.

23. INFORMAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício económico o Banco e as suas delegações, no decurso normal das suas actividades efectuaram diversas transacções entre si. Essas transacções foram efectuadas de acordo com as condições e termos em vigor no mercado.

24. RELATO POR SEGMENTOS

Devido ao facto das actividades do Banco e das suas delegações se encontrarem integradas não se revela como apropriado o relato das mesmas por segmentos.



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

25. COMPARABILIDADE DOS VALORES APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sempre que necessário, a comparabilidade dos valores foi ajustada em conformidade com as alterações verificadas ao nível da apresentação no presente exercício económico.

26. NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

À data de 31 de Dezembro de 2005 o número de funcionários do Banco ascendia a 647 (31 de Dezembro de 2004: 706).

27. FUNDO DE PENSÕES

O Banco procedeu à constituição de um Fundo de Pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários, adquiridas por estes desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste Fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

A política adoptada pelo Banco visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

De acordo com o último estudo actuarial efectuado em referência a 31 de Dezembro de 2004, a responsabilidade do Banco com pensões de reforma aos seus trabalhadores era de 3.133.254 milhões de Meticais.

Encontra-se depositado em Bancos Comerciais (Fundo Autónomo) um valor de MMZM 2.147.570 (2003: MMZM 1.106.249) para cobertura das responsabilidades futuras inerentes ao Fundo de Pensões. Estes depósitos estão sob controlo do Banco, não tendo sido considerados no estudo actuarial relativo às obrigações do Fundo de Pensões. Ver nota 13 das Notas às Demonstrações Financeiras.

Reconciliação da Provisão para Fundo de Pensões:

	2005	2004
	MMZM	MMZM
Saldo em 1 de Janeiro	2.049.650	1.778.749
Reforço	-	270.901
Regularização (ajustamento dos depósitos efectuados)	97.920	-
Saldo em 31 de Dezembro	2.147.570	2.049.650

Os principais pressupostos considerados para efeitos de realização do último estudo actuarial foram:

Aumento de salários futuros	2.5 %
Aumento do nível das pensões	3.5 %
Número médio de funcionários	655
Anos de serviço antes da reforma	35
Período médio de permanência dos funcionários	15.5 anos

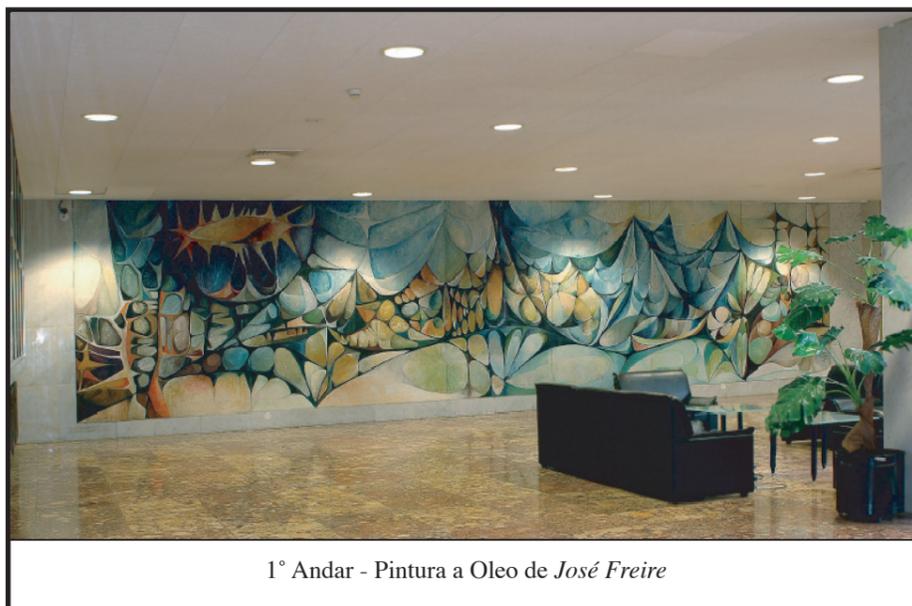




I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

28. IMPOSTOS

Nos termos do Artigo 69, Lei 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais, nos mesmos termos que o Estado. Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas. A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.



1º Andar - Pintura a Oleo de José Freire



RELATORIO ANUAL BM
14 (14): 1 - 19, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

O aumento do preço do petróleo no mercado internacional, motivado por um conjunto de factores exógenos, marcou de forma especial a conjuntura económica à escala mundial, em 2005. O preço do barril de petróleo passou de USD 40.56 em Dezembro de 2004, para USD 58.7 em final de 2005, após atingir o máximo de USD 70 em Agosto. A alta do preço do petróleo e a crescente imprevisibilidade quanto ao seu comportamento futuro, colocou a generalidade das economias sob forte pressão inflacionista, levando a que as autoridades adoptassem posturas mais cautelosas, traduzidas, grosso modo, por ajustamentos em alta nas taxas de juro.

Os dados disponíveis indicam algum abrandamento na actividade económica das principais economias do mundo – excepto a China – com o PIB a crescer a taxas inferiores às de 2004 e a inflação a acelerar ligeiramente. Os países produtores do petróleo, por seu turno, beneficiaram-se da alta dos preços do petróleo, fortificando o seu PIB por via de um aumento substancial no valor das suas exportações.

Na região austral de África, a África do Sul, principal parceiro comercial de Moçambique, registou um crescimento do PIB robusto (4.9%) em 2005, após 4.5% em 2004 e uma redução da inflação core¹, para 4%, após 4.3% em Dezembro de 2004. A fortificação do Rand e a valorização do Ouro nos mercados internacionais suportou o bom desempenho macroeconómico deste País.

Em Moçambique, apesar de a inflação média anual ter desacelerado para 7.2% em 2005², após 12.7% em 2004 e 13.5% em 2003, a inflação acumulada no ano acelerou para 14% em Dezembro, após 9.1% em 2004, destacando-se o aumento vertiginoso dos preços nos meses de Novembro e Dezembro, que em conjunto equivalem a mais de metade da inflação registada em todo o ano (8.5%). Segundo dados provisórios do Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o PIB moçambicano acelerou para 7.7% em 2005, após 7.5% em 2004. Os sectores de construção, transportes e comunicações observaram taxas de crescimento superiores a 20%.

Os choques exógenos a que a economia moçambicana esteve sujeita, conjugados com a introdução de reformas sensíveis no funcionamento do mercado cambial interbancário, levaram a um incremento anormal da procura de divisas e uma maior instabilidade do Metical, cuja taxa de câmbio acumulou uma depreciação nominal de 28% em Dezembro, após 56% até meados de Novembro. Para além das intervenções nos mercados interbancários, que resultaram na venda líquida de cerca de USD 400 milhões no MCI, após USD 200 milhões em 2004, o Banco Central implementou um conjunto de medidas de carácter normativo para ajustar o funcionamento do MMI e MCI e disciplinar as transacções neles efectuadas. Destaque-se que, no final de 2005, a cobertura das importações de bens e serviços não factoriais por reservas brutas superou a previsão inicial de 4.4 meses, situando-se em cerca de 6 meses.

O impacto da depreciação cambial foi notório no comportamento dos agregados monetários e creditícios da economia, acrescendo as dificuldades operacionais para a condução da política monetária. Assim, o agregado mais amplo de moeda, M3 (meios totais de pagamento denominados em moeda nacional e estrangeira) registou um

¹ A inflação core é uma medida de inflação usada por muitos Bancos Centrais para condução da política monetária. Por exemplo, na África do Sul, o CPIX obtido por exclusão das taxas de juro da imobiliária (mortgage interest rates).

² Com base no cabaz e ponderadores do IPC em vigor até Dezembro de 2005 (base 1998).



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

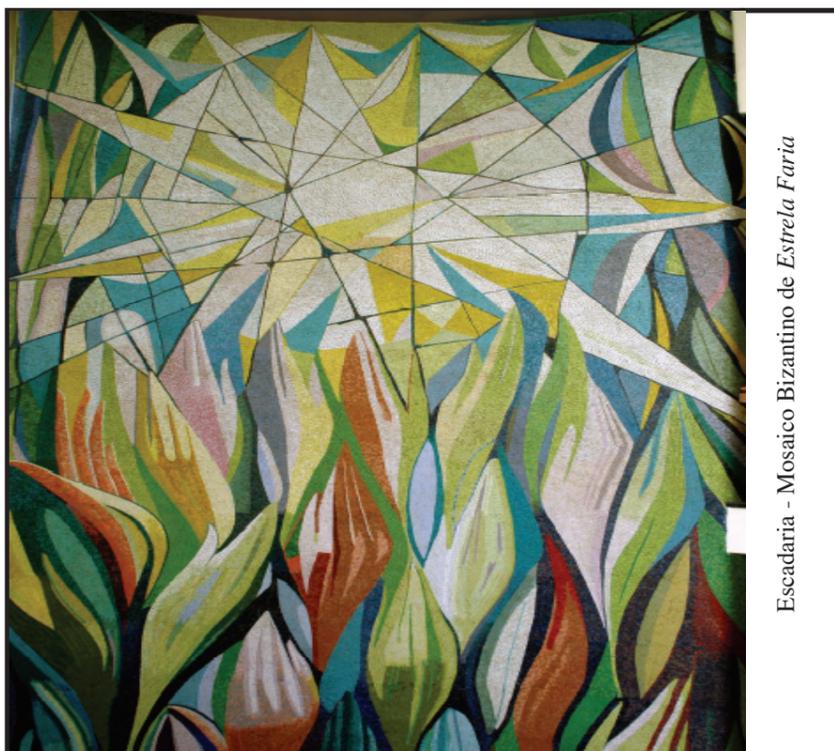
incremento acumulado de 27.1%, após 5.9% em 2005, explicado, grosso modo, pela depreciação cambial, incremento do crédito a residentes em moeda nacional e excesso de recursos externos recebidos, repassados à economia através da execução orçamental do Estado.

O défice da balança de transacções correntes agravou-se no período, passando de USD 607.4 milhões em 2004 para USD 760.7 milhões em 2005, devido ao aumento mais que proporcional das importações. Mesmo assim, o saldo de reservas internacionais líquidas aumentou para USD 943.2 milhões em finais de 2005, após USD 900 milhões em finais de 2004.

O desempenho das finanças públicas foi mais eficaz do lado da despesa, uma vez que a arrecadação da receita não atingiu os valores previamente estabelecidos, permitindo que o défice corrente se situasse abaixo do valor programado.

No final do ano, o Board do FMI elegeu Moçambique para constar do grupo de 19 países que irão beneficiar da iniciativa de alívio da dívida externa multilateral (*Multilateral Debt Relief Initiative*), tendo os procedimentos da sua implementação sido anunciados a 6 de Janeiro de 2006. O montante global do perdão em causa ronda os USD 153 milhões, a ser canalizado ao Governo para reforço do programa de combate à pobreza absoluta (PARPA) e implementação dos objectivos de desenvolvimento do milénio (*Millenium Development Goals*).

Em Dezembro de 2005 o Board do FMI sancionou favoravelmente a terceira revisão do Programa que mantém com Moçambique no âmbito do PRGF (*Poverty Reduction and Growth Facility*), tendo decidido libertar recursos financeiros no montante de SDR 1.62 milhões.



Escadaria - Mosaico Bizantino de Estrela Faria



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

II. EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

2.1 Desempenho Macroeconómico

De acordo o relatório da OCDE, reportado a Novembro de 2005, as economias dos EUA, Japão e da Zona Euro terão registado em conjunto um crescimento de 2.7% em 2005, prevendo-se que o mesmo acelere para 2.9% em 2006 e 2007, favorecendo o crescimento do comércio mundial, que se espera que aumente de 7.3% em 2005 para 9.1% em 2006 e 9.2% em 2007.

Entretanto, as projecções indicam uma inflação de 2.1% em 2005 para aquele bloco de economias podendo desacelerar para 1.9% nos próximos dois anos, caso não haja mudanças estruturais.

Para a África sub-sahariana, as estimativas contidas no *World Economic Outlook*³, mostram um crescimento económico mais vigoroso em 2005 (4.8%), reflectindo basicamente a expansão da produção petrolífera na Nigéria, na medida em que a maioria dos países, importadores do petróleo, foram penalizados pelo agravamento dos preços no mercado internacional. Para 2006, o cenário apresentado é ainda melhor, projectando-se um crescimento de económico de 5.6% na região, impulsionado pelo início da exploração de gás na Nigéria, não obstante prever-se que o preço do petróleo cresça mais rapidamente em relação aos outros produtos primários.

A subida do preço do petróleo nos mercados internacionais, motivada pela combinação de procura alta para alimentar o sector produtivo nas maiores economias, questões geopolíticas e desastres naturais nos EUA, nomeadamente o Katrina e Rita, exerceu uma forte pressão inflacionária. Assim, a inflação anual no consumidor em Dezembro de 2005 foi de 3.4% nos EUA, 2.2% na zona do Euro, 3.6% na África do Sul e -0.1% no Japão.

As incertezas quanto ao valor do USD, a redução da produção na África do Sul e o aumento da procura por razões de joalharia e especulativas no cenário de receios quanto à inflação, favoreceram a cotação do Ouro no mercado internacional que passou de USD 438.1 a onça em final de 2004 para USD 517.2 em final de 2005.

2.1.1 Estados Unidos da América

Dados preliminares mostram uma desaceleração do crescimento do PIB para 3.5% em 2005, após 4.2% em 2004, tendo para tal contribuído o desempenho abaixo do esperado no IV trimestre do ano, período em que a actividade económica expandiu apenas 1,1% contra os 2.8% previstos. O arrefecimento do consumo privado, a queda do investimento das empresas e a subida do custo das importações, foram as principais razões para o abrandamento da actividade económica, num ano em que o mercado de construção e imobiliária revelou resultados satisfatórios.

A inflação anual no consumidor foi de 3.4% em Dezembro de 2005, após 4% em igual período de 2004. Excluindo os preços da alimentação e produtos energéticos, a inflação (*core inflation*) situou-se nos 2.2%, num ano em que a taxa de poupança das famílias caiu para o valor mais baixo dos últimos 22 anos.

³ Documento do FMI, Setembro de 2005.





II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O espectro de inflação justificou aumentos da taxa de juro dos fundos federais pelo FOMC em nove ocasiões consecutivas, cada um deles de 25 pontos base, passando de 2.25% em Dezembro de 2004 para 4.25% em Dezembro de 2005. As autoridades mostraram-se mais empenhadas em conter as pressões inflacionárias, cada vez maiores, e menos preocupadas com o provável arrefecimento da economia resultante da alta das taxas de juro, dado que consideram que o crescimento da economia continua firme.

Outros indicadores macroeconómicos para 2005 mostram:

- Aumento anual do índice de preços ao produtor na ordem dos 5.7%, em Dezembro, contra 4.4% em igual período de 2004;
- Queda da taxa de desemprego para 4.9% em Dezembro, após 5.4%, em Dezembro de 2004; e
- Crescimento anual da produção industrial de 2.8%;

2.1.2 Japão:

Após cerca de uma década de estagnação, a economia japonesa mostrou sinais de recuperação em 2005, impulsionada pelas exportações, sobretudo para a China e os EUA e pela procura privada interna, num cenário de aumento dos rendimentos médios das famílias. O índice composto (*leading indicators*) calculado pelo Governo japonês para avaliar o estado da economia apresenta resultados animadores, enquanto o índice composto, que antecipa variações do ciclo a seis meses, ultrapassou a barreira psicológica dos 50%, considerada o limiar da expansão económica.

Os indicadores macroeconómicos seleccionados para 2005 mostram:

- Estimativa de crescimento do PIB na ordem dos 2.5%, com destaque para o incremento anual de 5.4% no quarto trimestre, após 1% no terceiro;
- Redução da taxa média de desemprego pelo terceiro ano consecutivo, 4.4% - a mais baixa desde 1998, após 4.7% em 2004. Tal reflectiu-se na subida do índice de confiança do consumidor, e na estabilidade do consumo privado;
- Expansão da produção industrial em 3.8%; e
- A inflação core - que consiste da exclusão dos preços dos alimentos frescos na inflação no consumidor - aumentou a uma taxa anual de 0.1% em Dezembro, a mesma de Novembro, enquanto que o IPP cresceu 1.7%, após 1.3% em 2004.

2.1.3 Zona do Euro:

A Eurostat - entidade oficial das estatísticas da região, mostra um crescimento trimestral do PIB da zona do Euro na ordem dos 0.3% no último trimestre de 2005, após 0.7% no terceiro. Comparativamente ao quarto trimestre de 2004, o incremento foi de 1.7%, após 1.6% no terceiro trimestre. O abrandamento da actividade no quarto trimestre reflecte a redução de 0.2% no consumo das famílias, e a quebra da taxa de crescimento do investimento para 0,8% e das exportações para 0,5%, perante um incremento das importações na ordem dos 0,9%. Para 2006, as estimativas do Banco Central Europeu são de crescimento do PIB no intervalo entre 1.7% e 2.5%.

O ritmo de crescimento da produção no último trimestre de 2005 representa um abrandamento relativamente aos primeiros três trimestres, onde o PIB cresceu em 0.3%, 0.4% e 0.7%, respectivamente, portanto a taxas tendencialmente crescentes. O sector da agricultura, florestas e pescas, foi o que mais contribuiu para o abrandamento, ao registar um decréscimo no valor acrescentado, enquanto que os restantes sectores da economia conheceram ao longo do ano expansão a taxas crescentes, sendo de destacar o sector da construção que passou de -0.1% no I trimestre, para 2.4% no III trimestre de 2005.



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A inflação no consumidor, segundo a mesma fonte, situou-se em 2,2% em 2005, acima do limite de 2% fixado pelo BCE, bem como dos 2.1% observados em Dezembro de 2004.

Um dos grandes desafios das autoridades europeias é a redução do desemprego que embora tenha caído de uma taxa de 8.8% em Dezembro de 2004, para 8.4% em Dezembro de 2005, ainda é considerado elevado.

2.1.4 China

Segundo o Bureau de Estatísticas da China, o PIB em 2005 registou um crescimento real de 9.9%, o que para além de superar as previsões iniciais de 9.5%, torna a economia chinesa a quarta maior do mundo, à frente de países como o Reino Unido e França. Em 2004, a China ocupava o sexto lugar no ranking das maiores economias do mundo, pelo critério de PIB. O crescimento do PIB foi basicamente estimulado pelas exportações, que em 2005 cresceram 28.4%, para USD 762 mil milhões, superando as importações da ordem dos USD 660,1 mil milhões – crescimento de 17,6% face a 2004. Em 2005 a inflação anual reduziu para 1.8%, após 3.9% em 2004.

O investimento, entre eles o IDE na ordem dos USD 60,3 mil milhões, foi outro factor que ditou o desempenho da economia chinesa no ano, sendo de destacar o aumento do número de empresas estrangeiras.

Note-se que a China, desde que aderiu à Organização Mundial do Comércio, em 2001, tem vindo a tomar medidas para abrir o seu mercado a empresas estrangeiras, sendo a mais recente o decreto segundo o qual deixa de estar sujeita à autorização do Governo a instalação de empresas de comércio grossista e de pequenas e médias empresas retalhistas.

As autoridades chinesas também introduziram reformas na sua política cambial, desvalorizando o Yuan em 21% no dia 21 de Julho, altura em que passaram a vincular a sua moeda a um cabaz mais alargado de moedas de referência e uma margem de flutuação diária de 0.3% face ao Dólar americano. O cabaz de referência composto pelo Dólar americano, Iene, Euro e Won coreano, com pesos de 40%, 30%, 20% e 10%, respectivamente.

Em Setembro, o Banco da China, decidiu aumentar a margem de flutuação da sua moeda em relação ao Iene, Euro e Won coreano, mantendo a mesma margem em relação ao Dólar americano. Assim, o Yuan poderá flutuar em relação àquelas moedas em +/- 3% da cotação de abertura, contra a flutuação anterior de +/- 1.5%.

2.1.5 América Latina

As expectativas quanto aos indicadores de desempenho das três maiores economias da região – Brasil, Argentina e México, são favoráveis, esperando-se um crescimento moderado da procura interna no Brasil e México, e mais robusto na Argentina.

No Brasil, o PIB cresceu 2.6% no ano, prevendo-se para 2006 um crescimento de 4%. A inflação acumulada, por seu turno, situou-se nos 5.7% em Dezembro, o que representa uma desaceleração face aos anos anteriores, facto que levou o banco central a cortar a sua taxa de juro de referência por cinco vezes no ano, situando-se em 17.25% em Dezembro.

Pelo terceiro ano consecutivo, a balança comercial brasileira registou excedente (USD 42 milhões), resultante do aumento das exportações em 23%, para USD 109 biliões.



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

2.1.6 África do Sul

Segundo a entidade oficial de estatísticas sul-africanas, o crescimento do PIB em 2005 acelerou para 4.9%, após 4.5% em 2004. Os sectores que mais contribuíram para a expansão da actividade económica foram os serviços financeiros, imobiliários e negócios com 150 pontos base, vendas a grosso e a retalho, hotéis e restaurantes com 80 pontos base, manufactureiro com 70, transportes, armazenagens e comunicações com 60 pontos base.

O desempenho menos positivo no quarto trimestre, onde as reduções da produção mineira em 4.2% e manufactureira em 0.3% fizeram com que o crescimento do PIB reduzisse para 3.3% em termos anuais, após 4.2% no terceiro trimestre, impediu que o crescimento no ano fosse superior ao verificado.

O índice médio de confiança de negócios, segundo a *South African Chamber of Business* (Sacob) em 2005 subiu para 127.1 pontos, após 124.4 pontos impulsionado pela valorização do ouro e da platina em 2005.

A inflação core anual, que expurga a variação das taxas de juro da imobiliária, reduziu para 4% em Dezembro de 2005, após 4.3% em igual período de 2004, situando-se mais uma vez abaixo da média da banda de 3 e 6%, estipulada para a meta de inflação. Nos últimos 28 meses a inflação core tem-se situado dentro daquela banda.

A receita fiscal colectada no exercício de 2005/06 aumentou 18.2% se comparada com a do período anterior, cifrando-se em ZAR 411 biliões, ao mesmo tempo que a despesa total situou-se nos ZAR 419 biliões. O resultado foi um défice orçamental no valor de ZAR 7.9 biliões, equivalente a 0.5% do PIB, estando assim aquém dos 3%, inicialmente previstos.

O bom desempenho da receita deveu-se em parte (i) à melhoria do sistema de colecta, (ii) alargamento da base tributária, (iii) dinâmica do comércio internacional (iv) a subida dos preços dos produtos primários que permitiram a melhoria dos resultados das empresas, e (v) à forte procura doméstica que permitiu o aumento da receita decorrente do IVA.

Os dados relativos ao terceiro trimestre indicam um agravamento do défice da conta corrente para 4.7% do PIB – o mais elevado desde 1983 – devido aos valores avultados das importações, apesar do aumento significativo do volume das exportações no mesmo período.

2.1.7 Zimbabwe:

A situação económica agravou-se, tendo por base as estimativas do FMI que apontam para uma redução do PIB em 7%, após o declínio de 4.75% em 2004. Para 2006, o Governo prevê um crescimento entre 2 e 3%, impulsionado pelo sector agrícola, cuja produção prevê-se que aumente cerca de 15%.

Eis alguns indicadores da economia zimbabweana em 2005:

- Inflação anual de 585.8% em Dezembro, após um crescimento de 623% em Dezembro de 2004;
- Depreciação do ZWD em 1300% face ao USD, passando de uma cotação de 5, 500 ZWD/USD para cerca de 80 000 ZWD/USD no final do ano, câmbios oficiais;
- Défice em conta corrente na ordem dos 9.7% do PIB, após 7.2% em 2004; e
- Défice orçamental de ZWD 62 triliões, o que representa 60% do PIB e agravamento de 27 pp em relação ao de 2004.



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

No período, o Governo honrou as suas obrigações para com o FMI, com a informação recente a indicar que o país até Março pagou USD 295 milhões de dívida para com esta instituição (*General Resources account*), prazo imposto para que o Zimbabwe se mantivesse membro do Grupo IDA.

2.2. Produtos Primários

O quadro 1 ilustra a evolução do preço médio de alguns produtos primários no mercado internacional:

Quadro 1: Preços médios de mercadorias seleccionadas

Produto	Un	Jan/Dez 2003	Jan/Dez 2004	Jan/Dez 2005	Jan/Mar 2005	Abr/Jun 2005	Jul/Set 2005	Out/Dez 2005
Brent	\$/b	28.8	38.3	54.43	47.6	51.6	61.5	56.93
Gás Natural	\$/mmbt	3.91	4.28	6.33	5.49	5.89	6.52	7.41
Açúcar	c/Kg	15.63	15.8	21.78	16.92	19.28	21.96	26.27
Algodão	c/kg	139.9	136.6	121.7	117.6	122.6	120.4	126.1
Alumínio	\$/mt	1,431	1,716	1,898	1,899	1,790	1,829	2,076
Ouro	\$/onz	363.5	409.2	444.8	427.1	427.3	439.5	485.6

Fonte: Banco Mundial

2.2.1 Petróleo

De acordo com o Banco Mundial, o preço médio do petróleo no mercado internacional foi de USD 54.43/barril em 2005, o que representa um agravamento de 42%, face a 2004. O agravamento do preço do petróleo, que chegou a atingir USD 70 por barril em Agosto, deveu-se à combinação de factores, entre os quais se destacam: (i) aumento da procura ao nível mundial, (ii) tensão política entre o Irão e a comunidade internacional devido ao programa nuclear deste País, (iii) actos de sabotagem nas refinarias nigerianas, (iv) desastres naturais nos EUA e, (v) uma certa dose de especulação que caracteriza o mercado.

Entretanto, no último trimestre, com a retoma gradual da produção no Golfo de México e a mobilização das reservas estratégicas dos EUA, os preços, embora elevados, tenderam para a estabilização.

2.2.2 Ouro

Em 2005 o ouro valorizou-se no mercado internacional, onde foi transaccionado a um preço médio de USD 448 por onça, após uma média de USD 409 em 2004. Refira-se que em algumas praças, o preço do ouro chegou a ultrapassar os USD 520 /Onça, a partir do mês de Setembro de 2005. Entre os factores por detrás da valorização do ouro destacam-se (i) os receios sobre a inflação, (ii) a pressão na procura para fins de investimento e joalharia, (iii) a redução da oferta devido à greve que se observou na África do Sul, o maior produtor mundial, e (iv) a previsão de redução da sua mineração num futuro breve.

2.2.3 Alumínio e Gás Natural

O preço do alumínio, principal produto de exportação do País, com um peso de 58% sobre o total das exportações de mercadorias em 2005, observou uma tendência de apreciação nos mercados internacionais, ao passar de uma cotação média de USD 1,716 por tonelada métrica em 2004 para USD 1,898 em 2005, o que significa um aumento médio de 11%. É um facto que certamente terá contribuído para o aumento do valor das exportações da Mozal na ordem dos 11.5% (USD 105.5 milhões), num cenário em que a produção daquela empresa aumentou apenas 0.7% em termos de volume.





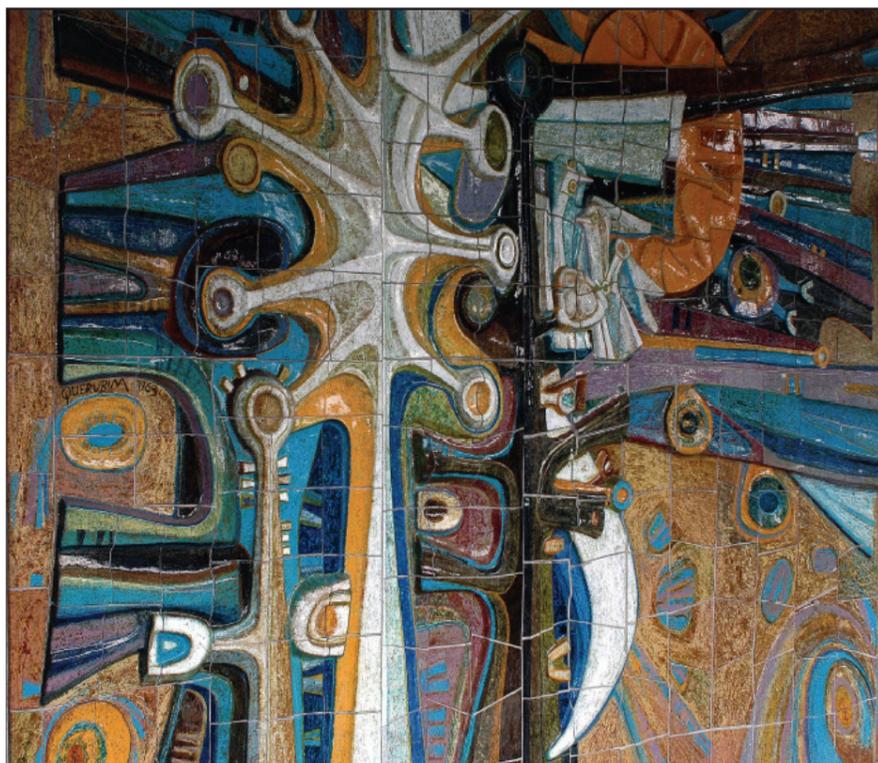
II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O gás natural, com um peso de 6% nas exportações de mercadorias, igualmente valorizou, com o preço médio do mmbt a passar de USD 4.28 em 2004 para USD 6.33 em 2005, o que significa uma apreciação de cerca de 48%, o que certamente é benéfico para a economia nacional, exportadora daquele produto.

2.2.4 Algodão e Açúcar

A evolução dos preços internacionais médios do algodão, produto com peso de 3%, sobre as exportações de mercadorias em 2005, reduziu cerca de 11%, facto que na hipótese de ter sido previsto ex-ante poderá explicar em parte a redução da produção nacional em 2005 na ordem dos 12.6%, maioritariamente feita pelo sector familiar, com a participação das empresas comercializadoras do ponto de vista de fomento. Mesmo assim, o valor das exportações aumentou 57.2%, o que poderá significar que parte das exportações corresponde a stocks de 2004, dado que o auge da comercialização do produto na zona norte ocorre na recta final do ano.

O comportamento do preço do açúcar, produto com peso de cerca de 2% sobre as exportações de mercadorias em 2005 aumentou 76% em média, facto que aliado ao tratamento preferencial de que as exportações moçambicanas têm sido alvo nos mercados da União Europeia poderá ser um bom prenúncio para a indústria nacional e a capacidade do país gerar divisas, se considerarmos a importância cada vez mais crescente que o sector vem revelando.



Ceramica Policremada de Querubim Lapa



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

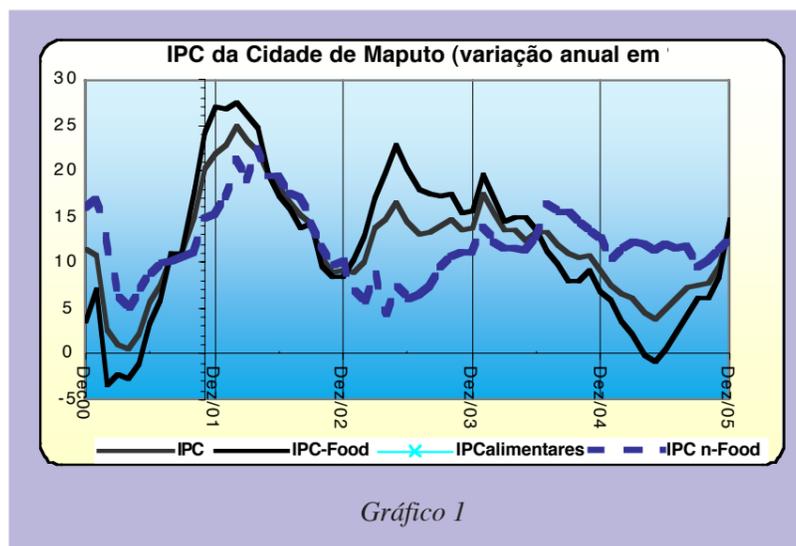
III. CONJUNTURA INTERNA

3.1. Sector Real

3.1.1. Preços

A inflação acumulada no ano, medida pelo índice de Preços no Consumidor (IPC) da Cidade de Maputo, situou-se nos 14% em Dezembro 2005, com a particularidade de, entre Novembro e Dezembro, ter ocorrido uma variação de 8.5%, ou seja, mais de metade da inflação anual.

A inflação média anual – média móvel de 12 meses – foi de 7.3%, o que confirma que até Outubro, a inflação esteve sempre abaixo dos 8%, meta previamente estabelecida pelo Governo e reflectida no programa monetário (gráfico 1).



Os produtos da classe de alimentação, bebidas e tabaco foram determinantes para a inflação acumulada até Dezembro, ao contribuir com cerca de 9 pp, seguidos dos da classe de conforto de habitação com 3.51 pp. Aliás, os dois grupos de produtos, com pesos de 63.46% e 17.01% no total do cabaz do IPC foram também os que determinaram a inflação acumulada em Dezembro de 2004, ao contribuírem com 4.2 pp e 4.58 pp respectivamente.

O quadro 2 mostra a desagregação do IPC pelos grupos acima referidos:

Quadro 2: Variação anual do IPC da Cidade de Maputo (em %)

	Peso	Dez/03	Dez/04	Mar/05	Jun/05	Set/05	Dez/05
IPC Geral	100	13.8	9.1	6.1	4.9	7.5	14
Bens Alimentares	63.46	15.6	6.8	2.3	0.6	6.0	14.8
Bens não Alimentares	36.54	11.1	12.8	12.2	12.1	9.6	12.7

Fonte: INE

O quadro 3 mostra alguns dos produtos que mais se destacaram em termos de contribuição para a inflação anual até Dezembro, em 2004 e 2005, bem assim as respectivas variações dos preços médios de Dezembro a Dezembro.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 3: Produtos com maior contribuição para a inflação anual

	2004		2005	
	Variação	Contribuição	Variação	Contribuição
Lenha	37%	1.95 pp	23%	1.52 pp
Água		1.3 pp		
Petróleo	19%		63%	1.07 pp
Carvão	31%	0.85 pp	2%	
Milho branco	-13%	-0.3 pp	79%	1.51 pp
Arroz corrente	8%		31%	1.94 pp
Carapau	2%		29%	1.38 pp

No geral, os cereais importados como o arroz e milho branco, aliados a outros produtos igualmente importados tiveram uma contribuição significativa para a inflação em 2005, se comparados com os demais produtos de produção interna. A exploração das vantagens naturais que o país tem para produzir tais cereais deve ser re-equacionada para fazer face aos problemas que a importação tem causado, em termos de inflação e desgaste de divisas.

A depreciação do Metical, na ordem dos 28% em relação ao USD e 9% face ao Rand e o aumento dos preços de combustíveis, assumiram papel preponderante na aceleração dos custos de importação e de transporte (impacto directo), assim como no comportamento dos preços de habitação e serviços (impacto indirecto). Por outro lado, uma maior procura de cereais importados para fazer face à estiagem que se verificou nas principais zonas produtoras do país, reflecte uma quebra na produção doméstica de produtos alimentares em 2005, com impacto na inflação.

A estiagem que se abateu no centro e sul do País contribuiu para que a produção agrícola crescesse apenas 1.5% em 2005, após 7.2% em 2004, fazendo com que produtos agrícolas (feijão, hortícolas, milho), com peso no cabaz do IPC registassem preços anormais.

Quadro 4: Produtos com maior Contribuição para a Inflação em Dezembro de 2005

Milho branco	0.95
Carapau congelado de 2º	0.82
Frango vivo	0.52
Tomate	0.49
Batata	0.40
Arroz corrente	0.34
Amendoim	0.19
Outros	1.82
Sub-total	5.54

Fonte: INE

Observou-se de novo uma forte tendência especulativa na formação dos preços nos dois últimos meses do ano, que coincidem com o aumento do consumo devido a quadra festiva, levando a um agravamento anormal dos preços de produtos frescos, em especial no mês de Dezembro (quadro 4).

O novo cabaz de produtos e ponderadores introduzido pelo INE em Janeiro de 2006, que tem como base Dezembro de 2004, resultou numa inflação anual de 11.15% em Dezembro de 2005, contrariamente aos 14% ao antigo cabaz do IPC.



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 1: Composição Estrutural do Novo Cabaz do INE introduzido em Janeiro de 2006

O Instituto Nacional de Estatística (INE) passou a publicar, a partir de Janeiro de 2006, índices de Preços no Consumidor (IPC) nas Cidades de Maputo, Beira e Nampula e o índice agregado para as três cidades, que tem por base os resultados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) realizado entre Julho de 2002 e Junho de 2003, passando a designar-se IPC de base 2004.

Os resultados do IAF ditaram alterações substanciais no número e tipo de produtos que compõem os cabazes dos IPC das diferentes Cidades e no índice agregado, reflectindo mudanças no perfil das despesas das famílias, relativamente a 1996/7, quando se realizou o anterior inquérito que serviu de base para os IPC, utilizados até Dezembro de 2005. Assim, os ponderadores dos diferentes produtos, e os pesos relativos no total do índice sofreram ajustamentos.

No IPC da Cidade de Maputo, indicador usado para o cálculo da inflação oficial em Moçambique, as principais alterações operadas foram:

- Aumento de número de bens e Serviços, de 208 para 236 ou seja mais 28;
- Redução do peso (ponderador) da classe de Alimentação e Bebidas não Alcoólicas em cerca de 10 pontos percentuais, passando para 51.85%;
- Aumento do peso da classe de transportes em 7.32 pp, passando para 10.15%, reflectindo o aumento do peso do transporte semi-colectivo em 4.1 pp, assim como a inclusão de novos bens e serviços, com destaque para compra de veículos automóveis;
- Aumento do peso da Habitação, Água, Electricidade, Gás e outros Combustíveis, de 12.17% para 13.26%;
- A Saúde e Educação aumentaram o seu peso em 0.8pp e 0.38pp, respectivamente, passando para 3.28% e 1.01%, reflectindo a inclusão de serviços prestados pelo sector privado, que tem estado a crescer consideravelmente, nos últimos anos; e
- Uma maior desagregação dos produtos por classes, ao passar de 7 para 12 classes. O peso da classe de bens e serviços diversos reduziu para 1.53%, após 4.78% no cabaz anterior;

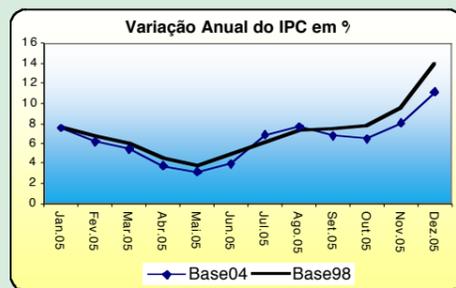
Designação	IAF2003/04	IAF1996/7	Var (%)
Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	51.85	62.4	-10.6
Bebidas Alcoólicas, Tabaco e Narcóticos	2.13	1.06	1.1
Vestuário e Calçado	4.69	4.62	0.1
Habitação, Água, Electricidade, Gás e outros Combustíveis	13.26	12.17	1.1
Mobiliário, Art. de Decoração, Equipamento Doméstico e Manutenção Corr. de Habitação	5.39	4.79	0.6
Saúde	3.28	2.46	0.8
Transportes	10.15	2.83	7.3
Comunicações	2.4	1.8	0.6
Lazer, Recreação e Cultura	2.71	2.12	0.6
Educação	1.01	0.63	0.4
Restaurantes Hotéis e Similares	1.6	0.34	1.3
Bens e Serviços Diversos	1.53	4.78	-3.3
Total	100.0	100.0	0

A nova estrutura do IPC aproxima-se a dos países da região da SADC (8 países possuem um peso médio da classe de Alimentação de cerca de 40%, enquanto a África do Sul o peso é de 22% para a classe de Alimentação e bebidas não Alcoólicas). Ainda assim, Moçambique situa-se acima da média da SADC, muito embora o peso desta classe tenha reduzido 10 pp em cinco anos. Nos países com níveis de desenvolvimento mais elevados, as despesas com o consumo de bens alimentares e bebidas tendem a reduzir, a favor das outras classes, como bens duráveis, educação, saúde, entre outros.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Comparação da Inflação anual (Base 1998 e Base 2004)



O novo cabaz e ponderadores do IPC poderá ter algumas implicações do ponto de vista de impacto dos diferentes factores sobre a inflação acumulada, como se pode observar no gráfico acima.

Para 2005, a inflação compilada com base no cabaz do IAF de 2002/3 (taxa homóloga) revelou-se sistematicamente inferior à compilada com base no IAF de 1996/7. Em termos de taxa acumulada, em Dezembro de 2005 a inflação foi de 14% com base no cabaz e ponderadores do IAF 1996/7, contra 11.5% obtidos com base no cabaz do IAF de 2002/3. A mudança nos pesos relativos dos diferentes produtos no cabaz é o principal factor de tais diferenças.

3.1.2. Produção

De acordo com o Balanço da Execução do Plano Económico e Social de 2005 (dados provisórios), elaborado pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o crescimento anual da produção de bens e serviços acelerou para 8.1% em 2005, após 4.6% em 2004 (quadro 5). Os sectores que mais se destacaram foram os da construção, transportes e comunicações, e electricidade e águas.

A produção dos grandes projectos (Mozal e Sasol) que representam 7% e 1% do PIB, aumentou 0.7% e 8.2% em volume, tendo atingido cada um deles a capacidade máxima de produção em 2004 e 2005 respectivamente.

Quadro 5: Produção Global e Sectorial – Taxas de Crescimento em Volume (%)

Sector	2003	2004	2005 Plano	2005 Real
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	8.4	9.1	6.6	1.8
Agricultura	9.7	9.0	7.2	1.5
Pecuária	5.0	12.8	5.1	0.7
Silvicultura e Exploração Florestal	0.9	5.6	3.1	5.6
Pesca	9.5	-3.8	7.7	-4.1
Indústria de Extração de Minerais	5.5	215.7	41.6	11.1
Indústria Transformadora	-2.8	12.7	3.1	3.6
Electricidade e Água	-5.3	5.7	14.8	9.8
Construção	-3.5	-14.6	0.2	25.8
Comércio	2.2	-0.1	6.5	1.7
Serviços de Reparação	1.6	0.1	0.2	1.1
Restaurantes e Hotéis	3.8	3.8	0.7	6.1
Transportes e Comunicações	1.1	16.4	13.1	19.5
Serviços Financeiros	12.7	0.9	1.0	2.9
Aluguer de Imóveis	2.0	2.5	2.5	2.4
Serviços Prestados A Empresas	4.3	1.9	3.1	5.5
Serviços do Governo	1.4	5.6	9.3	2.1
Outros Serviços	16.2	8.5	0.8	1.4
Total de Produção	7.0	4.6	5.7	8.1

Fonte: Balanço do PES/2005



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.2.1 Agricultura, Pecuária e Exploração Florestal

A seca que se fez sentir nas regiões centro e sul do país em 2005, com impacto particularmente negativo sobre a produção de cereais bem como a queda na produção de aves devido à forte concorrência do frango importado do Brasil a custos mais baixos, ditou a queda substancial da taxa de crescimento da produção do sector da agricultura, pecuária e exploração florestal, como um todo, fixando-se em 1.8%.

O impacto da seca, que se agravou na segunda metade do ano, não só se fez sentir sobre a produção agrícola em si, mas também sobre a multiplicação do gado bovino e caprino que sofreu um revés, ao reduzir para uma taxa de 0.7% no ano, após 5.1% em 2004. As principais excepções, do ponto de vista de produtos pecuários foram o incremento de 17.8% na produção de ovos pelo sector empresarial e do gado suíno pelo sector familiar (5.6%), fazendo com que as produções dos dois sectores nesta área crescessem 12.7% (6% em 2004) e 0.2% (8.6% em 2004), respectivamente.

Retirando o auto-consumo, a produção empresarial e familiar cresceu em 4.8%, sendo de destacar os produtos para a exportação com um aumento real de 30.1% (a produção da castanha de caju cresceu 143%) e os destinados à indústria interna com um incremento de 24.1% – particularmente o tomate (4.3%), que beneficiou de um marketing governamental junto dos distribuidores, e o tabaco (34%) que ganhou incentivos com a implantação de unidades de processamento em Manica e Tete. Comportamento contrário registou a colheita de produtos alimentares básicos, ao reduzir 4.2%, excepto o milho, a mandioca e o feijão, que registaram crescimentos moderados.

Quadro 6: Produção empresarial e comercialização do sector familiar

Designação	2003	2004	2005
Produtos de Exportação	-4.4	13.8	30.1
Castanha	27.2	17.5	142.7
Algodão	-34.8	14.3	-12.6
Copra	14.7	0.0	0.0
Cana de Açúcar	21.9	15.5	19.0
Citrosos	5.0	5.1	0.0
Chá Folha	0.9	44.4	5.7
Produtos Básicos Alimentares	5.4	4.6	-2.1
Milho	7.9	6.9	1.8
Arroz Casca	8.5	9.4	-11.7
Mapira	-0.4	2.0	-6.5
Mandioca	4.2	4.4	3.5
Amendoim descascado	0.1	4.6	-0.2
Feijão	1.7	0.8	3.2
Hortícolas	60.5	21.7	-26.8
Cebola	105.6	1.0	-66.5
Produtos para Indústria	80.5	6.9	24.1
Tabaco	73.2	11.1	33.9
Tomate	86.5	0.7	4.3
Total	20.5	0.7	4.8

Fonte: Balanço do PES/2005

3.1.2.2 Indústria Extractiva.

A extracção do gás natural, iniciada em Fevereiro de 2004, e da água marinha Refugo, determinaram o crescimento de 11.1% no volume global da produção da indústria transformadora. Em termos de volume, a extracção do gás natural de Pande em Temane incrementou em 88.9 milhões de Gj (mais 78.7%, comparativamente a 2004) ao mesmo tempo que a da água marinha Refugo expandiu em 129%.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.2.3 Construção

A produção no sector de construção, onde predominaram grandes obras públicas em infra-estruturas como estradas e pontes aumentou 25.8% em 2005, invertendo deste modo a queda ocorrida até 2004, com o fim das construções dos projectos Mozal I e II e Sasol, entre 2003 e 2004. Estas obras permitirão uma maior integração dos mercados centro, sul e norte do país.

3.1.2.4 Indústria Transformadora

A indústria transformadora, incluindo a produção da Mozal, registou o crescimento mais baixo dos últimos cinco anos (3.7%, após 11.9% em 2004). Os ramos de processamento de alimentos, bebidas e tabaco, com maior peso na estrutura da produção industrial, incrementaram em 6.9% e 7.3% cada uma, menos 1 pp e 0.9 pp respectivamente em relação ao observado no ano anterior.

A dinâmica das indústrias de processamento de cereais foi particularmente importante para o desempenho global da indústria de processamento de produtos alimentares, onde a produção de óleo refinado reduziu, por estar a encontrar dificuldades de se afirmar no mercado nacional, face à concorrência do óleo importado.

Quadro 7: Indústria Transformadora: Taxas de crescimento (%).

Designação	2003	2004	2005
Fabricação de Alimentos	3.9	7.9	6.9
Fabricação de Bebidas e Tabaco	12.7	8.2	7.3
Têxteis e Vestuário	-7.6	0.2	-7.2
Couro e Artigos de Couro	-33.6	0.5	59.7
Indústria da Madeira	17.9	19.6	11.1
Papel e Artes Gráficas	-9.5	2.9	-5.0
Produtos Químicos	14.2	11.1	15.7
Minerais não Metálicos	21.4	0.0	-6.4
Metalúrgica de Base	51.1	20.0	0.7
Alumínio	51.6	20.0	0.7
Produtos metálicos Máquinas e Equipamento	53.3	13.0	37.9
Móveis e outros da Indústria Transformadora	161.5	41.2	322.1
Total	23.7	11.9	3.7

Fonte: Balanço do PES/2005

O aumento verificado na fabricação de bebidas e tabaco, por seu turno, reflecte os resultados da operação das indústrias de processamento do Tabaco em Tete e Manica, a partir do segundo semestre.

O crescimento da produção de Alumínio pela Mozal desacelerou para 0.7%, após 51.1% em 2003 e 20% em 2004.

3.1.2.5 Electricidade e Água.

A produção do sector de electricidade e água, duas utilidades básicas para o desenvolvimento económico e social do país, incrementou em 9.8% no ano, reflectindo essencialmente o desempenho observado em termos de energia eléctrica, na sequência dos projectos de electrificação nas zonas rurais, e expansão da rede nas zonas suburbanas das principais cidades.

A reabilitação e modernização da Hidroeléctrica de Cahora Bassa em 2004 e 2005, aumentou a capacidade de geração de energia em 13.4%, permitindo incrementar a exportação para a África do Sul e Zimbabwe.



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.2.6 Transportes e Comunicações

A tendência de crescimento da produção do sector de transportes e comunicações, onde a telefonia móvel está em primeiro plano, continuou em 2005, e registou-se um incremento global da ordem dos 19.5%. De recordar que em 2001 o crescimento foi de 4.6% e em 2004 situou-se em 16.4%. A concessão da exploração dos serviços de manuseamento portuário a privados, trazendo investimento estrangeiro, o reinício do transporte de passageiros ligando a cidade de Maputo a alguns pontos da província de Maputo e o aumento do transporte Rodoviário de carga – não obstante o constrangimento decorrente da crise no Zimbabwe – jogaram também um papel importante no incremento do volume global de produção do sector.

3.1.3. Finanças Públicas

3.1.3.1. Programa orçamental

O programa orçamental para 2005 previa a arrecadação de receitas no valor de 21,089 mdc (13.8% do PIB) e a realização de despesas mais empréstimos líquidos de 42,908 mdc (28.1% do PIB). O défice global, de 21,819 mdc (14.3% do PIB), deveria ser financiado com recurso a: (i) donativos, no montante de 11,774 mdc (7.7% do PIB); (ii) empréstimos externos líquidos, no valor de 7,387 mdc (4.8% do PIB), dos quais 8,297 mdc (5.4% do PIB) destinados a projectos de investimento; (iii) financiamento interno líquido em 1,750 mdc, (iv) transferências do BM/FMI no âmbito da iniciativa HIPC, em 366 mdc; e (v) receitas líquidas de privatização no valor de 544 mdc.

O défice primário, principal variável de avaliação do desempenho fiscal, deveria situar-se nos 4,481 mdc, correspondentes a 2.9% do PIB programado. Recorde-se que para efeitos de avaliação do programa, o saldo primário definido como sendo a diferença entre a receita total e (i) a despesa corrente excluindo juros da dívida pública, (ii) a despesa de investimento financiada por recursos que não provenham da ajuda externa recebida no período, (iii) o financiamento interno do Tesouro e empréstimos líquidos às empresas, e (iii) um conjunto de receitas não previstas e despesas não prioritárias.

Os principais pilares em que se baseava a execução orçamental no ano em consideração eram:

- restrição da despesa pública, tanto corrente como de capital, localmente financiada;
- melhoria na arrecadação da receita, por via da reforma na administração tributária e aumento da base de incidência; e
- reforma na administração da despesa pública.

3.1.3.2. Execução orçamental

Os dados disponíveis indicam que em 2005 as receitas arrecadadas ascenderam a 20,383 mdc, o que representa um grau de execução de 96.7% e taxas de crescimento nominal de 23%, face ao ano anterior e real de 14.8%. As despesas totais e empréstimos líquidos, por seu turno, totalizaram 35,192 mdc, correspondes a 82% do programado. Do total da despesa, 20,365 mdc correspondem a despesas correntes (92.2% do programa), 13,101 mdc a despesas de investimento (73% do programa) e 1,689 mdc a empréstimos líquidos do Tesouro às empresas (59% do programa). O défice primário situou-se nos 3,016 mdc, equivalente a 67.3% do valor programado.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.3.2.1 Receitas Totais

As cifras sobre a arrecadação da receita pública em 2005 mostram que:

- A receita fiscal totalizou 16,721 mdc, o que equivale a um grau de realização de 95% em relação ao programado, crescimento nominal de 15.8% em relação a 2004 e real de 8.1%. O seu peso no total da receita pública é de 82%, o que significa uma redução de 5.1pp em relação a 2004. Mais uma vez, a receita fiscal dependeu grosso modo dos impostos sobre o comércio externo, cujo valor arrecadado (7,544 mdc) representa 45% da receita fiscal e 37% da receita pública total.

A estrutura das receitas totais mostra que:

- Os Impostos Sobre os Rendimentos contribuíram com 4,469 mdc, traduzindo um crescimento nominal de 26% face a 2004 e real de 18%. O seu peso na receita pública total foi de 21.9%, o mesmo de 2004. Nesta categoria de impostos, destacar a contribuição do Imposto Sobre os Rendimentos de Pessoas Singulares, com 2,909 mdc (crescimento nominal de 22.1% face a 2004) enquanto que o Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Colectivas contribuiu com 1,493 mdc;

Quadro 8: Receitas fiscais – em mdc

	2004	2005	Variação	Real/ Programa	Estrutura (%)		Variação
				(%)	2004	2005	pp
Receitas Totais	16,562.2	20,383.1	23.1	94.9	100.0	100.0	0.0
Receita Fiscal	14,434.4	16,720.7	15.8	94.9	87.2	82.0	-5.1
Imposto s/ Rend	3,547.9	4,468.9	26.0	100.5	21.4	21.9	0.5
IRPS	2,382.2	2,908.7	22.1	94.5	14.4	14.3	-0.1
IRPC	1,063.3	1,492.6	40.4	111.7	6.4	7.3	0.9
Extintos	77.5	38.3	-50.6	...	0.5	0.2	-0.3
Jogos	24.8	29.4	18.3	91.4	0.1	0.1	0.0
Imposto s/ bens Serviços	8,225.8	8,935.5	8.6	93.8	49.7	43.8	-5.8
Comércio Externo	2,217.4	2,816.2	27.0	91.6	13.4	13.8	0.4
Outras	443.3	500.0	12.8	74.3	2.7	2.5	-0.2
Receitas N/Fiscais	779.6	755.1	-3.1	87.0	4.7	3.7	-1.0
Taxas Diversas	1,289.6	1,626.6	26.1	86.8	7.8	8.0	0.2
Receitas Próprias	0.0	707.1	0.0	3.5	3.5
Receitas de Capital	58.5	573.7	880.4	...	0.4	2.8	2.5

Fonte: Ministério das Finanças/06

- Os Impostos Sobre Bens e Serviços totalizaram 8,936 mdc, correspondentes a um grau de execução do programa de 93.8%, crescimento nominal de 8.6% face ao exercício fiscal de 2004 e real de 1.3%. Esta rubrica detém um peso de 43.8% na estrutura das receitas, equivalente a uma redução de 5.8 pp em relação a 2004. O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) foi o que mais contribuiu, com cerca de 6,829 mdc (crescimento de 8.3%), sendo de destacar o IVA nas operações de importações (4,159 mdc), enquanto que o das operações internas foi da ordem dos 2,671 mdc. De imposto sobre o consumo específico foram arrecadados 984 mdc, basicamente distribuídos em cerveja e refrigerantes (739 mdc) e tabaco (242.3 mdc);
- Dos impostos sobre comércio externo, na forma de direitos e taxas alfandegárias, foram arrecadados 2,816 mdc, equivalente a um crescimento nominal de 27% face ao exercício fiscal anterior e real de 18.5%. Esta rubrica detém um peso de 13.8%, o que significa um aumento de 40 pb em relação a 2004; e



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- As restantes rubricas (taxas diversas, receitas próprias e de capital) totalizaram em conjunto 2,907 mdc, dos quais 1,253 correspondem às taxas sobre o combustível, consignadas à reabilitação das estradas.

3.1.3.2.2 Despesas Totais e Empréstimos Líquidos

Em 2005 as despesas totais e empréstimos líquidos situaram-se em 35,197 mdc, o que representa um grau de realização do programa de 82%, crescimento nominal de 7.5% em relação 2004 e real de 0.3%.

3.1.3.2.3 Despesas correntes

A despesa corrente totalizou 20,365 mdc, o que representa um crescimento nominal de 7.1%. A desagregação da despesa corrente mostra que:

- A despesa com o pessoal totalizou 10,358 mdc (das quais 9,659 mdc em salários e remunerações), representando um crescimento nominal de 12.6% e real de 5.1%, face a 2004 e um grau de execução do programa na ordem dos 94%. O crescimento deveu-se ao ajustamento da tabela de salarial no Aparelho de Estado, no primeiro semestre do ano. O seu peso no total da despesa corrente aumentou 2.5 pp relativamente a 2004, passando para 51% (gráfico 2).

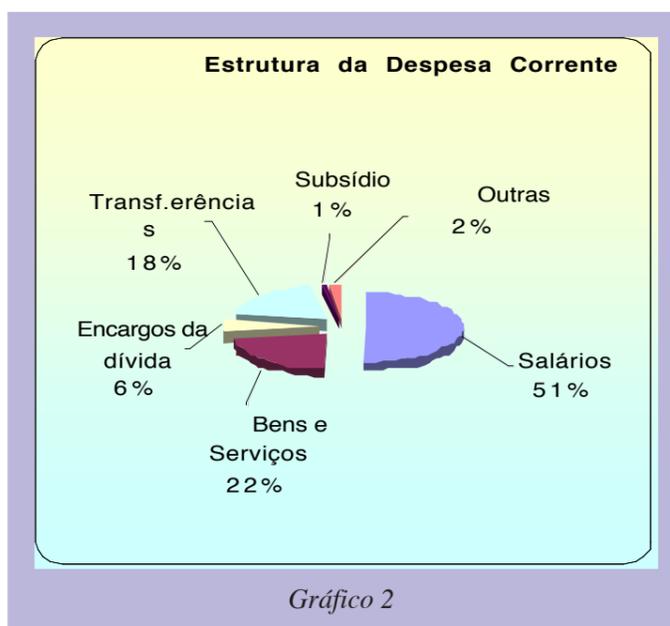


Gráfico 2

- As transferências correntes cifraram-se em 3,730 mdc, consumindo deste modo 18% do Orçamento destinado a despesas correntes. Relativamente a 2004, as transferências correntes cresceram 4.9% em termos nominais – decréscimo real de 2.1%. O grau de realização do programa foi de 93.2%.

A decomposição das transferências mostra que:

- Cerca de 52% das transferências correntes (1,944 mdc) revestiram a forma pagamento de pensões, representando um crescimento nominal de 14.4% e real de 6.7% face a 2004. O somatório das transferências para as famílias foi de 2,734 mdc, ou seja, 73% do total, correspondendo a um grau de execução do programado em 92.2%;



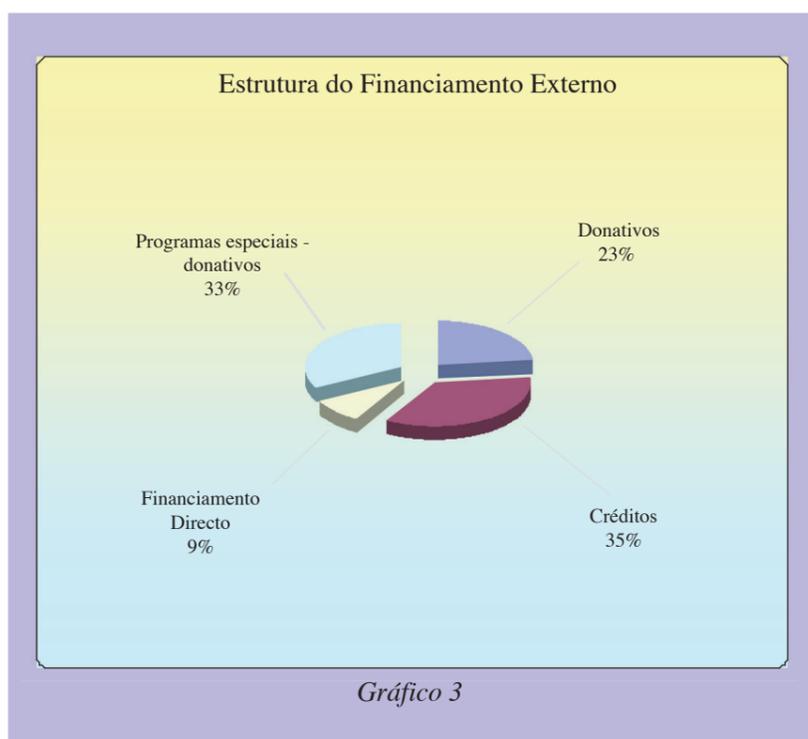
II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- As transferências para os órgãos da administração pública, nomeadamente, autarquias, distritos e embaixadas, situaram-se em 751 mdc, cerca de 20% do total de transferências correntes;
- As transferências ao exterior totalizaram 106 mdc – um crescimento de 55.9% e um grau de execução do programa de cerca de 90%. Refira-se que nesta rubrica estão classificados os contravalores dos pagamentos das quotas e outras contribuições para as organizações internacionais onde o país está filiado.
- No período foram pagos juros da dívida pública na ordem dos 1,248 mdc, dos quais 789 mdc em juros da dívida interna. Tal corresponde a uma redução nominal de 5.6%, tendo os juros com a dívida interna reduzido 13.6%, enquanto os da dívida externa aumentaram 11.5% (11.9% em termos reais, comparativamente a 2005).

3.1.3.2.4 Despesas de Investimento

Em 2005 as despesas de investimento foram de 13.101.2 mdc, o que representa uma taxa de crescimento nominal de 1.7% em relação a 2004 e um grau de realização de 73% face ao programado. Em termos reais reduziram 5.1%.

Daquele montante, 63% (8,216 mdc) foram financiados com fontes externas, enquanto que os restantes 4,885 mdc com financiamento interno, dos quais, 550 mdc dizem respeito a royalties pagos pela Companhia Vale do Rio Doce, aquando da adjudicação da exploração do Carvão de Moatize, em 2004.



O financiamento externo teve as seguintes fontes:

- Donativos, no montante de 1,919 mdc, equivalentes a uma redução nominal de 53.7% e real de cerca de 58% em relação a 2004. O grau de realização do programa foi de 42%;



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- Créditos, no valor de 2,883 mdc, correspondente a um aumento nominal de 14.8% e real de 7.1% face ao período anterior. O grau de realização do programa foi de 53.7%;
- Donativos para programas especiais, calculados em 2,697 mdc; e
- Financiamento directo, no valor de 717 mdc.

3.1.3.2.5 Empréstimos Líquidos

Os empréstimos líquidos do Tesouro às empresas totalizaram 1,689 mdc, decorrentes basicamente do reconhecimento do montante de 1,500 mdc, no balanço do Banco de Moçambique no âmbito do Artigo 14 da Lei nº 1/92. O remanescente resulta da reestruturação e saneamentos financeiros de algumas empresas públicas, no valor de 284 mdc, concessão de novos empréstimos a empresas no montante de 283 mdc, contra reembolsos de cerca de 388 mdc de contravalores de montantes adiantados a empresas nos períodos anteriores, no âmbito da ajuda externa que o país tem recebido.

3.1.3.2.6 Saldo global antes de donativos

Em 2005 o défice global antes de donativos melhorou em 10.4% face a 2004, situando-se nos 14,813 mdc. Relativamente ao programado, o défice realizado corresponde a apenas 68%, tendo para tal contribuído a fraca realização do financiamento externo previsto para as despesas de investimento (apenas foram utilizados 65% dos valores previstos) – determinando alguma lentidão na execução dos investimentos programados (realização de 73%) e poupanças em todas as categorias de despesa corrente, relativamente ao previsto no programa.

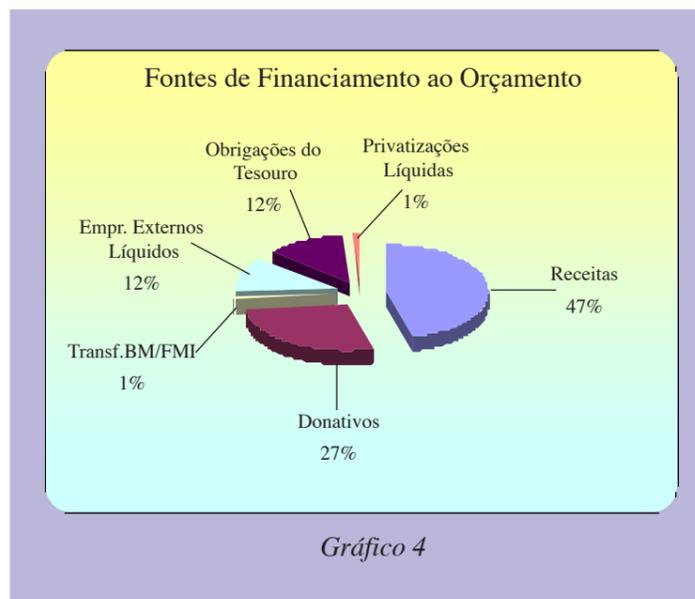


Gráfico 4

3.1.3.2.7 Donativos

O montante de donativos externos desembolsados em 2005 a favor do orçamento do Estado foi de 9,876 mdc, o que corresponde a um decréscimo de 12.6% em relação a 2004. Daquele valor, 1,919 mdc destinaram-se a projectos de investimento (42% do programado), 2,151 mdc para os programas especiais (97% do programado), 869 mdc para o financiamento directo da aquisição de medicamentos, entre outros.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.3.2.8 Saldo global após donativos e financiamento

Computados os donativos, as necessidades de financiamento situaram-se nos 4,937 mdc, tendo sido assim cobertas:

- Transferências de 388 mdc pelo Banco de Moçambique, no âmbito do perdão da dívida externa para com o FMI (HIPC);
- Financiamento externo líquido, no valor de 4,482 mdc (61% do programado), dos quais, 3,148 mdc para projectos de investimento. O reembolso do capital da dívida externa pública totalizou 734 mdc;
- Emissão de Obrigações do Tesouro, no valor de 4.6 mdc; e
- Receitas Líquidas de privatizações, no montante de 394 milhões de contos.

3.1.4. Sector Monetário

3.1.4.1. Programa Monetário

O programa financeiro para 2005, revisto em Outubro em função da avaliação do desempenho dos indicadores financeiros até pouco depois da primeira metade do ano, fixou uma meta operacional de saldo dos Activos Internos Líquidos do BM (AIL_{BM}) em final de Dezembro não superior a 13,218 mdc, e deveria traduzir-se num saldo de Base Monetária (BaM) de 12,205 mdc (expansão anual de 17%).

Quadro 9: Indicadores Financeiros Seleccionados

	Dez04	Mar05	Jun05	Set05	Dez05	Meta
	Observado	Observado	Observado	Observado	Observado	Dez05
Saldos						
AIL_{BM} – mdc	-11,071	-10,253	-14,835	-14,685	-16,671	-13,218
RIL – 10^6 USD	961	886	907	890	943.2	900
AEL_{BM} – mdc	21,505	19,502	25,029	29,772	26,047	25,423
BaM – mdc	10,433	9,249	10,195	10,660	12,153	12,205
M3 – mdc	34,174	34,155	38,628	41,480	43,441	42,718
M2 – mdc	22,653	22,382	23,666	24,722	27,648	26,357
Multiplicador	3.3	3.7	3.8	3.7	3.6	3.5
Variação anual						
IPC – Maputo	9.1%	6.1%	4.9%	7.5%	14.0%	8%
MT/USD	-19.9%	-20.2%	6.8%	15.9%	27.9%	—
M3	5.9%	9.6%	16.5%	21.1%	27.1%	25%
M2	-5.6%	16.5%	14.6%	16.8%	22.1%	16.4%
BaM	20.2%	17.5%	17.5%	18.3%	16.5%	17%

Subjacente à meta acima referida esteve o pressuposto de um multiplicador monetário de 2.2, de modo que a expansão da massa monetária, medida pelo agregado M3, não ultrapassasse os 27% compatíveis com a meta de inflação acumulada de 8%, Dezembro a Dezembro, com tudo o resto dentro das previsões.

O quadro 9 permite notar que, apesar de os agregados sob o controlo directo do Banco de Moçambique através das operações de mercado, nomeadamente as RIL, os AEL_{BM} , terem estado sob controlo, propiciando igualmente um saldo de BaM inferior ao máximo que se previa – meta indicativa – os agregados monetários mais amplos, nomeadamente o M2 e M3, expandiram acima do que se esperava. A depreciação cambial, conforme a análise que se segue nesta secção do relatório teve uma contribuição significativa para tal.



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.4.2. Base Monetária

O saldo da BaM em final de Dezembro foi de 12,153 mdc, ou seja um fluxo anual de 1,720 mdc (+16.5%).

À semelhança de 2004, nota-se um maior incremento das NMC (1,133 mdc) – contribuindo com 66% do aumento da BaM – particularmente no quarto trimestre onde a expansão das NMC foi de 1,169 mdc, ditada pela (i) pressão sobre as tesourarias dos bancos comerciais para fazer face a pagamentos no âmbito da campanha de comercialização do algodão (auge em Setembro e Outubro) e castanha de caju (pico em Dezembro) na zona norte do país, (ii) concentração de gastos públicos – a injeção líquida de recursos pelo sistema bancário através da compensação e STF foi de 4,559 mdc, de um total de 7,236 mdc no ano, e (iii) os gastos das famílias durante a quadra festiva, que demandam maior uso de numerário.

Quadro 10: Evolução da BaM e suas componentes – Em mdc, excepto indicação diferente

	Dez-04	Mar-05	Jun-05	Set-05	Dez-05	Variação anual	
	Saldos em mdc					mdc	%
Base Monetária	10,433	9,249	10,195	10,660	12,184	1,751	16.8
NMC	6,202	5,289	5,819	6,166	7,336	1,133	18.3
Reservas Bancárias	4,231	3,960	4,376	4,494	4,848	618	14.6
	Estrutura em %						
Base Monetária	100	100	100	100	100		
NMC	59.4	57.2	57.1	57.8	60.2		
Reservas Bancárias	40.6	42.8	42.9	42.2	39.8		

Do ponto de vista anual, o comportamento das NMC reflecte os saques líquidos sobre as contas do Estado, na medida em que os bancos comerciais depositaram 1,292 mdc, igualmente em termos líquidos, conforme se pode observar no quadro 11.

Quadro 11: Factores de Variação das Reservas Bancárias em 2005

Factores – em mdc	IV Trimestre		Anual	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Estado – STF + Compensação	4,558		7,236	
Aplicações na FPD	43		271	
BTs, líquidos	1,086			3,222
Vendas no MCI		2,802		8,937
Operações de OT's		1,518		1,009
Levantamentos líquido de numerário		656	1,292	
Operações da FPC	148	518	431	
Operações de TAM e LD	18		3,820	
Outros, líquido		4	736	
TOTAL	355		618	

Mais uma vez, as transacções do último trimestre foram responsáveis por mais de metade do aumento anual das reservas bancárias (quadro 10), onde a execução orçamental pelo Estado e os reembolsos líquidos de BTs foram os principais factores de aumento das reservas bancárias. Nesse período, as vendas de divisas no MCI situaram-se também num plano de destaque, contribuindo para enxugar liquidez no sistema, à par das vendas líquidas de OTs.

No ano de 2005, como um todo, é de salientar o esforço de contenção da evolução das reservas bancárias através das intervenções no MCI, que resultou em vendas líquidas



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

do equivalente a 8,937 mdc em moeda estrangeira (USD 390.6 milhões) e a emissão líquida de novos BT's (3,222 mdc) e OT's (1,009 mdc) que amorteceram o efeito expansionista da execução orçamental e dos TAM's e leilões de depósitos vencidos sobre as reservas bancárias.

3.1.4.3. Mercado Monetário Interbancário (MMI)

3.1.4.3.1 Transacções

O quadro 12 mostra em detalhe o resultado das intervenções do BM no MMI em 2005, na perspectiva de garantir o cumprimento da meta da BaM, bem como as permutas de liquidez entre as instituições de crédito.

Quadro 12: Instrumentos do MMI – Evolução dos saldos – mdc

	Set-04	Dez-04	Jun-05	Set-05	Dez-05
BTs	2,800	6,305	11,143	11,529	10,579
91 dias	225	500	1,253	1,386	950
182 dias	2575	5805	5,020	4,365	3,453
364 dias	0	0	4,870	5,778	6,173
TAMs/FPD	7,149	4,109	300	280	300
Até 6 dias	400	100	300	280	300
91 dias	390	0	0	0	0
182 dias	5,414	3,959	0	0	0
364 dias	945	0	0	0	0
BTs+TAMs	9,949	10,414	11,443	11,809	10,879
SalDOS no último dia do mês					
FPC	15	0	327	300	
FPA	29	140	215	40	
Média por operação					
FPC	34	29	138	103	542
FPA	78	121	180	66	238
Permutas	15	21	20	22	33

Nota-se que a emissão líquida de BT's no período fez com que o saldo destes em carteira aumentasse 4,274 mdc⁴, em termos de valor facial, passando para 10,579 mdc em Dezembro. Os BT's de maturidade mais longa tendem a monopolizar as preferências das instituições de crédito.

3.1.4.3.2 Taxas de juro do MMI

Com vista a tornar mais flexível o processo de determinação das taxas de juro no MMI, o BM introduziu em princípios de Novembro, algumas alterações no algoritmo de determinação da taxa de juro da FPC, através das informações de mercado nº 033/MMI/2005 e nº 035/MMI/2006, resultando em aumentos das taxas de juro de todos os instrumentos e facilidades do MMI.

⁴ No momento da liquidação da venda dos BTs, as reservas dos bancos compradores no BM são debitadas pelo valor descontado, ou seja valor facial descontado dos juros que na data de maturidade serão creditados, juntamente com o principal (que é o valor da transacção) na conta dos mesmos. O stock de BTs, para efeitos estatísticos, é medido na óptica de valor nominal ou facial, conforme o quadro 10, enquanto que o impacto das suas transacções na liquidez dos bancos considera os débitos ou créditos líquidos do período, que não tem que necessariamente coincidir com a variação estatística dos saldos. É esta principal diferença entre os quadros 10 e 11.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

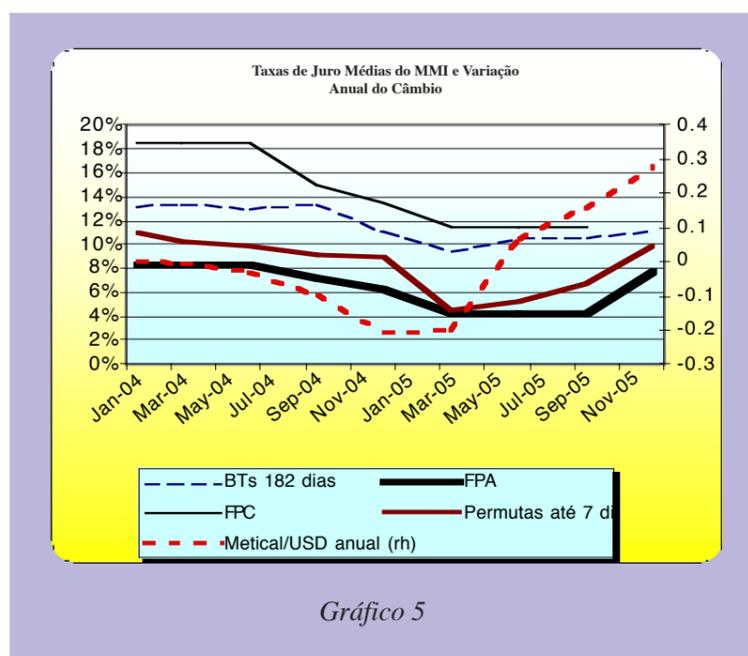


Gráfico 5

A alteração consistiu na indexação da taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) à taxa de juro média ponderada da última emissão dos BTs com prazo de 364 dias, adicionada de um factor $k > 0$ determinado de forma discricionária pelo BM.

Assim, a taxa de juro da FPC, que fora reduzida de 13.5% para 11.5% em Janeiro de 2005, Novembro aumentou 2.25 pp entre final de Outubro e final de Dezembro, passando de 11.5% para 13.75%. O mesmo aconteceu com a taxa da FPD que, ainda no contexto das informações de mercado acima referidas, passou a estar indexada à da FPC, situando-se sempre 6 pp abaixo desta.

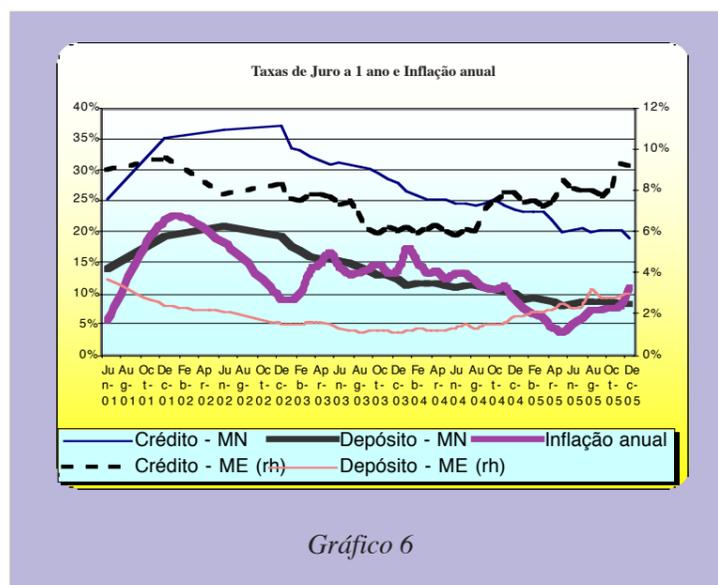
As taxas médias ponderadas das emissões dos BTs também incrementaram, tendo a do prazo de 364 dias aumentado de 9.1% na última emissão de Janeiro para 11.6% na última de Dezembro enquanto que a do prazo de 91 dias passou de 7.8% para 10.2% entre as referidas emissões.

3.1.4.4 Taxas de Juro a Retalho

Em 2005, as taxas de juro médias aplicadas pelas instituições de crédito, nas transacções com os seus clientes, pautaram-se por uma tendência de redução, tendo a média da taxa dos empréstimos a prazo de um ano passado de 23.67% em Dezembro de 2004 para 19.24% em Dezembro de 2005 – por sinal a redução mais pronunciada (-4.43 pp), enquanto que a taxa média dos depósitos para o mesmo prazo reduziu 1.46 pp, fixando-se em 8.44% em Dezembro de 2005, no que concerne às operações em Meticais. Mesmo assim, as taxas de juro do crédito situaram-se sempre a níveis reais positivos, conforme se pode observar no gráfico.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA



Em termos reais, a evolução das taxas de juro ressentiu-se ao longo do ano do comportamento da inflação homóloga tendo apresentado duas tendências distintas:

- De ascensão, entre Janeiro e Maio, favorecida pela queda da inflação de 9.1% em Dezembro para 3.8% em Maio, com a taxa activa real a passar de 13.4% em Dezembro de 2004 para 15.6% e a passiva de 0.7% para 4.2%.
- De redução, entre Junho e Dezembro quando a inflação anual passou de 4.9% para 14%. As taxas activas reduziram até 4.4% enquanto que as passivas tornaram-se negativas (-5.1%), no final do ano.

Por seu turno, as taxas de juro de crédito em ME para o prazo de um ano aumentaram 1.9 pp entre Dezembro de 2004 e de 2005, passando para 9.2%. Repare-se que de Janeiro a Maio a tendência foi de incremento tendo de Junho a Setembro se assistido a uma queda seguida de recuperação no último trimestre. Em relação aos depósitos, a taxa de juro aumentou no ano de 1.9% para 3.0%, tendo atingido o pico em Agosto (3.15%).

3.1.4.5. Massa Monetária

O agregado M3 registou até final de Dezembro de 2005 um fluxo acumulado de 9,266 mdc (27.1%), determinado essencialmente pelos seguintes factores:

- Impacto cambial sobre os saldos dos depósitos denominados em moeda estrangeira, responsável por 35% da expansão monetária no período (3,221 mdc). Expurgando o impacto da depreciação, a expansão anual do M3 reduz para 5,816 mdc (17%);
- a evolução do crédito à economia em Meticais, que expurgando o saneamento de 407 mdc e os 815 mdc que decorrem da aquisição dos activos do BIM Leasing incorporados em Dezembro na contabilidade do BIM, totalizou 4,530 mdc (49% da expansão monetária);
- o aumento anual dos depósitos em ME na ordem dos 43 milhões de USD, equivalente a 1,050 mdc – sem incluir o impacto cambial, a reflectir entradas líquidas de fundos externos a favor de residentes. Tal explica 11% do total da expansão do M3; e



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- a injeção líquida de 7,236 mdc pelo Estado, no âmbito da sua execução orçamental. Refira-se que o aumento dos depósitos das administrações central e local foi de apenas 572 mdc nas instituições de crédito, passando para um saldo de 3,263 mdc.

Quadro 13: Evolução do M3 e suas componentes – Em mdc, excepto indicação diferente

	SalDOS					Variação anual	
	Dez-04	Mar-05	Jun-05	Set-05	Dez-05		
NMC	5,225	4,557	5,035	5,418	6,110	885	16.9%
Depósitos MN	17,428	17,825	18,631	19,304	21,538	4,110	23.6%
M2	22,653	22,381	23,666	24,722	27,648	4,995	22.1%
Depósitos ME	11,522	11,773	14,962	15,164	15,793	4271	37.1%
10^6 USD	610	621	609	612	653	43	7.1%
Impacto cambial						3,221	
M3	34,174	34,154	38,628	39,886	43,441	9,266	27.1%
Sem Impacto Cambial						5,816	17%
Peso do Impacto Cambial ⁵							35%
Depósitos em ME % M3	34%	34%	39%	38%	31%		

O quadro 14 mostra a composição dos depósitos da Economia e a sua variação entre Dezembro de 2004 e 2005, tendo como base uma amostra que cobre acima de 92% dos depósitos captados nas contas monetárias. É de destacar o seguinte:

- Os depósitos das empresas registaram os maiores crescimentos no período, tanto absoluto (5,389 mdc), como relativo (29%), correspondendo a 66% do total do incremento dos depósitos da economia;
- O peso dos depósitos das empresas aumenta para cerca de 53% do total, após 49% em Dezembro de 2004. Tal denota uma situação de praticamente 1:1 entre os depósitos das empresas e dos particulares;
- O crescimento dos depósitos das empresas ocorreu tanto na moeda nacional, como estrangeira (cerca de USD 36 milhões), enquanto que os depósitos de particulares em ME tiveram um crescimento mínimo, tendo sofrido o impacto da depreciação do Metical;
- O aumento dos depósitos a prazo (1,187 mdc), dominado pelas empresas, corresponde a apenas 14% do incremento dos depósitos da economia, dos quais 9 pp é a contribuição das empresas;
- Tanto os particulares como as empresas, privilegiam os depósitos à ordem, representando 82% do total em 2004 e 83% em 2005, no que diz respeito às empresas e 65% e 68%, nos dois períodos, no que respeita a particulares;



⁵ Mostra a parte do crescimento do M3 explicada pelo impacto da depreciação do Metical sobre os depósitos denominados em ME.

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 14: Estrutura dos Depósitos da Economia

	Saldos em mdc		Em % do Total		Variação		
	Dez-04	Dez-05	Dez-04	Dez-05	Nominal	%	% da Total
Total	26,682	34,892	100	100	8,210	24	100
Empresas	13,154	18,543	49	53	5,389	29	66
Outros	13,528	16,349	51	47	2,821	17	34
Meticais	14,711	17,712	55	51	3,001	17	37
Empresas	5,890	7,454	22	21	1,564	21	19
Outros	8,821	10,258	33	29	1,438	14	17
ME	11,610	15,800	44	45	4,190	27	51
Empresas	6,902	9,709	26	28	2,807	29	34
Outros	4,708	6,091	18	17	1,383	23	17
DO	19,592	26,628	73	76	7,036	26	86
Empresas	10,796	15,461	40	44	4,665	30	57
Outros	8,796	11,167	33	32	2,372	21	29
DPA	233	219	1	1	-1	-6	0
Empresas	24	20	0	0	-4	-20	0
Outros	209	199	1	1	-10	-5	0
DP	6,857	8,044	26	23	1,187	15	14
Empresas	2,333	3,061	9	9	728	24	9
Outros	4,524	4,983	17	14	459	9	6

3.1.4.6. Endividamento do Sector Privado

3.1.4.6.1 A nível interno

O crédito à economia entre finais de Dezembro de 2004 e de 2005 registou um incremento de 7,703 mdc (8,110 mdc expurgando o impacto dos saneamentos havidos), equivalentes a 57% do ponto de vista de variação percentual de saldos, conforme mostra o quadro 15.

Do ponto de vista de denominação, o crédito em Meticais foi o que mais aumentou (4,938 mdc), sendo responsável por 64% do incremento total do crédito no período. Aliás, o saldo do crédito à economia em MN quase que duplicou, ao passar de 5,621 mdc em final de Dezembro de 2004 para 10,559 mdc em Dezembro de 2006 (+88%).

O impacto cambial de cerca de 2,206 mdc sobre o saldo do crédito denominado em moeda estrangeira influenciou de forma substancial o comportamento do saldo do crédito à economia, ao ser responsável por cerca de 29% da sua variação.

Quadro 15: Evolução do Crédito à Economia – Em mdc, excepto indicação diferente

	Saldos					Variação Anual	
	Dez-04	Mar-05	Jun-05	Set-05	Dez-05		
Moeda Nacional	5,621	5,524	6,609	7,826	10,559	4,938	88%
Moeda Estrangeira	7,892	8,101	10,275	10,084	10,656	2,764	35%
Em 10 ⁶ USD	418	427	418	407	441	23	6%
Impacto Cambial						2,206	
Total	13,513	13,625	16,884	17,910	21,215	7,703	57%
Saneamentos	3,436	3,436	3,743	3,756	3,943	407	12%
Total com Saneamentos ⁶						8,110	48%

O incremento genuíno do crédito em ME pode ser testemunhado pela variação de saldos, ao passar de USD 407 milhões em final de Dezembro de 2004 para USD 441 milhões em final de Dezembro de 2005. Este comportamento ocorre mesmo em presença do

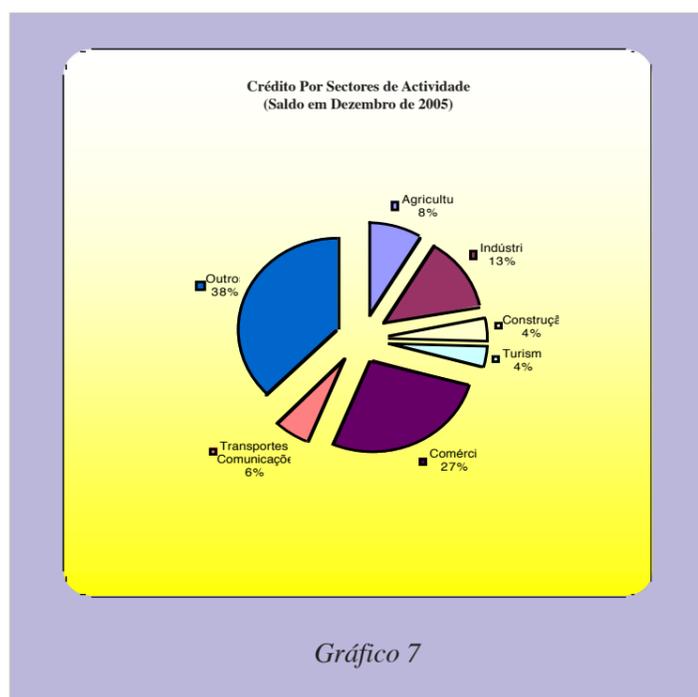
⁶ Expurgado o efeito do impacto cambial.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Aviso nº 5/GGBM/2005, introduzido em Maio, destacando que entre Julho a Dezembro o incremento foi de USD 23 milhões.

Do ponto de vista sectorial, nota-se uma maior concentração do saldo do crédito à economia no sector do comércio (27%, após 22% em Dezembro de 2004), seguida da indústria (13%, após 17% em Dezembro de 2004) e agricultura (8%). O crédito aos “outros sectores”, inclui o concedido a particulares que, conforme o quadro 15, representam cerca de 1/4 do total do crédito à economia, tanto em 2004 como em 2005.



Em termos de fluxos, a maior fatia de crédito foi canalizada para o comércio (37%) seguido da agricultura, indústria e construção que beneficiaram cada de 5% do fluxo de crédito o período.

Por tipo de entidades beneficiárias do crédito, o quadro é o seguinte, obtido a partir de uma amostra extraída dos balancetes que corresponde a 86% e 89% do crédito à economia revelado na síntese monetária em Dezembro de 2004 e 2005, respectivamente (quadro 16):

- O crédito disponibilizado pelas instituições de crédito ao sector privado da economia é claramente dominado por empresas, que detêm 76% do total, tanto em 2004 como em 2005;
- Em termos de fluxo, o crédito canalizado às empresas corresponde a 78% do total (5,619 mdc);
- O saldo do crédito a particulares reduziu de USD 80 milhões para USD 76 milhões, entre final de 2004 e 2005.
- O crédito de médio e longo prazo em poder das empresas representa 50% da carteira total dos bancos em final de 2005, o que significa um aumento de 6 pp, em termos de peso sobre o total;
- O crédito de médio e longo prazo, como um todo, representa 65% do total da carteira dos bancos em final de 2005;



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 16: Estrutura do crédito à economia

	Saldo em mdc		Em % do Total		Variação		
	Dez-04	Dez-05	Dez-04	Dez-05	Nominal	%	% do Total
Total	11,666	18,907	100	100	7,241	62	100
Empresas	8,834	14,453	76	76	5,619	64	78
Outros	2,833	4,454	24	24	1,622	57	22
Meticais	3,948	8,232	34	44	4,283	108	59
Empresas	2,632	5,621	23	30	2,989	114	41
Outros	1,316	2,610	11	14	1,294	98	18
ME	7,505	10,360	64	55	2,855	38	39
Empresas	5,989	8,516	51	45	2,527	42	35
Outros	1,516	1,844	13	10	327	22	5
CPrazo	4,662	6,539	40	35	1,877	40	26
Empresas	3,755	5,032	32	27	1,277	34	18
Outros	907	1,507	8	8	600	60	8
MLPrazos	7,005	12,366	60	65	5,364	77	74
Empresas	5,079	9,421	44	50	4,343	86	60
Outros	1,926	2,947	17	16	1,021	53	14

3.1.4.6.2 A nível externo

Deduzidos os grandes projectos de investimento directo estrangeiro, o fluxo acumulado líquido de endividamento privado no exterior registado no Banco de Moçambique em 2005 totalizou USD 42.93 milhões, após USD 92.8 milhões em 2004. Tal fluxo, resultou de desembolsos de USD 131.6 milhões, contra amortizações de USD 88.6 milhões.

Os sectores que mais se beneficiaram do montante total acumulado desembolsado foram o das telecomunicações (39%), agro-industrial (24%) e energético (21%). Em termos de reembolsos o destaque vai para o sector agro-industrial (55%), industrial (19%) e de telecomunicações (12%).



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 2: Conversão do Metical em Circulação Para o Metical da Nova Família

Tendo em conta o actual estágio de desenvolvimento da economia moçambicana, caracterizado por uma relativa estabilidade de preços e crescente modernização do sistema nacional de pagamentos, houve necessidade de alterar a estrutura da moeda nacional, ajustando-a à nova realidade, através da redução do número de dígitos do Metical actualmente em circulação. Assim, a Assembleia da República, ao abrigo do disposto no número 179 da Constituição, aprovou a Lei nº 7/2005, de 20 de Dezembro, que define a taxa de conversão do Metical em circulação para o Metical da Nova Família, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. A taxa de conversão foi fixada em 1,000 (mil) unidades, sendo o valor do Metical da nova família obtido dividindo o valor do Metical em circulação por 1,000 unidades.

Entre os benefícios da conversão destacam-se: (i) a eliminação das dificuldades na escrituração comercial decorrentes do elevado número de dígitos; (ii) a redução dos custos com a aquisição de livros, papéis comerciais contendo colunas ajustadas ao número de dígitos requeridos para o volume de negócios; (iii) redução da leitura fastidiosa da contabilidade das unidades económicas; (iv) aumento da eficácia da implementação de sistemas de pagamentos modernos, incluindo o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE).

No âmbito da implementação da Nova Família do Metical, o Governo aprovou o Decreto nº 55/2005 que regulamenta: (i) a dupla indicação de preços; (ii) os procedimentos contabilísticos e fiscais a observar, e (iii) as implicações legais da conversão.

O Banco de Moçambique por seu turno, publicou o Aviso nº 14/GGBM/2005, de 28 de Dezembro, sobre a designação escritural do Metical da nova família e procedimentos de conversão, onde define MTn e CTn como designações da parte inteira e decimal, respectivamente do Metical da nova família.

A campanha de divulgação oficial do Metical da Nova Família foi lançada pelo Governador do Banco no dia 28 de Dezembro de 2005, perante representantes dos bancos comerciais, sociedades financeiras, instituições públicas e privadas. Na ocasião, o Banco de Moçambique oficializou o início de actividade do Comité de Coordenação para a Introdução da Nova Família do Metical (CCINFM), que tem a missão de orientar o processo de introdução da nova família do Metical, através de campanhas de divulgação que têm como grupo-alvo os vários segmentos da sociedade civil, associações económicas e profissionais, e o vasto público, incluindo nas zonas mais recônditas do país. O Governador do Banco reiterou que a aplicação da taxa de conversão não implica a alteração do nome da moeda nacional e o poder de compra dos cidadãos.

Estão previstas várias acções de educação cívica dos cidadãos utilizando os vários meios de comunicação social, como a rádio, televisão, jornais e revistas de maior circulação no país. No caso da rádio, a difusão será feita em todas as línguas que a Rádio Moçambique utiliza nos seus serviços informativos. A campanha compreenderá igualmente a realização de seminários em todos os distritos do país, envolvendo todas as forças vivas da sociedade, com distribuição de brochuras de “perguntas e respostas”, cartazes e desdobráveis sobre o Metical da Nova Família.

O calendário para a introdução do Metical da nova família contempla o seguinte faseamento:

- A partir de 1 de Janeiro de 2006, inicia a dupla indicação de preços de Bens e Serviços na República de Moçambique, tomando carácter obrigatório a partir de 31 de Março de 2006;
- As notas e moedas do Metical da Nova Família entrarão em circulação a 1 de Julho de 2006, havendo circulação simultânea com as actuais notas e moedas até 31 de Dezembro de 2006;
- O fim da designação escritural MTn e CTn e da aceitação das notas moedas em circulação (MT) como meio de pagamento será a 31 de Dezembro de 2006;
- Retorno à designação escritural de MT a partir de 1 de Janeiro de 2007;
- A troca do Metical actualmente em circulação que ainda estiver em poder do público poderá ser feita junto dos estabelecimentos bancários entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2007;
- A troca do Metical actualmente em circulação que ainda estiver em poder do público poderá ser feita junto do Banco de Moçambique até ao dia 31 de Dezembro de 2012.

Para esclarecimentos de dúvidas sobre esta temática estão disponíveis os seguintes canais:

“linha verde” gratuita, rede fixa, número 800000888
“linha verde” gratuita, vodacom, número 848008888
Endereço electrónico (e-mail) ccinfm@bancomoc.mz

De salientar que o processo de entrada em circulação das notas e moedas do Metical da Nova Família será gradual, havendo um período de substituição das notas e moedas do Metical em circulação, que irá de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2006.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.5 Sector Externo

3.1.5.1 Reservas Internacionais Líquidas

Em final de Dezembro de 2005 o saldo das RIL estava situado em USD 940.3 milhões, o que corresponde a um desgaste anual na ordem dos USD 17.4 milhões, mas superou o valor programado. Tal permitiu que a cobertura de importações de bens e serviços não factoriais por reservas internacionais brutas atingisse os 5.5 meses, contra 4.4 meses previstos no programa.

Os principais factores de variação das reservas foram:

Do lado das Entradas

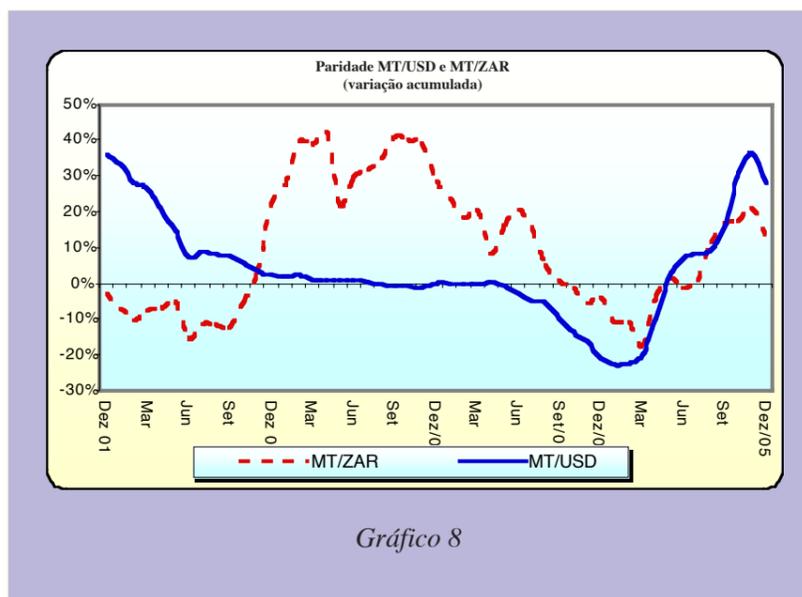
- Desembolsos de USD 291.5 milhões de fundos de ajuda externa, dos quais, USD 229.6 milhões em donativos e USD 61.9 milhões sob forma de empréstimos;
- Receitas de mineiros na África do Sul, equivalente a USD 49 milhões;
- Juros de aplicações no exterior no valor de USD 28 milhões;
- Entradas diversas a favor do Estado, no valor de USD 127.2 milhões;
- Outras entradas diversas num total de USD 100.7 milhões

Do lado das Saídas

- Vendas líquidas efectuadas pelo BM no MCI, no valor de USD 390.6 milhões;
- Pagamento de dívida externa no valor de USD 69.8 milhões;
- Transferências líquidas dos bancos comerciais cifradas em USD 14.8 milhões;
- Transferências para as Embaixadas e Representações diplomáticas de Moçambique no exterior, no valor de USD 21.5 milhões.

3.1.5.2 Taxas de Câmbio

O Metical apresentou um comportamento instável em relação às principais moedas internacionais em 2005, que resultou numa depreciação acumulada em relação ao dólar americano da ordem dos 28% em Dezembro, após uma apreciação de 21% em em 2004 (gráfico 8).



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Os factores que explicam o comportamento do Metical em 2005 podem ser agrupados em três:

- a) Factores que derivam do aumento da procura de divisas:
 - Pagamento das facturas de importações de bens efectuadas em finais de 2004 e de importação de cereais em 2005 para suprir necessidades alimentares em face da seca que assola algumas regiões do País;
 - Período de adaptação dos bancos comerciais a mecânica dos leilões, que levou a um aumento da procura e movimentos erráticos na taxa de câmbio;
 - Transferência de lucros e dividendos por parte de empresas que operam ao abrigo do investimento directo estrangeiro, cujos pedidos têm estado a convergir mesmo tratando-se de lucros de períodos anteriores; e
 - Encargos com o serviço da dívida externa privada, cujos vencimentos começaram a verificar-se em 2005.
- b) Factores institucionais do mercado:
 - em Janeiro de 2005 o Banco Central introduziu alterações no funcionamento do Mercado Cambial Interbancário (MCI), tendo sido notório um período de adaptação ao novo mecanismo de cotações múltiplas (vulgo leilões de divisas), por parte dos operadores; e
 - Desde a introdução dos leilões de divisas no MCI que os bancos comerciais têm pressionado o mercado apresentando propostas de compra cada vez mais elevadas, quando comparadas com as vendas realizadas pelo BM em períodos homólogos.
- c) Factores associados a expectativas adversas:
 - num cenário de incerteza quanto à evolução dos preços do petróleo no mercado internacional, os importadores anteciparam as suas expectativas, competindo pela aquisição de divisas na perspectiva de se acautelarem de eventuais aumentos do preço do petróleo, num quadro de forte crença de que as disponibilidades de divisas do País seriam diminutas;
 - Contrariamente, do lado dos exportadores, que retiveram as suas receitas de exportação à espera da melhor taxa de câmbio, no contexto da nossa economia em que aqueles agentes estão autorizados a deter a totalidade das suas receitas em moeda estrangeira; e
 - tensões decorrentes de interpretações erradas de diversa regulamentação emanada do Banco de Moçambique.

Em 2005, a procura de divisas foi anormal, levando o Banco de Moçambique a colocar cerca de USD 391 milhões, montante muito superior ao registado em 2004 (USD 215 milhões).

O comportamento da paridade MT/ZAR, para além de volátil, foi tendencialmente no sentido de depreciação do Metical. Assim, no fecho do ano, a cotação era de 3 817.18 MT/ZAR, o que representa uma depreciação anual de cerca de 13% face a uma apreciação da moeda nacional em 4% no ano anterior.

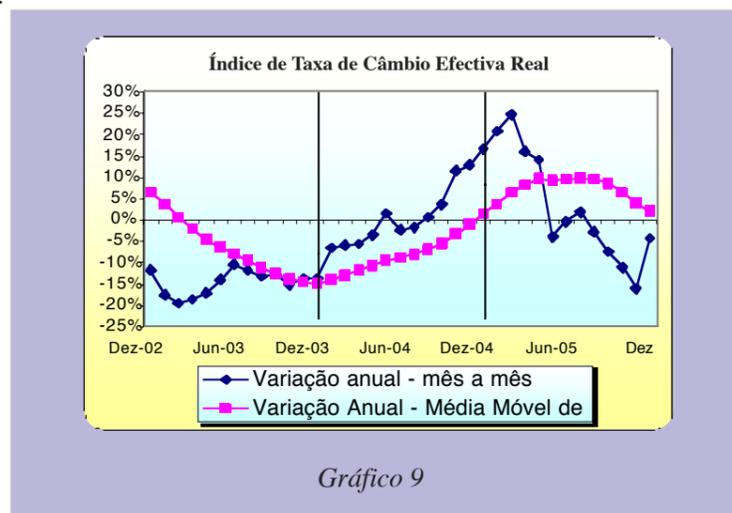
3.1.5.3 Competitividade Externa

O gráfico 9 mostra a evolução anual do índice de taxa de câmbio efectiva real (ITCER), que é baseado num cabaz de moedas dos três principais parceiros comerciais de Moçambique, nomeadamente o Rand sul-africano, Euro, e Dólar americano, com ponderadores de 54.3%, 39.3% e 6.4% respectivamente.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

No cálculo do ITCER os câmbios são apresentados ao incerto, ou seja unidades de moeda externa por unidade de Metical, donde resulta que uma variação negativa do índice significa uma depreciação real do Metical em relação às moedas dos principais parceiros.



Do ponto de vista de média móvel anual⁷, o ano de 2005 como um todo, caracterizou-se por uma tendência de depreciação real efectiva do Metical, mais expressiva depois de Junho, culminando no final do ano com uma inversão no sentido de abrandamento (apreciação real efectiva próxima de zero), diferentemente de 2004, onde o Metical tendeu a apreciar-se em termos médios anuais, nominais e efectivos, resultando em perdas de competitividade de 1.5% em Dezembro. Tal resultou de uma depreciação efectiva nominal média de 1.4%, inferior ao aumento do diferencial de preços em 4 pp, decorrente de uma inflação média anual moçambicana de 7.2%, contra uma média dos parceiros de 3.2%.

3.1.5.4. Balança de Pagamentos

A balança de pagamentos do País agravou-se em 2005, se comparado com 2004, tendo havido uma deterioração do défice da conta corrente em 25.3%, passando para USD 760.7 milhões, ao mesmo tempo que o excedente na conta de capital e financeira reduziu 1.9%, fixando-se em USD 464.2 milhões.

3.1.5.4.1 Conta Corrente

Em 2005, o saldo da conta corrente registou um défice de cerca de USD 761 milhões, o que corresponde a uma deterioração de 25.3% em relação ao ano anterior (quadro 17).

A desagregação da conta corrente mostra o seguinte:

- Aumento do défice da conta de bens e serviços em 29.3% (USD 182.1 milhões, dos quais USD 151.2 na conta de bens);
- Agravamento do défice na conta de rendimentos em 20% (USD 60.4 milhões, reflectindo basicamente o aumento de USD 116 milhões nas remessas de dividendos sobre o rendimento do IDE, num cenário de redução de USD 22.4 milhões e USD 11 milhões nos juros da dívida externa governamental e privada respectivamente); e

⁷ A média móvel reflecte de forma mais fidedigna a evolução da competitividade no ano, uma vez que capta os preços e taxas de câmbio médias dos doze meses em que as transacções ocorrem. A variação anual, mês a mês do ITCER, capta apenas a informação de dois meses homólogos, sendo por isso de aplicação limitada.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- Aumento de USD 89.1 nas transferências correntes unilaterais (28.4%), passando para um saldo de USD 402.9 milhões – cerca de 60% das quais concentradas no primeiro semestre – contribuindo assim para minimizar o agravamento do saldo em conta corrente.

Contrariamente à tendência que se vinha registando nos últimos anos, o défice em conta corrente, em percentagem do PIB, agravou-se 4 pp, passando para cerca de 25%⁸.

Quadro 17: Evolução da Conta Corrente – em USD milhões

	2001	2002	2003	2004	I Sem	II Sem	2005
					2005	2005	
Conta Corrente	-639,7	-1507,4	-1039,7	-607,7	-318,2	-442,5	-760,7
Em % do PIB	26.4%	37.5%	32.87%	21.2%	n.a	n.a	24.9%
Bens	-253,9	-666,6	-604,2	345,8	-227,7	-269,7	-497,1
Exportações	703,1	809,8	1043,9	1503,9	801,9	943,3	1745,3
Importações	957,1	1476,5	1648,1	1849,7	1029,3	1213,0	2242,3
Serviços	-351,6	-237,6	-270,0	-275,8	-167,7	-139,0	-306,7
Receitas	249,7	339,4	303,9	255,6	147,1	194,8	341,9
Despesas	601,3	577,0	574,0	431,4	314,8	333,8	648,6
Rendimentos	-225,8	-603,2	-165,5	-299,5	-161,9	-198,7	-359,9
Investimentos Directo	-20,3	-27,7	-42,1	-167,6	-177,2	-166,8	-284,0
Remunerações	-22,4	-10,0	30,5	46,0	19,1	21,3	40,4
Juros	-183,2	-572,0	-160,7	-184,0	-69,3	-61,9	-131,2
Investimento de Carteira	0,0	6,5	6,8	6,1	6,5	8,3	14,8
Transferências Unilaterais	191,7	638,3	223,1	313,8	237,8	165,10	402,9

3.1.5.4.2 Conta de Bens

O valor do comércio externo de bens no País atingiu os cerca de USD 3,988 milhões em 2005, o que relativamente a 2004 representa um crescimento de 19% (USD 634 milhões). As exportações aumentaram 16.1% (USD 241.4 milhões, basicamente atribuídas aos grandes projectos com um aumento de USD 214 milhões), enquanto que as importações cresceram 21.2% (USD 392.6 milhões, dos quais USD 91.4 milhões correspondem aos grandes projectos).

Excluindo os grandes projectos, o valor do comércio de bens no ano, foi de USD 2,341 milhões, montante que representa um aumento de 16% (USD 324.6 milhões) comparativamente a 2004, explicado basicamente pelo incremento das importações no valor de USD 301.2 milhões.

O aumento mais rápido das importações, comparado com o das exportações, determinou o agravamento do défice na ordem dos 44% (USD 151.2 milhões na balança de bens), situando-se nos USD 497 milhões.

Já do lado das exportações, os produtos que mais se destacaram do ponto de vista de crescimento foram o algodão (+ USD 20.5 milhões), a energia eléctrica (+ USD 39.5 milhões), para além do alumínio e gás natural, com mais USD 105.5 milhões e USD 68.9 milhões, respectivamente, embora estes dois, pela natureza dos seus regimes cambiais especiais retêm uma percentagem reduzida das divisas geradas, dentro do País.

⁸ No ano em análise, o montante dos erros e omissões aumentou em relação a 2004, para USD 297 milhões, reflectindo maior discrepâncias entre os registos das transacções comerciais com o resto do mundo e as contrapartidas financeiras. Em 2005 o montante de erros e omissões representou 9.6% do PIB (4.7% em 2004) e 7.4% do volume de exportações (4% em 2004)



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

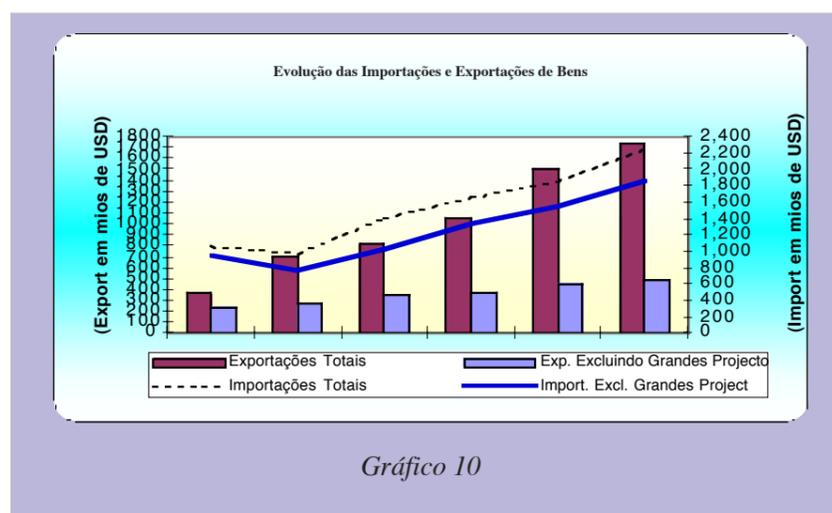


Gráfico 10

O valor das exportações do camarão, um dos produtos de exportação que tradicionalmente tem contribuído bastante para a balança de pagamentos, registou uma redução de USD 20.9 milhões, associada à fraca captura devida à cada vez menor disponibilidade deste produto no alto mar, associada a alguns problemas administrativos que algumas empresas do sector têm vindo a sofrer, bem como a própria concorrência do camarão chinês no mercado americano, que sendo produzido em regime de aquacultura é colocado a preços que chegam a ser metade dos capturados no alto mar.

Para o aumento do valor das exportações supra-citadas aponta-se as seguintes razões:

Energia eléctrica – aumento da capacidade de geração de energia na sequência da reabilitação da HCB em 2004/5 e consequente incremento das exportações para a RSA e Zimbabwe.

Açúcar – reentrada em funcionamento das fábricas do sector, após término da reabilitação das mesmas, e preços favoráveis de que o país tem vindo a se beneficiar no âmbito dos mercados preferenciais.

Algodão – efeitos dos elevados investimentos realizados na assistência fitossanitária e no alargamento das áreas de cultivo, por parte dos produtores do sector familiar, que tem superado a tendência de queda do preço de venda no mercado internacional durante os últimos 3 anos.

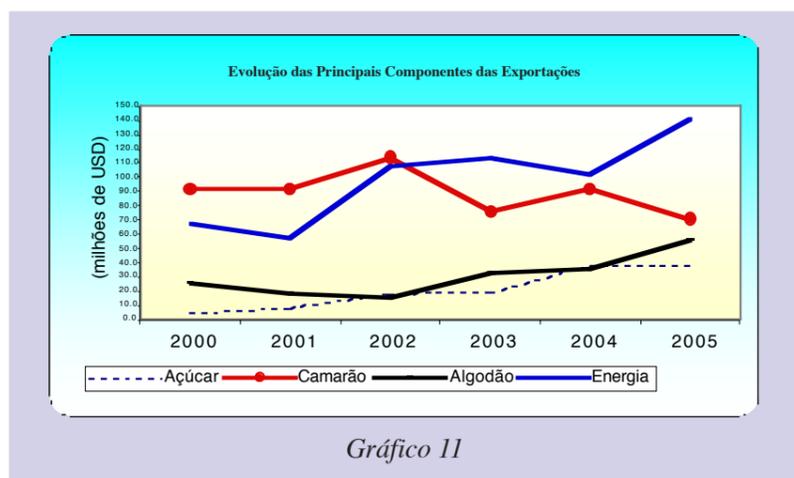


Gráfico 11



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

No concernente às importações, entre os produtos cujos valores aumentaram, excluindo os dos grandes projectos, destacam-se os combustíveis, com mais USD 37.4 milhões em 2005, face a 2004, os cereais com mais USD 26 milhões e os automóveis, com mais USD 29.3 milhões (gráfico 12), sendo todos eles de impacto reduzido sob ponto de vista de aumento do valor acrescentado ou substituição de importações, à prazo. A seca e o aumento dos preços internacionais dos combustíveis, explicam em parte o aumento do valor das importações de cereais e combustíveis em 2005. As importações de bens de capital aumentaram USD 36 milhões, situando-se em USD 313.2 milhões – cerca de 14% do total das importações. Nota-se ainda o grande aumento do valor das importações de uma miscelânea de outros produtos, na ordem dos USD 126.3 milhões, o que conforma a tendência dos últimos anos.

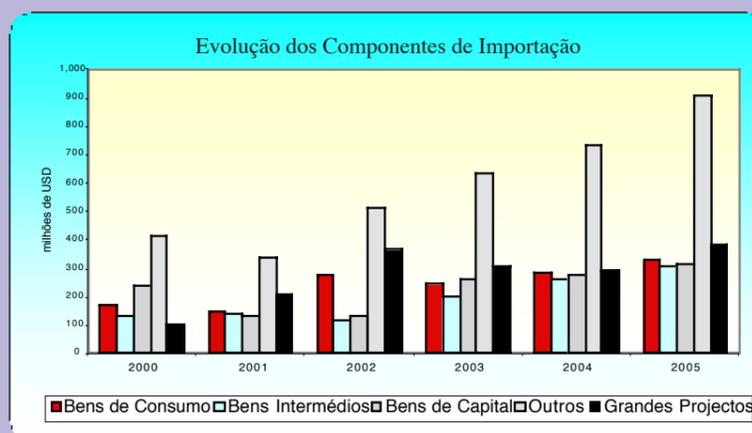


Gráfico 12

3.1.5.4.3 Conta de Serviços

O défice da conta parcial de serviços em 2005 situou-se nos 306.7 milhões, correspondente a um agravamento de 11,2%. Retirando o efeito dos grandes projectos, regista-se uma melhoria de 33% comparativamente a 2004, no défice desta conta, explicado pela melhoria do saldo líquido das componentes de construção e “outros”, que serviu para atenuar o desempenho negativo das componentes de transporte, viagens e construção.

Nos transportes, não obstante o acréscimo registado nas vendas deste serviço ao exterior que permitiu o aumento das receitas em 11,7%, em termos líquidos o saldo da rubrica agravou-se em 27,% em resultado do aumento das despesas pagas em 20,6%. Mesma situação foi verificada nas viagens, onde as receitas aumentaram (19,4%) como resultado de uma maior afluência de não residentes ao País em actividades turísticas variação, no entanto, anulada pelo forte acréscimo (31%) verificado nas despesas suportadas pelos agentes residentes sobre o exterior. Também contribuiu para o agravamento desta rubrica, a abolição de vistos de entrada na África do Sul e Suazilândia.

O agravamento do défice nos serviços de construções decorreu do aumento da demanda na ordem dos 37,5%, pelos grandes projectos de IDE, nomeadamente nas componentes de análises e estudos de implementação de projectos de engenharia civil. O destaque vai para o projecto das areias pesadas em Moma.





II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.1.5.4.4 Conta Rendimentos

O défice de cerca USD 360 milhões registado na conta parcial de rendimentos, correspondeu a um agravamento de 20.2%, tendo decorrido essencialmente do aumento dos lucros e dividendos transferidos para fora do País pelas empresas que operam no âmbito do IDE na ordem dos 69.4%, atingindo USD 284 milhões, dos quais USD 250 milhões foram transferidos pela MOZAL.

Registou-se ainda uma deterioração dos rendimentos de empregados em 12% (USD 5.6 milhões), como reflexo da redução dos rendimentos pagos a moçambicanos ao serviço de entidades não residentes, particularmente os mineiros, em face do decréscimo do número trabalhadores em exercício, aliada a restrições na contratação de novos trabalhadores⁹. A depreciação do Rand na ordem dos 12% em relação ao USD teve também a sua quota-parte na redução dos rendimentos dos mineiros, se considerarmos que os contratos estão firmados naquela moeda. A queda do rendimento dos empregados moçambicanos foi de USD 4.2 milhões, passando para USD 50.9 milhões.

A melhoria nos rendimentos de investimento de carteira, cujos ganhos passaram de USD 6.6 milhões em 2004 para USD 15.5 milhões em 2005, a reflectir o aumento dos rendimentos das aplicações da autoridade monetária, o aumento dos juros de depósitos no exterior em 159%, mesmo perante a redução dos encargos com juros de dívida governamental e privada em 32.6% e 8.6% respectivamente, serviu para atenuar os desgastes nas componentes da conta de rendimentos acima referida. Saliente-se ainda o efeito positivo da subida da taxa de juro dos produtos financeiros denominados em USD, em resultado das medidas do FED sobre a matéria.

3.1.5.4.5 Transferências Correntes

Durante o ano em análise, o País recebeu do exterior um fluxo líquido de cerca de USD 403 milhões na forma de transferências correntes, o que representa uma subida de 28.4% quando comparado com as entradas ocorridas em 2004. Determinaram o fluxo de 2005, os donativos para programas cujo montante recebido aumentou em 32% para uma entrada efectiva de USD 229.1 milhões no período em análise.

Em termos sectoriais, os valores recebidos destinaram-se à Administração Central, num montante total de USD 373.7 milhões - mais USD 40.4 milhões em relação a 2004, sendo USD 229.1 milhões na forma de Donativos para Programas, USD 35.6 milhões em Donativos para a importação de Medicamentos, USD 91.7 milhões na forma de Donativos para programas especiais, USD 13.3 milhões em Outras transferências¹⁰ e o remanescente em Espécie.

3.1.5.4.6 Conta Capital e Financeira¹¹

O fluxo líquido de capitais externos registou uma queda de 66.5%, ao passar de USD 578.1 milhões em 2004 para USD 193.8 milhões em 2005, explicado pelo fraco desembolso de donativos para projectos de investimento e perdão da dívida de apenas USD 6 milhões, contra USD 315.1 milhões perdoados em 2004.

⁹ Segundo o estudo realizado pela agência de recrutamento de mão-de-obra "TEBA", entre Janeiro e Novembro do ano passado 22 mineiros morreram em acidentes de trabalho, ao passo que 478 outros morreram de doença. Enquanto isso, a nova lei de migração da República da África do Sul de 2003 não autoriza o recrutamento de novos mineiros moçambicanos.

¹⁰ Donativo do FMI no âmbito do perdão da dívida externa (HIPC), recebidos a partir da conta de subvenções para o financiamento da BOP.

¹¹ Expurgando o efeito do financiamento excepcional.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Apesar das transferências para as organizações humanitárias terem registado um significativo aumento de USD 65.3 milhões em 2004 para USD 107.1 milhões em 2005, os desembolsos para projectos de investimento situaram-se na magnitude de USD 80.8 milhões, representando uma queda de 58%.

No que se refere à conta financeira, o fluxo de recursos financeiros aumentou USD 76.3 milhões, para um saldo de USD 140.4 milhões, essencialmente, em resultado da entrada de cerca de USD 108 milhões sob a forma de investimento directo estrangeiro. Também contribuiu para a melhoria da conta financeira, o influxo financeiro líquido positivo, de cerca de 122 milhões, na forma de outros investimentos, que reflectiu o facto dos passivos – sobretudo os empréstimos da Administração Central e do sector privado – terem superado os activos.

Quadro 18: Evolução da Conta Capital e Financeira (milhões de USD)

	2001	2002	2003	I Sem.		II Sem	
				2004	2005	2005	2005
Conta de Capital e Financeira	777,3	945,0	626,5	473,2	304,7	160,7	465,5
como % do PIB	32,1%	40,8%	25,2%	16,6%	n.a	n.a	15,1%
Conta de Capital	356,5	1169,4	284,1	578,1	65,2	128,7	193,8
Sector Público	356,5	1168,9	272,8	512,9	35,6	51,1	86,7
Perdão da Dívida	99,8	947,4	13,3	315,1	5,6	0,3	6,0
Donativos para Investimento	256,7	221,5	259,5	193,4	30,0	50,8	80,8
Sector Privado	0,0	0,5	11,2	65,3	29,5	77,6	107,1
Conta Financeira	420,0	126,7	523,9	64,1	163,5	-23,1	140,4
Investimento Directo Estrangeiro	255,4	347,6	336,7	244,7	61,9	46,0	107,9
Investimento de Carteira	0,0	32,2	5,0	-25,5	-15,8	-72,6	-88,5
Outros Investimentos (Líquido)	146,6	-506,5	182,2	-155,1	118,3	4,1	122,3

No que se refere ao Investimento Directo Estrangeiro, dos cerca de USD 108 milhões registados em 2005, USD 60 milhões foram realizados sob a forma de acções e participações, representando uma queda de 74.5% em comparação com o ano de 2004, e os outros capitais registaram um fluxo líquido positivo de USD 48.1 milhões, reflectindo um aumento de passivos com investidores directos sob a forma de suprimentos e créditos comerciais, no entanto, superior em cerca de USD 38 milhões em relação ao registado em 2004.

Relativamente ao montante de IDE realizado sob a forma de acções e participações, cerca de 91% (USD 54.2 milhões) foi realizado por empresas não pertencentes à categoria de grandes projectos, representando uma redução de 19% em comparação com o de 2004.

O peso dos grandes projectos no IDE foi igualmente baixo na rubrica de outro capital (20%).

Cerca de 26% do IDE realizado em 2005 foi na área da indústria extractiva, seguindo-se os serviços ferro-portuários com 25.2% e as pescas com 18%. Em termos de origem dos capitais, Portugal lidera a lista dos investidores directos em 2005 com 19% do total, seguido pela França (18%), Índia (12%) e África do Sul (11%)¹².

¹² Referir que as Maurícias depois de em 2004 terem ocupado o primeiro lugar em termos de proveniência de capitais com um peso de 33% do total, particularmente no sector açucareiro, em 2005, ao registarem uma entrada de apenas USD 8 milhões, caíram para o 6º lugar.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

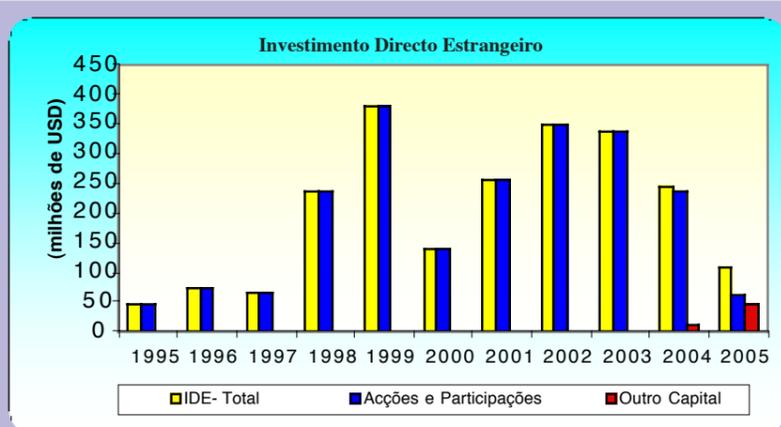


Gráfico 13

3.1.5.4.7 Financiamento da Balança de Pagamentos

Mais uma vez, o saldo global da balança de pagamento do País foi deficitário, desta vez na ordem dos USD 182 milhões, o que corresponde porém a uma melhoria de cerca de 0.7%, quando comparado com a posição do período homólogo de 2004.

Em termos anuais, o défice global, foi basicamente financiado pela autoridade monetária (Banco de Moçambique), que no ano desgastou os seus activos de reserva em USD 130 milhões, reflectindo a redução dos seus depósitos em moeda estrangeira em USD 150 milhões contra uma acumulação bruta de USD 20 milhões em ouro monetário.

As operações de financiamento da autoridade monetária foram complementadas pelos financiamentos excepcionais que se fixaram em USD 62.1 milhões, montante muito inferior ao recebido pelo País em igual período de 2004 e que se traduziu em perdão e reescalonamento da dívida pública externa.

Quadro 19: Fontes de Financiamento da BoP – milhões de USD

	2001	2002	2003	2004	2005
Financiamento da BoP	516,1	1454,7	-17,1	183,0	182,6
Activos de Reservas	18,8	-97,7	-181,4	-169,1	130,0
Ouro Monetário	8,8	-8,7	12,3	-18,6	-20,0
Depósitos em ME	10,0	-89,1	-193,8	-150,4	150,1
Outros	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Utilização do Crédito do FMI	15,4	4,2	9,1	-11,9	-40,4
Financiamento Excepcional	481,9	1548,2	155,3	363,9	93,0

3.1.5.5 Dívida Externa

3.1.5.5.1 Desembolsos de Novos Empréstimos

Em 2005, o fluxo de endividamento externo líquido da economia moçambicana aumentou 0.5% comparativamente a 2004, tendo sido contratados novos empréstimos no montante de USD 463.1 milhões, correspondente a uma aumento absoluto de cerca de USD 1 milhão.

Contrariamente ao observado em 2004, no ano em análise, o sector privado foi o que mais se endividou no estrangeiro, tendo o saldo anual atingido os 242.1 milhões, montante que corresponde a um acréscimo de 64% comparativamente a dívida contraída em 2004.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Com este acréscimo, o peso do endividamento privado em relação ao total aumentou de 32% em 2004 para 52% em 2005, o que significa que, em termos relativos, o sector público recorreu menos aos empréstimos externos.

Quadro 20: Novos Empréstimos – em milhões de USD

	2004	2005	Var (%)
Total de Desembolsos (1+2)	461.0	463.1	0.5
Sector Público	313.1	221.1	-29.4
Desembolsos para Programas	105.4	62.4	-40.8
Desembolsos para Projectos	158.6	137.7	-13.1
Desembolsos Para Empresas Públicas	46.1	20.9	-54.7
Outros	3.0	0.0	-100.0
Outros Sectores	148.0	242.1	63.6
Dos quais grandes projectos	4.5	110.5	2357.2

Com efeito, o fluxo de endividamento público no exterior desacelerou em 2005, para um stock anual de USD 221.1 milhões, montante determinado pelos desembolsos de empréstimos para projectos (cerca de USD 138 milhões, que corresponde a 60% do valor total desembolsado para o sector público) provenientes sobretudo dos fundos da Agência Internacional de Desenvolvimento (USD 72.3 milhões), seguido pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) com USD 41.4 milhões, Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África com USD 8.8 milhões e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) – com USD 6.0 milhões.

Em termos absolutos, os desembolsos para programas reduziram USD 43 milhões, representando 28% do total. Os montantes recebidos foram financiados pela Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA) num montante equivalente a USD 60 milhões e Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD), com cerca de USD 2.4 milhões¹³, enquanto que os empréstimos contraídos pelo Governo para fazer face às necessidades das empresas públicas desaceleraram em 55%, comparativamente ao ano de 2004, totalizando USD 20.9 milhões.

No que se refere a outros sectores, o montante de USD 242.1 milhões contraído foi basicamente direccionado para os grandes projectos (46% do total), seguidos pelas empresas do sector de Telecomunicações (21%), Agro-industrial (13%) e Energético (11%).

3.1.5.2 Amortização dos Empréstimos Externos

O montante de dívida externa vencida em 2005 situou-se em USD 480 milhões de USD, o que corresponde a uma queda de 33% comparativamente ao serviço vencido em 2004. Do valor vencido, cerca de 33% refere-se à dívida pública, o que representa uma queda significativa comparativamente aos 60% de 2004.

Em relação ao pagamento deste serviço, nota-se que o montante efectivamente pago conheceu um acréscimo de 10.2% para USD 387.9 milhões, como resultado do aumento de 16.8% no montante de dívida suportado pelo sector público e acréscimo de 8.9% no valor pago pelo sector privado.

¹³ O valor desembolsado pelo FAD diz respeito ao remanescente do saldo que deveria ter sido desembolsado em 2004



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 21: Dívida Vencida Paga e Aliviada – milhões de USD

	2004	2005	Var (%)
Total de Dívida Vencida	715.9	480.0	-32.9
Sector Público (capital e juros)	421.5	159.3	-62.2
Sector Privado	294.4	320.7	8.9
Dos quais Grandes Projectos	218.2	206.6	-5.3
Dívida Efectivamente Paga	352.0	387.9	-10.2
Sector Público (capital e juros)	57.6	67.2	18.8
Sector Privado	294.4	320.7	8.9
Financiamento Excepcional (dívida Pública)	363.9	92.1	-74.7
Reescalonamento (capital e juros)	41,0	86,7	111,6%
Organismos Multilaterais	0	0	-
Organismos Bilaterais	41,0	86,7	111,6%
Dívida Perdoada (capital e juros)	323,0	5,4	-98,3%
Organismos Multilaterais	7,9	5,0	-36,1%
Organismos Bilaterais	315,1	0,3	-99,9%

Do total pago pelo sector público, cerca de USD 51 milhões foi junto de instituições multilaterais, o que representa um aumento de 24%, se comparado com 2004, sendo que grande parte deste, foi direccionada para a Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA), cerca de USD 17.4 milhões, Fundo Monetário Internacional cerca de USD 15.4 milhões, OPEC com USD 5.4 milhões, Fundo Africano para o Desenvolvimento (FAD) com USD 4.5 milhões, BADEA com cerca de USD 3.4 milhões e outros.

Para o pagamento da dívida externa a credores bilaterais foram canalizados USD 16.4 milhões, após USD 16.7 milhões para USD 16.4 milhões em 2004.

No mesmo período, o serviço da dívida externa do sector privado, cresceu em 8.9%, para um fluxo anual de USD 320.7 milhões, montante que foi integralmente pago. Os grandes projectos foram responsáveis por 64% do valor pago, o que corresponde a um montante de USD 206.6 milhões¹⁴, seguido pelos sectores agro-industrial, industrial e de telecomunicações com pesos de 19%, 6% e 4% respectivamente. Excluindo os grandes projectos, os reembolsos de juros capital de dívida privada externa aumentaram de USD 76.1 milhões em 2004 para USD 114.1 milhões.

Em 2005, o financiamento excepcional para a economia moçambicana experimentou uma desaceleração significativa na ordem de 75% comparativamente a 2004. As operações de reescalonamento da dívida externa totalizaram USD 86.7 milhões no período em análise, todas realizadas pelos organismos bilaterais. No concernente às operações de cancelamento da dívida externa no valor de USD 5.4 milhões, importa referir que houve contribuições provenientes dos organismos multilaterais (sendo FAD, IDA e NDF, com USD 1.24 mio, USD 3.61 mio e USD 0.19 mio, respectivamente) e organismos bilaterais, com a contribuição proveniente da China (cerca de USD 0.33 milhões).

¹⁴ Sendo a Mozal com cerca de USD 188.7 milhões de Capital e Juros, HCB com USD 6.4 milhões, SASOL com cerca de USD 4.8 milhões e a Kenmare com USD 6.6 milhões.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 3 – Iniciativa do Alívio da Dívida Multilateral (MDRI)

A iniciativa MDRI surgiu na sequência da decisão tomada em Julho de 2005, pelo G8, no sentido do Fundo Monetário Internacional (FMI), Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA) e Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) cancelarem 100% da dívida dos países com rendimentos baixos (rendimento per capita inferior a US\$380) e que já tivessem atingido o “*completion point*” da iniciativa HIPC. Em termos gerais, pretende-se com esta medida ajudar os mesmos a concretizar, gradualmente, os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (MDG’s).

Em termos específicos, são objectivos da iniciativa: (i) aumentar despesas nas áreas prioritárias para a redução da pobreza; (ii) promover o crescimento económico; e (iii) realizar acções com vista ao cumprimento dos objectivos do desenvolvimento do milénio.

São elegíveis à iniciativa MDRI países que consigam satisfazer cumulativamente os seguintes critérios: (i) Bom Desempenho Macroeconómico; (ii) Implementação de uma Estratégia de Redução da Pobreza; e (iii) Boa Gestão das Despesas Públicas.

Consoante o grau de realizações no âmbito dos três critérios acima, os países de rendimentos baixos podem qualificar-se para a redução em 100% da sua dívida externa.

Depois de em Dezembro de 2005 o Board do FMI ter seleccionado 19 países subdesenvolvidos^(a) para se beneficiarem desta iniciativa, entre os quais figura Moçambique, a 5 de Janeiro de 2006 os países receberam indicações precisas sobre os contornos desta operação de cancelamento de cerca de 100% das suas dívidas para com esta instituição. Moçambique irá beneficiar do cancelamento de um montante equivalente a USD 154 milhões referente à dívida não paga até 31 de Dezembro de 2004. Deste montante, o alívio no âmbito do MDRI representa USD 119 milhões, enquanto USD 34 milhões refere-se ao alívio no âmbito do HIPC. Referir que a dívida contraída após 31 de Dezembro de 2004, será paga nas datas contratualmente acordadas (cerca de SDR 3 milhões).

O cancelamento da dívida com o FMI tem impactos multifacetados, sendo de destacar os seguintes:

i) poupança de recursos externos decorrente do não pagamento anual dos seguintes valores;

Projeção do serviço da dívida com FMI, perdoado no âmbito do MDRI

Anos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
USD (mios)	35	34	31	24	15	8	4	2	0.5	153
MTn (mios)	840	816	744	576	360	192	96	48	12	3.684

ii) O aumento das Reservas Internacionais Líquidas (RIL) na mesma magnitude se considerarmos que as outras responsabilidades externas de curto prazo que entram na compilação deste agregado tendem a reduzir à medida que vai havendo regularizações, o que significa que as reservas brutas (RIB’s) tenderão a ser iguais às RIL.

Países com MDRI	FMI	Banco Mundial
Benin	✓	✓
Bolívia	✓	✓
Burkina-Faso	✓	✓
Cambodja	✓	x
Etiópia	✓	✓
Ghana	✓	✓
Guiana	✓	✓
Honduras	✓	✓
Madagáscar	✓	✓
Mali	✓	✓
Mauritânia	x	✓
Moçambique	✓	✓
Nicarágua	✓	✓
Níger	✓	✓
Ruanda	✓	✓
Senegal	✓	✓
Tajiquistão	✓	x
Tanzânia	✓	✓
Uganda	✓	✓
Zâmbia	✓	✓

^(a)Países que se beneficiaram no Alívio da Dívida no âmbito do MDRI



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006

60



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

iii) Uma vez que dívida com FMI é da responsabilidade do Banco Central, o contravalor do valor cancelado deverá ser transferido para o Estado o que levará ao aumento da capacidade financeira deste, e consequentemente mais meios para financiar obras e infra-estruturas económicas. Globalmente espera-se com isto os seguintes impactos positivos:

- a. Aumento do investimento público, sobretudo nas áreas consideradas prioritárias para o combate à pobreza;
- b. Aumento da produção (crescimento económico) e do emprego;
- c. Aumento da procura agregada podendo por isso estimular a produção de outros sectores; e,
- d. A construção de mais infra-estruturas leva ao aumento do potencial de produção do país, através do aumento e melhoria das vias de comunicações (em caso de investimento em pontes e estradas).

iv) Entretanto, ao nível da Balança de Pagamentos do país, o cancelamento da dívida implicará o melhoramento das transferências correntes recebidas, em cerca de USD 154 milhões, sob forma de donativos das contas de subvenções de FMI, o que directamente levará um desempenho positivo da Conta Corrente na mesma magnitude.

Caixa 4: Actuação do Banco de Moçambique em 2005

Tendo em vista contribuir para se alcançar os objectivos finais de inflação traçados pelo governo para 2005, o Banco de Moçambique tomou um conjunto de medidas correctivas e aprovou normativos, que em algumas fases surgiram como reacção aos choques exógenos que afectaram a economia nacional, sendo de destacar as seguintes:

- Introdução, com efeitos a partir de 6 de Janeiro, do sistema de cotações multilaterais e de leilões de divisas no MCI e de uma nova metodologia no cálculo da taxa de câmbio de valorimetria fornecida diariamente pelo Banco de Moçambique ao sistema bancário. Estas medidas visavam adequar o MCI ao actual estágio de desenvolvimento do sistema financeiro;
- Redução da taxa da FPC em dois pontos percentuais, para o nível de 11.5%, com efeitos a partir de 19 de Janeiro, assim como das taxas da Facilidades Permanentes de Absorção (FPA) e da Facilidade da última Hora (FUH) para 4.25% e 12.5%, respectivamente;
- Divulgação do Aviso 04/GGBM/2005 que fixa os capitais mínimos para as instituições de crédito, Sociedades Financeiras e Operadores de Microfinanças (novos operadores financeiros), dando assim seguimento aos normativos aprovados em 2004 visando a extensão dos serviços financeiros às áreas rurais e o desenvolvimento dos serviços micro-financeiros no País;
- Aprovação em 20 de Maio, do Aviso nº 5/GGBM/2005, que impõe a constituição de provisões para o crédito em moeda estrangeira a favor de residentes não geradores de receitas em moeda estrangeira, como forma prudencial de acautelar o risco cambial inerente a esse tipo de operações;
- Promulgação do Aviso nº 6/GGBM/2005, de 20 de Maio de 2005, que estabelece os princípios e procedimentos a observar no processo de importação e exportação de bens e serviços bem como a disciplina que rege estas operações cambiais, visando reforçar a intermediação financeira das operações com o exterior pelos bancos autorizados em Moçambique, bem como reduzir os canais para eventuais ataques via branqueamento de capitais;
- Esclarecimento, através da Circular nº 01/ESE/2005, de 8 de Julho, das normas de operações cambiais constantes do Aviso nº 12/GGBM/2001, de 26 de Dezembro, nomeadamente sobre: (i) Os bancos comerciais podem licenciar e realizar todo tipo de operações sobre invisíveis correntes, até ao limite equivalente a USD 5000 por operação, com excepção das relativas a juros de empréstimos externos e a lucros e dividendos de investimento estrangeiro; (ii) as operações de invisíveis correntes relativas a juros e lucros e dividendos de investimento estrangeiro bem como as de valor superior ao equivalente a USD 5000, por operação, carecem de licenciamento do Banco de Moçambique; (iii) Estão isentas dos limites e finalidades estabelecidos em regulamentação cambial, as transferências conta a conta entre as contas de residentes em moeda estrangeira; (iv) em relação aos levantamentos de numerário sobre as contas de residentes em moeda estrangeira, os bancos comerciais, no quadro da política comercial de cada instituição, estabelecerão os procedimentos adequados que garantam a correcta realização dessas operações;



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- Activação, no MMI, da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) e do Leilão de Depósitos (LD). A FPD, que substitui a FPA, tem a maturidade de um dia e é da iniciativa das instituições de crédito autorizadas a operar no MMI, enquanto que o LD, com carácter regular ou ocasional, é da iniciativa do BM e visa enxugar a liquidez no mercado. Esta medida visa acompanhar os desenvolvimentos mais recentes no sistema financeiro;
- Estabelecimento da nova metodologia de fixação das taxas de juro de intervenção do BM (Informação de Mercados nº 035/MMI/2005, de 28 de Outubro), nomeadamente: (i) a taxa de juro de Facilidade Permanente de Cedência (FPC) passa a ser determinada com base na taxa média ponderada do último leilão de BT's, para maturidade de 364 dias, acrescida de um factor K, onde $K > 0$; e (ii) que a taxa de juro da FPD, passa a ser determinada com base na taxa da FPC, deduzida de 6 pp. É uma medida transitória que visa flexibilizar ainda mais as taxas de intervenção do BM;
- Introdução, através do Aviso nº 13/GGBM/05, de Novembro, das bandas para a flutuação diária das cotações de compra pelos operadores no MCI e para a selecção de propostas, que toma em conta a cotação média apurada acrescida de um factor discricionário de $-K$ a $+k$ a ser gerido pelo BM, mantendo o princípio de alocação pelo preço mais alto;
- Fixação, através do Aviso nº 14/GGBM/2005, da designação escritural do Metical da Nova Família no âmbito da Lei nº 7/2005, de 20 de Dezembro, que fixa a taxa de conversão do Metical em circulação para o Metical da Nova Família.



Segundo andar - Atrio painel decorativo a óleo, de Garizo do Carmo



RELATORIO ANUAL BM
4 (14):20-62, JUN. 2006





III - SISTEMA FINANCEIRO

1. INTRODUÇÃO

Durante o ano económico de 2005, o Banco de Moçambique continuou a exercer as suas funções de supervisor do sistema bancário, tendo sempre o objectivo de assegurar que as instituições que nele operam estejam financeiramente sólidas.

Para lograr aquele objectivo, foram realizadas inspecções *on site* tendentes a assegurar que os registos e informações das instituições de crédito e sociedades financeiras estão de acordo com o que o Banco de Moçambique estabelece nas normas. Por outro lado, o DSB conduziu análises *off site* com base nos reportes periódicos enviados pelas instituições de crédito e sociedades financeiras com vista a aferir sobre a situação financeira das instituições em causa.

Por outro lado, decorrente das suas funções, procedeu ao licenciamento de novas instituições de crédito bem como emitiu diversos normativos para disciplinar essa actividade, estando em curso a avaliação do seu impacto no sistema bancário.

Em termos de perfil, o sistema bancário manteve a sua tendência histórica de ser dominado, em termos de valor de activos, por bancos¹⁵, seguido de cooperativas de crédito¹⁶ e por último sociedades de locação financeira¹⁷.

Decorrentes das atribuições conferidas ao Departamento de Supervisão Bancária (DSB), no presente relatório são detalhados os eventos e tarefas mais relevantes realizadas no âmbito das funções de licenciamento, contencioso, estudos e regulamentação, bem como a análise dos agregados do sistema financeiro, tendo presente a evolução ocorrida em 2005. Ao longo do relatório há capítulos dedicados a outras matérias relevantes tais como as actividades no âmbito do combate contra o branqueamento de capitais bem como o monitoramento da Bolsa de Valores de Moçambique.

2. ACTIVIDADES DE LICENCIAMENTO, CONTENCIOSO, ESTUDOS E REGULAMENTAÇÃO

2.1. Licenciamento

No decorrer do ano de 2005 o Banco de Moçambique concedeu licenças a 2 novas instituições, nomeadamente, o Banco Oportunidade de Moçambique (BOM) e a Dragão câmbios, da Cidade da Beira. No mesmo período foram ainda registados 3 operadores de microcrédito em Maputo, designadamente, a J.A.J Créditos, DMD Crédito Imediato e Multicrédito. Nesse período o Banco de Moçambique autorizou a abertura de 4 Agências e 2 postos de atendimento de Bancos.

No período em revista, registou-se a fusão, por incorporação no BIM, do BIM-Investimento, BIM-Leasing e CREDICAR. Registou-se também a revogação da licença de actividade de uma Casa de Câmbios (FX África Câmbios).

2.2. Contencioso

O Banco de Moçambique, no âmbito das suas competências, é o responsável pela verificação do grau de cumprimento das normas prudenciais que são de cumprimento obrigatório por parte das instituições de crédito e sociedades financeiras autorizadas a operar. No âmbito desta actividade, os casos que consubstanciem violação reiterada dos referidos normativos, têm sido objecto de instauração de processos, tal como estabelece a Lei.

¹⁵ BIM, BCI-Fomento, BAU, SB, ABC, UCB, ICB, BDC, BMI, NOVO BANCO, SOCREMO e BOM.

¹⁶ CPC, TCHUMA, UGC-CPC, CCC, CCMA e CPL.

¹⁷ ABC LEASING e BCI LEASING.



RELATORIO ANUAL BM
14 (14):63-75, JUN. 2006

63



I II - SISTEMA FINANCEIRO

Durante o ano de 2005, foram instaurados cinquenta e quatro (54) processos contravencionais, tendo trinta e sete (37) sido instaurados a bancos, sete (7) contra cooperativas de crédito e dez (10) contra casas de câmbios. Comparativamente a 2004, este número de processos representa um aumento de 170%, pois em 2004 apenas foram instaurados 20 processos.

2.3 Estudos e Regulamentação

Com vista a disciplinar a actividade das instituições de crédito, Banco de Moçambique emitiu vários normativos com destaque para os seguintes:

1) Avisos:

- a) Aviso n° 1/GGBM/2005, de 29 de Abril – Aviso que fixa o spread máximo entre as taxas de compra e venda de moeda estrangeira;
- b) Aviso n° 3/GGBM/2005, de 20 de Maio – Aviso que fixa a taxa de câmbio de valorimetria e método do seu cálculo;
- c) Aviso n° 4/GGBM/2005, de 20 de Maio – Aviso que fixa os capitais mínimos para as instituições de crédito, sociedades financeiras e operadores de microfinanças;
- d) Aviso n° 5/GGBM/2005, de 20 de Maio – Aviso que fixa as provisões especiais a constituir pela concessão de crédito em moeda estrangeira;
- e) Aviso n° 6/GGBM/2005, de 20 de Maio – Aviso que fixa os procedimentos a observar no processo de importação e exportação de bens e serviços;
- f) Aviso n° 7/GGBM/2005 – Altera o Aviso n° 5/GGBM/2005, sobre provisões específicas para operações de crédito em moeda estrangeira.

2) Circulares:

- a) Circular n° 01/SBF/2005, de 11 de Abril – Reporte periódico de informações sobre limites e rácios prudenciais;
- b) Circular n° 02/DSB/2005, de 16 de Junho – Língua de redacção da informação a fornecer ao Banco de Moçambique e às entidades residentes;
- c) Circular n° 03/DSB/2005, de 29 de Julho – Esclarecimento sobre as normas do Aviso n° 5/2005, de 20 de Maio;
- d) Circular n° 04/DSB/2005, de 21 de Setembro – Conotação dos termos técnicos resultantes da validação automática dos ficheiros de reporte periódico de informações sobre limites e rácios prudenciais;
- e) Circular n° 05/DSB/2005, de 31 de Outubro – Registo dos membros dos órgãos sociais das instituições de crédito e sociedades financeiras;
- f) Circular n° 06/DSB/2005, de 12 de Dezembro – Instruções relativas à aplicação do plano de contas aos Microbancos e Cooperativas de Crédito;
- g) Circular n° 07/DSB/2005, de 12 de Dezembro – Modelos de reporte de informação pelas instituições sujeitas à monitorização.



III - SISTEMA FINANCEIRO

2.4 Actividades no âmbito do combate contra o branqueamento de capitais

O quadro legal em matéria de prevenção e combate ao crime de branqueamento de capitais, ora em vigor, obriga não só às instituições financeiras nele abrangidas a tomar as necessárias medidas organizativas no sentido de adequação dos seus procedimentos internos e externos às obrigações nele decorrentes, conforme os artigos 7 e 29 ambos do Decreto n.º 37/2004, de 8 de Setembro, mas também, às autoridades de supervisão dessas entidades, a tomar providências tendentes ao acompanhamento e controle do cumprimento integral dessas obrigações.

Sendo o Banco de Moçambique, a autoridade de supervisão nesta matéria, e, ciente da necessidade de dotar os seus técnicos de conhecimentos bastantes para o melhor desempenho desta função, levou a cabo durante o ano de 2005 actividades de formação bem como incorporou no seu manual de inspecção procedimentos específicos à matéria em apreço.

A nível regional, o Banco de Moçambique, representado no Grupo técnico multi-sectorial, tem vindo a participar em diversos eventos ligados à prevenção e combate a estes crimes, promovidos por organizações Internacionais, mais especificamente, o Banco Mundial/FMI e ESAAMLG – *Eastern and Southern Africa Anti-money Laundering Group*¹⁸.

2.5 Mercado de Valores Mobiliários

2.5.1 Evolução do Mercado

Em 2005, o Banco de Moçambique continuou a acompanhar a evolução do mercado de valores mobiliários, através da informação regularmente remetida pela Bolsa de Valores de Moçambique.

O ano de 2005 caracterizou-se pelo aumento significativo das emissões de obrigações do tesouro cujo volume atingiu 3.663,3 mdc contra 250,0 mdc em 2004. Deste modo, as emissões de obrigações aumentaram 538% em 2005, enquanto que o segmento accionista não registou nenhuma emissão.

Apesar de, no mercado primário o volume de emissões ter aumentado consideravelmente, no mercado secundário o volume das transacções diminuiu. Porém, o incremento das emissões ditou o aumento da capitalização bolsista, que passou de 2.830,8 mdc em 2004 para 5.746,4 mdc em 2005.

O Quadro 1 abaixo, mostra o volume das transacções ocorridas durante o ano de 2005, verificando-se uma ligeira redução de cerca de 6 pontos percentuais comparativamente ao ano anterior:

Quadro 22. Transacções no Mercado de Cotações Oficiais

Mercado	Quantidade Transaccionada		Valor Transaccionado (em milhões de MT)	
	2004	2005	2004	2005
Dívida Pública	9.752.375	6.285.155	727.840.2	628.815.5
Dívida Privada	1.494.340	2.147.076	150.580.4	197.620.9
Accionista	45.900	22.500	449.2	312.9
Total	11.292.615	8.454.731	878.769.8	826.749.3

Fonte: Boletins de Cotações n.ºs 638 e 790 da BVM

¹⁸ O ESAAMLG é um organismo regional que congrega vários países da África Oriental e Austral vocacionado à coordenação de esforços visando a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.



RELATORIO ANUAL BM
14 (14):63-75, JUN. 2006



I II - SISTEMA FINANCEIRO

No mesmo período, foram transaccionadas no Mercado Fora de Bolsa 394.640 acções, correspondentes a cerca de 164,0 mdc, contra 22.500 acções transaccionadas no Mercado de Cotações Oficiais, no valor de 313 milhões de meticaís.

No mercado obrigacionista registou-se a emissão de mais quatro títulos, nomeadamente: Obrigações Tesouro 2005 – 1ª Série, Obrigações Tesouro 2005 – 2ª Série, Obrigações Tesouro 2005 – 3ª Série e Obrigações Mcel – 2005, enquanto que no mercado accionista não se registaram novas emissões, mantendo-se os dois títulos (acções da CDM e acções CDM – GTT), anteriormente emitidos.

Durante o ano de 2005 foi excluído da cotação somente um título por reembolso antecipado pelo Estado Moçambicano de 66,5% do capital em dívida das Obrigações Tesouro 2000 acrescido da taxa de exercício da opção *call option* e no final do ano o mercado passou a apresentar treze emissões de valores mobiliários, sendo onze de empréstimos obrigacionistas e duas emissões de acções. Metade das emissões de obrigações é do Estado Moçambicano e as restantes seis emissões do sector privado.

De um modo geral, a actividade do mercado foi dominada pelas transacções de Obrigações, sobretudo Obrigações do Tesouro. Normalmente, essas transacções ocorrem com frequência no momento de emissão, altura em que se verifica muita procura dos títulos, isto porque a preferência da maioria dos investidores é deter os títulos em carteira até a maturidade. O pagamento dos juros das emissões de obrigações foi feito com regularidade, observando as datas dos cupões.

2.5.2 Cooperação Regional

O Banco de Moçambique como membro do CISNA (Comité das Autoridades de Supervisão de Seguros, Valores Mobiliários e Fundos de Pensões da SADC) continuou a participar nas actividades desenvolvidas ao nível deste Comité, tendo em vista a promoção da harmonização das práticas nos mercados de capitais da região.

Com vista ao desenvolvimento do mercado, o incremento da cooperação com instituições congéneres, a regulamentação de procedimentos e a capacitação técnica, constituem perspectivas a prosseguir em 2006.

No mesmo âmbito, prevê-se a assinatura de Memorandos Bilaterais de Entendimento com os países membros do CISNA e a participação nas actividades da IOSCO (Organização Internacional das Comissões de Valores).

3. INDICADORES FINANCEIROS DO SISTEMA BANCÁRIO

Durante o ano de 2005, o sistema bancário¹⁹, apresentou, em termos médios, indicadores financeiros satisfatórios, consubstanciados pela observância das normas e limites prudenciais estabelecidos pelo BM, o que proporcionou um bom ambiente para uma efectiva implementação de política monetária. Contudo, foi notório o contínuo agravamento dos custos de estrutura do sistema bancário, com especial destaque para o crescimento acentuado dos custos com pessoal, principalmente nos finais do ano de 2005.

¹⁹ Bancos, sociedades de leasing e cooperativas de crédito.



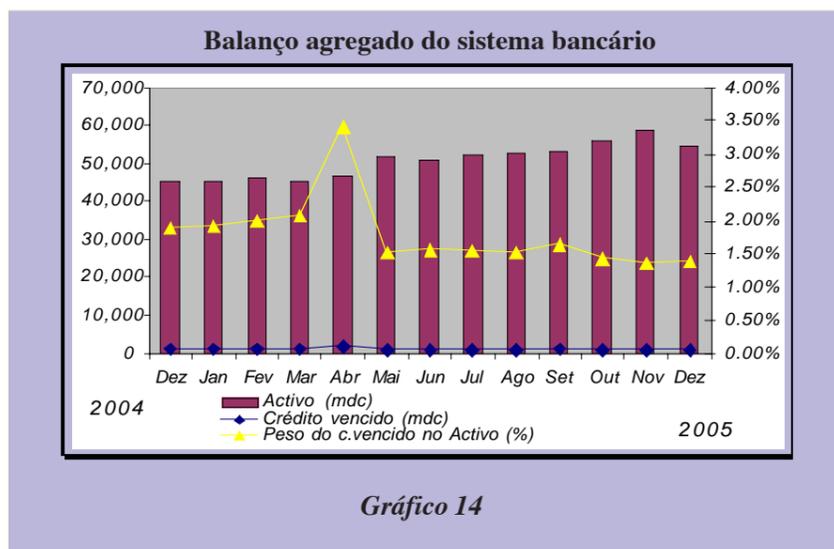
III - SISTEMA FINANCEIRO

3.1 Estrutura do balanço agregado

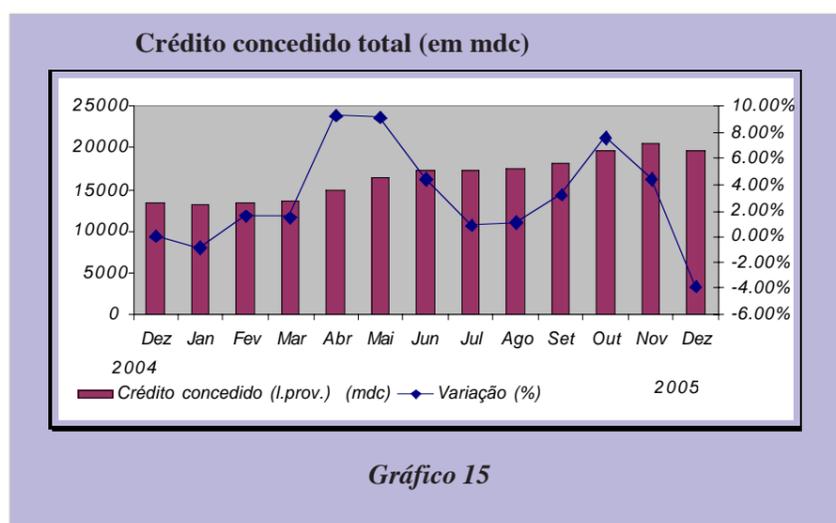
3.1.1 Elementos do Activo

O activo do sistema bancário em 2005 teve um crescimento de cerca de 19,56%, tendo passado de 45 647 mdc em 2004, para 54 578 mdc em 2005. As rubricas com crescimento mais significativo continuam a ser o crédito a residentes, títulos e as aplicações em instituições de crédito que registaram, no ano em análise, 20 045 mdc, 13 331 mdc e 9 364 mdc, respectivamente.

O gráfico 14 abaixo, mostra a evolução de alguns agregados e variáveis do balanço do sistema bancário.

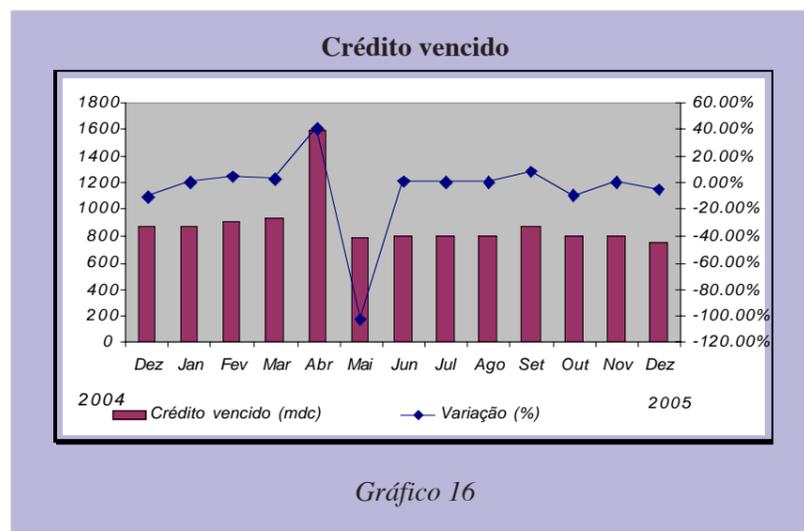


O crédito do sistema bancário, apresentado no gráfico 15, em termos anuais, não regista alterações de grande vulto. Se em Dezembro de 2004 este agregado estava com cerca de 13 298 mdc, até finais de Dezembro de 2005, situou-se em cerca de 19 736 mdc.

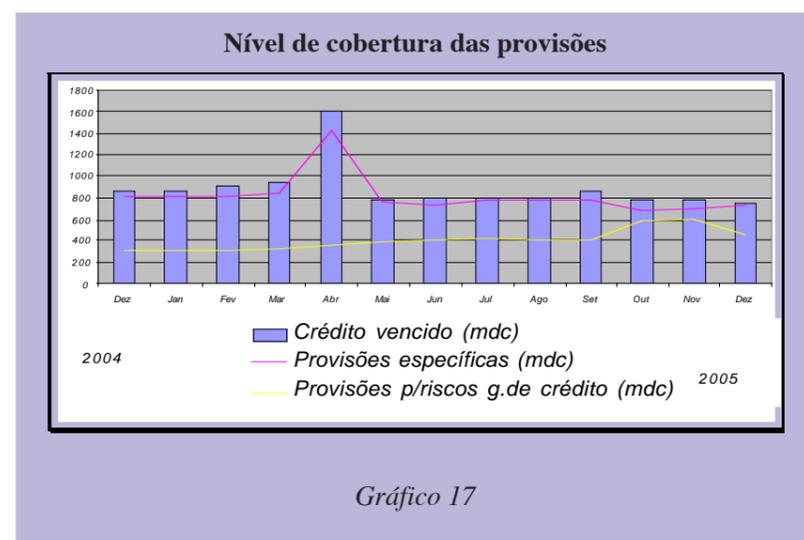


I II - SISTEMA FINANCEIRO

Conforme se pode observar do gráfico 16 abaixo, o crédito vencido registou uma ligeira redução ao longo de 2005, tendo passado de 864 mdc em Dezembro de 2004 para 753 mdc no período em análise. Importa referir que as fortes oscilações registadas nos níveis deste agregado entre Maio e Abril de 2005, foram originados por operações de saneamento e/ou abates do crédito vencido, principalmente nas maiores instituições do sistema bancário.



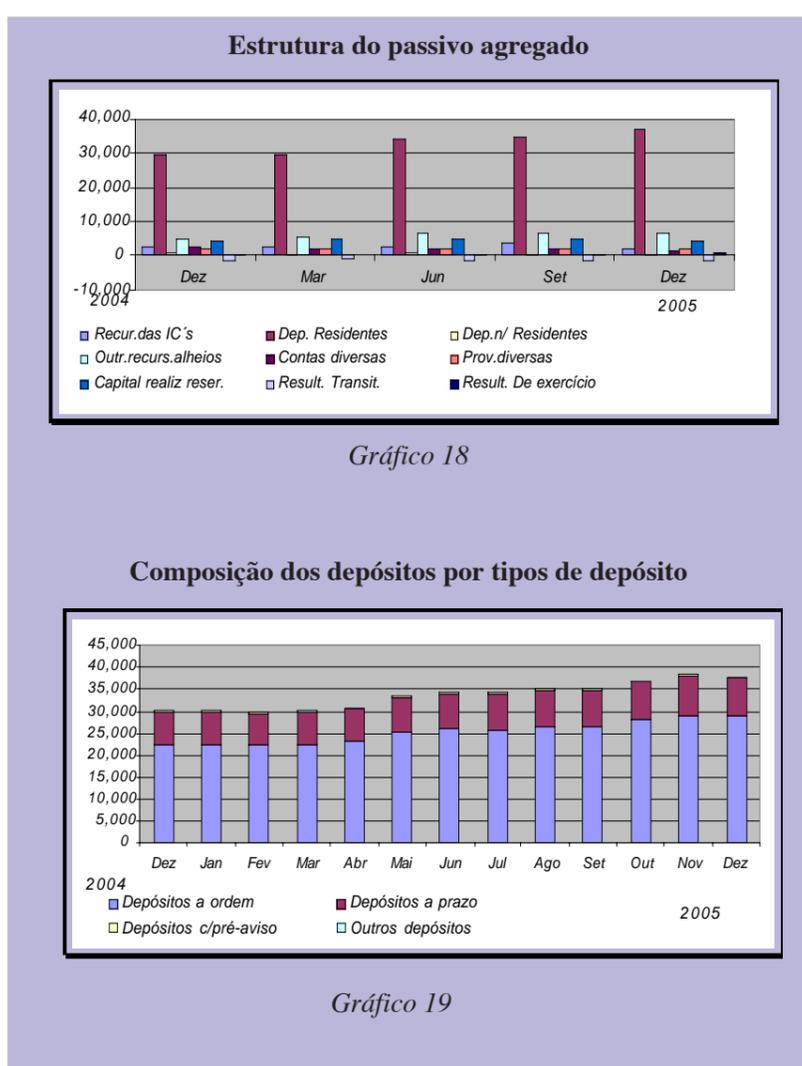
No que diz respeito ao nível de cobertura do crédito vencido pelas provisões, gráfico 17, o sistema bancário apresenta, em 2005, um nível de cobertura acima dos 95%, enquanto que em 2004 aquele nível atingiu os 91%. Em termos absolutos, as provisões específicas situaram-se, em 2005 em 719 mdc enquanto que em 2004 estavam em cerca de 795 mdc, situação consentânea com o comportamento registado pelo crédito vencido nos mesmos períodos.



III - SISTEMA FINANCEIRO

3.1.2 Elementos do Passivo

Os gráficos 18 e 19 mostram a estrutura do passivo agregado e a composição dos depósitos por maturidade, respectivamente, donde se pode observar que em 2005, registou-se um crescimento dos depósitos à ordem em 29 111 mdc em relação a 2004, onde a variação foi de 22 434 mdc. Destaca-se também, o crescimento ligeiro dos depósitos a prazo no mesmo período que passam a representar cerca de 22.54% dos depósitos totais.



3.2. Intermediação financeira

Os gráficos 20, 21 e 22 ilustram a evolução da taxa de transformação dos recursos alheios em crédito, donde se destaca uma ligeira subida, no final de Dezembro de 2005, da taxa de transformação dos depósitos em moeda nacional, tendo-se situado, em cerca de 45.48% em Dezembro de 2005, contra os cerca de 26.97% em 2004. Este facto é consentâneo com a tendência observada na evolução da taxa de transformação dos depósitos em moeda estrangeira, a qual registou uma redução de níveis de 70.68% em 2004 para cerca de 63.91% nos finais de 2005.





I II - SISTEMA FINANCEIRO

Taxa de transformação dos depósitos em crédito (total)

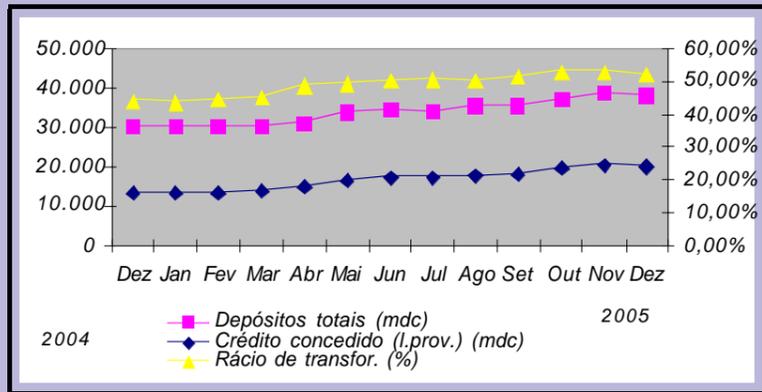


Gráfico 20

Rácio de transformação – depósitos/crédito (MN)

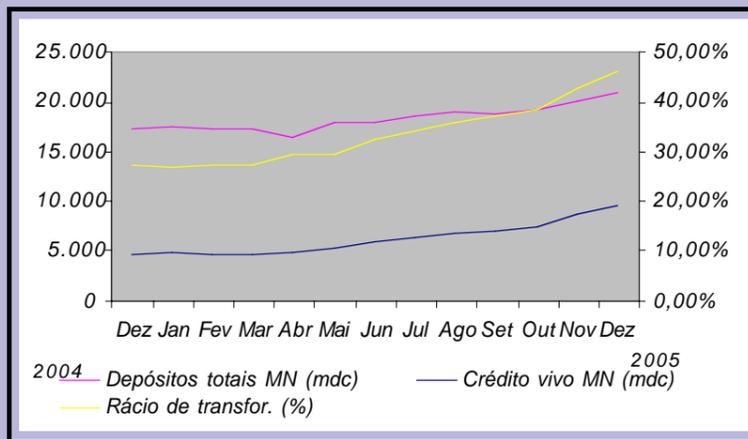


Gráfico 21

Rácio de transformação – depósitos/crédito (ME)

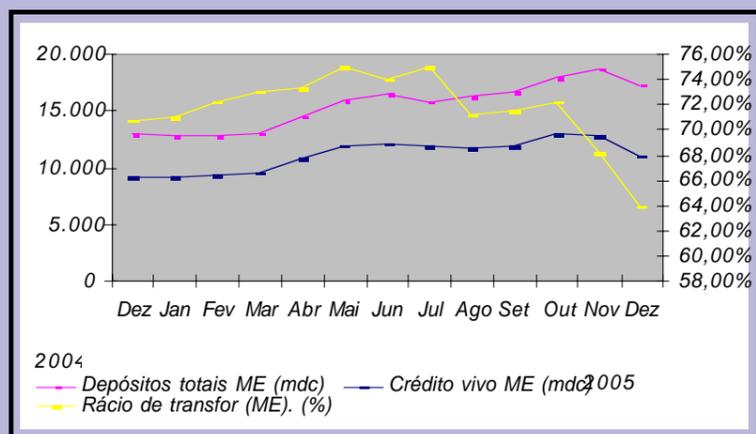


Gráfico 22



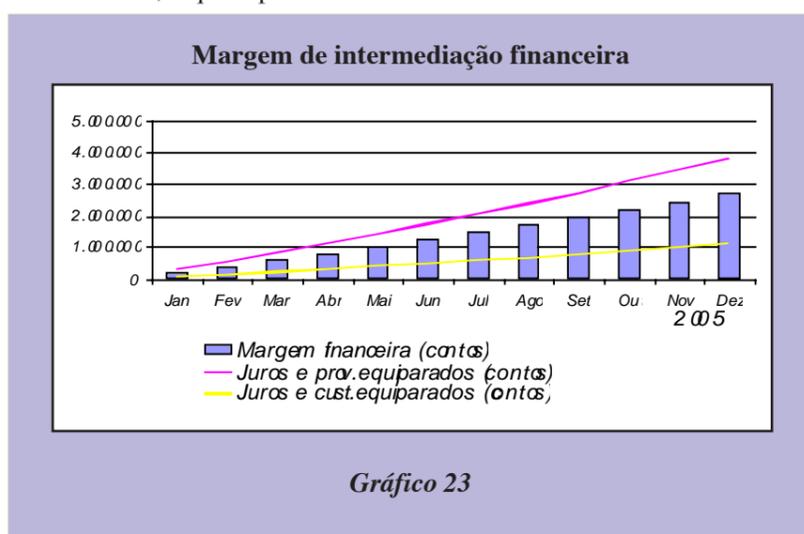
RELATORIO ANUAL BM
14 (14):63-75, JUN. 2006

III - SISTEMA FINANCEIRO

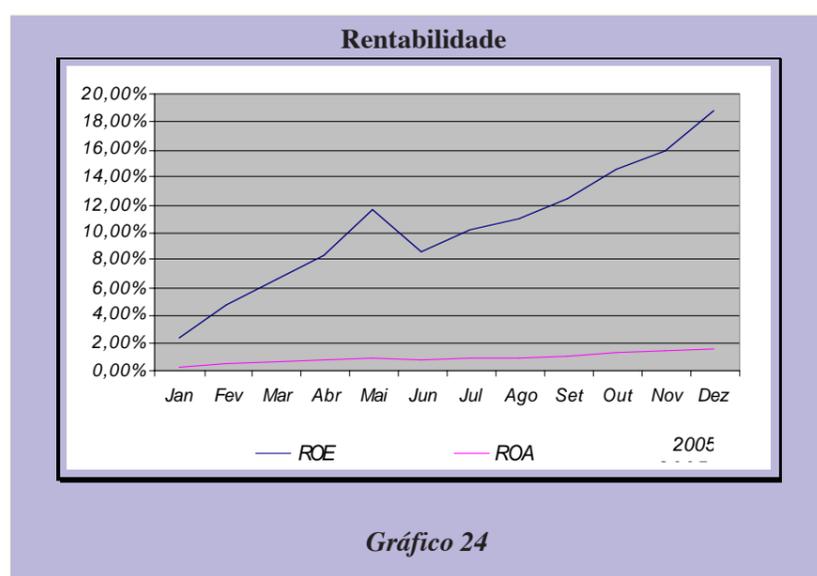
3.3 Resultados financeiros

Os gráficos 23 a 26 ilustram a evolução dos resultados financeiros das instituições do sistema bancário nacional. Os dados mostram que os custos de estrutura foram determinantes na corrosão do produto bancário, tendo-se situado a níveis de 70.21% em Dezembro de 2005 contra 75.72% em Dezembro de 2004. A análise temporal efectuada, sugere que o sistema bancário teve um “controlo” dos custos de estrutura somente nos primeiros quatro meses do ano de 2005, sendo que a partir de Maio de 2005, a situação se deteriorou.

Em termos de margem financeira, esta representou cerca de 8.9% dos proveitos totais do sistema bancário, o que representa em termos absolutos 2 727 mdc.



Conforme mostra o gráfico 24, os níveis de rentabilidade das instituições do sistema bancário tiveram uma tendência crescente ao longo do ano, não obstante a variação anormal registada entre Abril a Junho, a qual foi determinada pelas operações de saneamento realizadas no sistema. Os níveis de rentabilidade, ROE e ROA, situaram-se em Dezembro de 2005 em cerca de 25.93 e 1,73%, respectivamente.



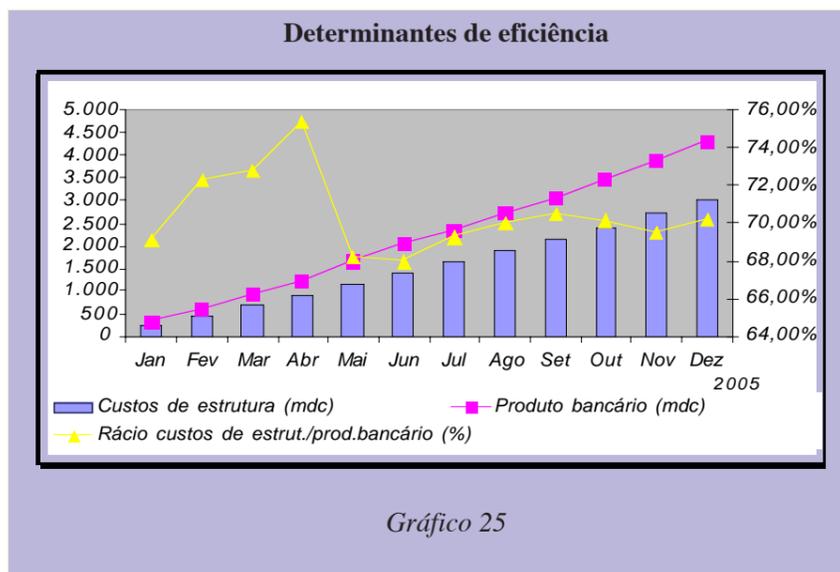
RELATORIO ANUAL BM
14 (14):63-75, JUN. 2006



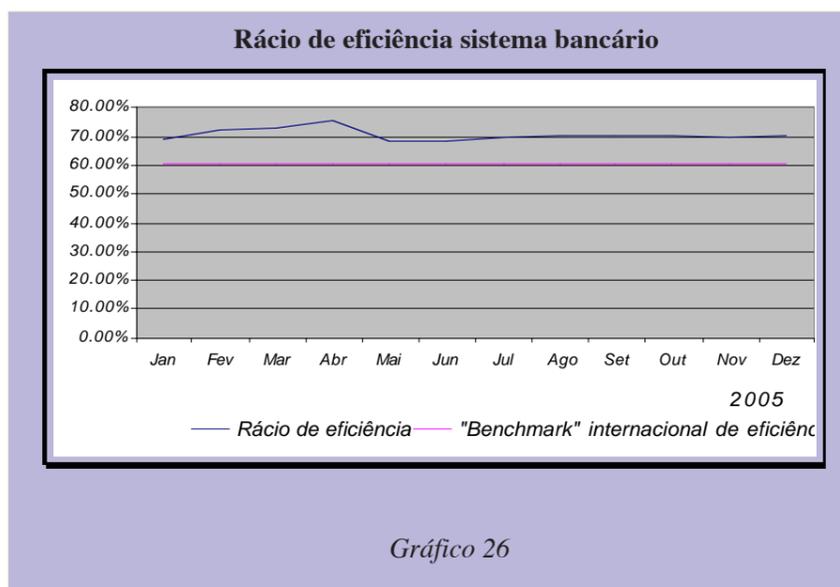
I II - SISTEMA FINANCEIRO

3.4 Níveis de Eficiência

Os gráficos 24 na página anterior e 25 a baixo, mostram alguma ineficiência do sistema bancário quando comparado com "benchmark" internacional de eficiência, comumente reconhecido como sendo de 60%. Concorre para esta situação, os custos administrativos elevados que o sistema bancário suporta para a prossecução das suas actividades.



Conforme ilustra o gráfico 26, em termos médios, o sistema bancário registou um rácio de eficiência situado perto de 70%, cerca de 10 pontos percentuais acima dos níveis internacionalmente recomendados.



III - SISTEMA FINANCEIRO

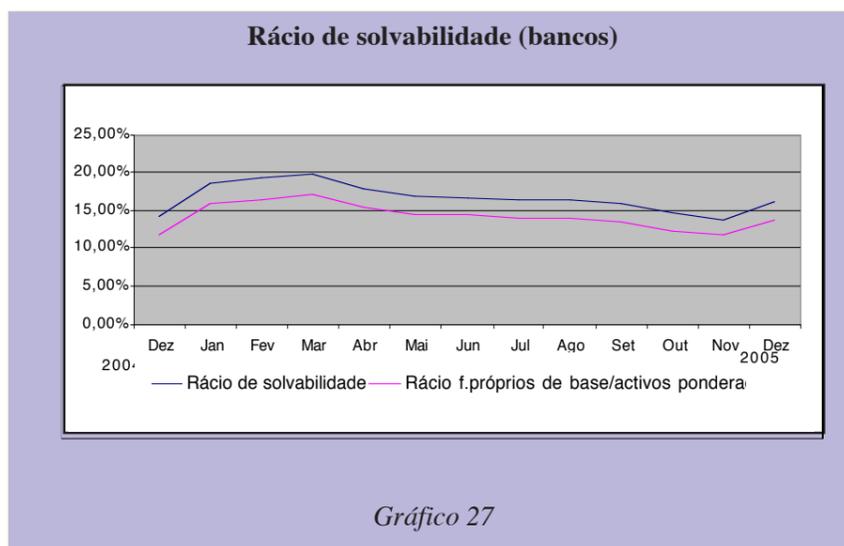
3.5 Alguns Indicadores de Solidez Financeira

Com vista a avaliar o grau de solidez financeira das instituições do sistema bancário, no presente relatório são analisados dois indicadores de solidez financeira mais relevantes, designadamente, (i) adequação de capital e (ii) a qualidade dos activos.

3.5.1 Adequação de capital

A informação reportada a Dezembro de 2005 mostra que as instituições do sistema bancário mantiveram-se adequadamente capitalizadas, cumprindo largamente com o rácio de solvabilidade mínimo requerido pelo Banco de Moçambique.

De acordo com esses dados, os bancos e cooperativas de crédito cumpriram com o rácio mínimo de solvabilidade. As sociedades de leasing tiveram, em Dezembro de 2005, um rácio negativo de cerca de 2,04%, facto em parte explicado pela redução do número destas instituições de 3 para 2. Em termos médios, os bancos registaram um rácio de cerca de 16,0%, as sociedades de leasing -2.04% e as cooperativas de crédito 66.12%. O rácio de solvabilidade agregado do sistema bancário, no mesmo período foi de cerca de 16,34%, contra 14,15 por cento em 2004, o que mostra uma cada vez maior robustez financeira do sistema bancário.



3.5.2 Qualidade dos activos

Durante o ano de 2005, o principal activo produtivo dos bancos continuou a ser o crédito bancário clássico. Um dos factores utilizados para aferir a qualidade do crédito tem sido o grau de cobertura das provisões constituídas para cobrir os vários riscos inerentes a esse crédito, que, como ilustra o gráfico abaixo, em termos médios, cobriam o crédito concedido.

Por outro lado o nível de crédito vencido registou uma redução significativa ao longo do período em análise, tendo esta componente do activo passado de 864 mdc em 2004 para 753 mdc em 2005. Esta redução deveu-se, em parte, às cobranças/recuperações do crédito e ao saneamento de crédito ocorrido em algumas instituições de crédito.

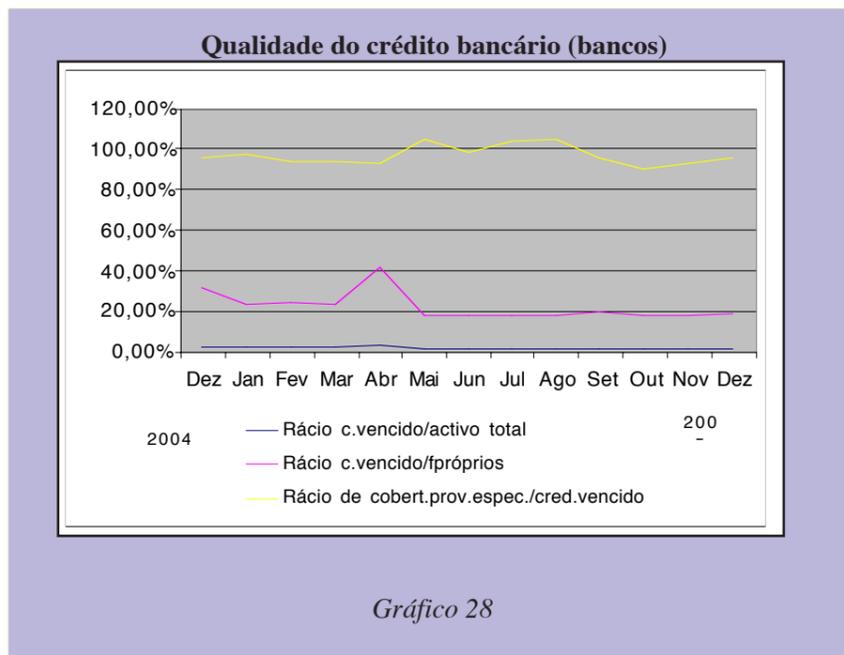


RELATORIO ANUAL BM
14 (14):63-75, JUN. 2006



I II - SISTEMA FINANCEIRO

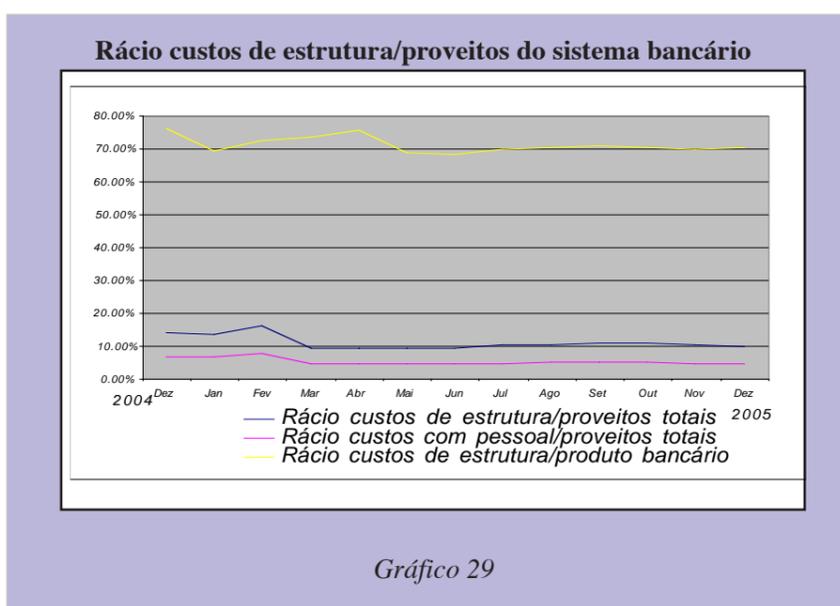
O gráfico 28 ilustra as principais variáveis da qualidade do crédito bancário.



3.6. Custos e Proveitos

O gráfico 29, mostra a evolução dos rácios que comparam o peso dos custos em geral (de estrutura e com o pessoal) comparados quer com os proveitos assim como com o produto bancário.

Conforme se pode constatar no gráfico abaixo, o sistema bancário teve no final do ano em revista um rácio de eficiência de cerca de 70%, o que mostra que o peso dos custos nos proveitos/produto bancário reduziu-se, uma vez que em 2004 este indicador situou-se por volta dos 75%.





III - SISTEMA FINANCEIRO

4. CONCLUSÕES GERAIS

1. Durante o ano de 2005, o sistema bancário em geral cumpriu com as normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique;
2. Os bancos apresentaram em 2005, níveis de rentabilidade relativamente elevados, tendo a margem de intermediação financeira se situado em 2 726 mdc em Dezembro de 2005, com um rácio margem financeira/proveitos totais que foi de cerca de 8.49%;
3. Comparado com os níveis de eficiência de referência internacional, verifica-se que o sistema bancário nacional tem-se situado ligeiramente abaixo, devido ao peso dos custos nos proveitos gerados pela actividade bancária (média de 70%);
4. Sendo o mercado financeiro de risco e conseqüentemente o sistema financeiro, a regulamentação dos rácios prudenciais deveria estar um pouco acima dos rácios mínimos internacionalmente aceites, por exemplo, o rácio de solvabilidade. Este e outros aspectos estão na agenda do DSB, para os próximos anos.



2º andar - Quadro de Pádua



RELATORIO ANUAL BM
14 (14):63-75, JUN. 2006